

# N

## NEGOCIOS

CMC

Fim do licenciamento  
prévio pode acelerar  
mercado de capitais

ANGOLA

Avança com  
medidas para  
sair da crise

## Petróleo

Crise obriga a  
reestruturação

## REVOLUÇÃO VERDE

A aposta na agricultura

# SOGESTER



Sociedade Gestora de Terminais, S.A.

*O parceiro ideal nas exportações e importações para Angola*



A SOGESTER, S.A é uma empresa que dedica-se a criação de soluções logísticas vantajosas para as exportações e importações angolanas. Somos uma parte influente da infra-estrutura que liga o país a uma cadeia global de distribuição.

#### Missão

Apoiar o desenvolvimento "sustentável" de Angola através da oferta de infra-estruturas logísticas e de transportes com padrões internacionais.

#### Visão

Ser parceiro preferencial na logística intermodal, em Angola, combinando a experiência local e internacional construída sobre o fundamento da excelência e segurança.

#### Soluções logísticas

**BENGO** Terminal de segunda linha **LUANDA** Terminal de contentores **NAMIBE** Carga geral, passageiros e terminal de contentores



Apoio ao cliente **Tel:** 938 768 038 / 943 087 711

**Email:** [customer.service@sogester.co.ao](mailto:customer.service@sogester.co.ao)

**Website:** [www.sogester.co.ao](http://www.sogester.co.ao)

Ao contrário do que vinha sendo habitual, a FILDA realizar-se-á este ano no mês de Novembro. Mais uma mudança no calendário empresarial, a acrescentar a outras que a nova conjuntura económica e financeira do país obrigou a fazer. O cenário em Angola é de mudança, de desafios mas também de oportunidades, não obstante as dificuldades do dia-a-dia.

Os agentes económicos e as instituições que diariamente lidam com os seus parceiros e congéneres em Angola percebem que, mais do que uma crise financeira e cambial, o país está a atravessar uma profunda mudança de paradigma. Um novo paradigma de desenvolvimento que requer estratégias de médio e longo prazo; que obriga a investimentos mais estruturados e mais comprometidos com Angola e com os angolanos. Porque transformar a estrutura económica de um país demora, efectivamente, tempo.

A FILDA pode ter sido adiada para Novembro mas os negócios, esses continuam a fazer-se todos os dias. Os primeiros passos da revolução agrícola estão a ser dados neste momento e esta irá transformar a matriz económica do país. Nos próximos anos, Angola precisa de investir, de produzir e de comercializar em kwanzas, por que o desafio é crescer internamente. E para o conseguir, Angola já tem (quase tudo) o que é preciso - recursos naturais, variados e abundantes, uma população jovem e ávida por aprender, e, inclusive, investidores nacionais com capacidade, assim o queiram, para alavancar a economia, nomeadamente com parceiros estrangeiros.

# Visão e resiliência criarão as oportunidades do futuro!

A captação de IDE é fundamental para promover o crescimento, o emprego e a competitividade. O IDE que Angola quer e precisa não traz consigo somente capital, vem com o saber fazer, com inovação e ferramentas de gestão que contribuem para acrescentar valor e ajudar a construir um futuro sustentável.

Nesse sentido, a CCIPA - Câmara de Comércio e Indústria Portugal Angola, estará no futuro, como tem estado sempre nos quase 30 anos que leva de existência, à disposição do empresariado de Angola e de Portugal para promover e potenciar os negócios em conjunto, numa perspectiva de longo prazo, independentemente das dificuldades conjunturais ou dos desafios de cada momento.

# Paulo Varela, presidente da direcção da CCIPA





10

EM DESTAQUE

## A REVOLUÇÃO VERDE VAI MUDAR O PAÍS

Os inúmeros investimentos no sector agrícola e agro-industrial estão a transformar o país e, a médio prazo, vão acabar com a dependência externa no plano alimentar. **P10**

**PETRÓLEO** A geopolítica e a conjuntura económica estão a provocar profundas alterações nos principais players da indústria petrolífera mundial. O objectivo é tornarem-se mais flexíveis, mais eficientes e rentáveis. Angola não escapa a esta mudança. **P18**

### Banco Mundial e Angola

*“O Banco Mundial tem um portefólio de cinco projectos, num total de USD876 milhões. A MIGA e o IFC também têm em curso apoios a Angola nas áreas de água, energia, sector financeiro, comércio e indústria manufacturera”, Clara Ana de Sousa, Country Manager do BM para Angola. **P18***

**04 Espaço CCIPA**  
Conferência 40 anos de independência de Angola

#### 08 A Abrir

#### Tema de Capa

**10** Revolução verde  
**12** Políticas públicas e financiamento ao investimento

#### Conjuntura

**16** BM e Angola com novas parcerias em discussão  
**18** Petróleo, crise obriga a reestruturação  
**22** À procura de novas rotas  
**25** Um novo elenco governamental para as eleições

#### Economia

**26** Angola avança com medidas para sair da crise

**28** Comércio bilateral e os efeitos colaterais  
**33** Fim do licenciamento prévio pode acelerar mercado de capitais

#### Opinião

**32** Regresso ao passado?  
**33** Resolução alternativa de litígios: a arbitragem em Portugal

#### Vida Empresarial

**34** Grupo Cavex  
**36** Grupo Euroeste  
**38** Grupo WM  
**40** Breves empresariais

#### Sociedade

**42** SPE  
**44** Os próximos drivers da economia angolana  
**47** Censo 2014

#### Informação CCIPA

**50** Novos associados, legislação, entre outros



CÂMARA DE COMÉRCIO  
E INDÚSTRIA PORTUGAL-ANGOLA

#### Portugal

Edifício Luxor, Avenida da República,  
101 - 3º, Sala D, 1050-204 Lisboa  
tel.: [+351] 213 940 133  
fax: [+351] 213 950 847

#### Angola

Edifício Monumental, Rua Major  
Kanhangulo, 290 - 1º Dto, Luanda  
tel.: [+244] 924 918 149

ccipa@cciportugal-angola.pt  
www.cciportugal-angola.pt

Revista ANGOLA-PORTUGAL NEGÓCIOS

Director Paulo Varela  
Director Executivo João Luís Traça  
Redacção e Coordenação Manuela Sousa  
Guerreiro  
Colaboraram nesta edição Joana Borralho  
de Gouveia, João Bravo da Costa  
Design e Paginação Filipa Andersen  
Publicidade Cristina Lopes  
Fotografia Bruno Barata; DR  
Impressão em Portugal Europress Indústria  
Gráfica  
Impressão em Angola Imprimarte  
Periodicidade Trimestral  
Distribuição Gratuita aos sócios da CCIPA,  
entidades oficiais e empresariais em  
Angola e Portugal  
Registo 114257  
Tiragem 5000  
NIPC Portugal 501910590  
NIPC Angola 7401000016  
Depósito Legal 60018/93

É interdita a reprodução total ou parcial  
por quaisquer meios de textos, fotos e  
ilustrações sem a expressa autorização  
da CCIPA.

Propriedade



Apoio institucional



# Consigo em Angola.

O BPI e o BFA disponibilizam um conjunto de produtos e serviços financeiros para empresas que pretendam investir ou exportar para Angola, com condições vantajosas de preço, rapidez e segurança.

## **Oferta completa e competitiva para a gestão de tesouraria**

- Financiamento às exportações (Linha Angola Express e Garantia Export Angola);
- Transferências entre contas BPI e BFA;
- Gestão à distância das contas em Angola através do BFA Net Empresas.

## **Soluções para quadros de empresas portuguesas**

- Protocolos para colaboradores deslocados em Angola com condições especiais em produtos e serviços do BPI.

## **Equipas totalmente dedicadas e especializadas**

- Em Portugal: Gabinete para África e Unidade de Business Development, no BPI;
- Em Angola: Gabinete de Apoio e Cooperação Empresarial do BFA.

## **Experiência e solidez**

- Forte posição do BPI e do BFA nos mercados empresariais português e angolano, com uma rede alargada de Centros de Empresas e Balcões em ambos os territórios.

**Toda a informação nos Centros de Empresas ou Balcões BPI, [www.bancobpi.pt/empresas](http://www.bancobpi.pt/empresas), [www.bfa.ao](http://www.bfa.ao) e 808 285 285 (atendimento personalizado, 24 horas por dia).**



A presente mensagem tem natureza publicitária e é prestada pelo Banco BPI, S.A. e pelo Banco de Fomento Angola, S.A. Não dispensa a leitura de informação pré-contratual e contratual, não constituindo uma proposta contratual.



Conferência CCIPA

# 40 anos de Independência de Angola Construir um futuro sustentável

Numa altura em que Angola enfrenta uma crise económica e financeira, a CCIPA juntou em Lisboa mais de 150 empresários para discutir soluções para um futuro sustentável de um mercado onde o IDE português soma 2,6 mil milhões de euros.

A crise económica e financeira que afecta o país não ficou à margem do encontro mas foi sobretudo na procura de soluções de crescimento e diversificação económica que as atenções se concentraram. O desafio foi lançado logo no arranque da conferência pelo presidente da CCIPA: “esperamos aqui, hoje, mais do que diagnósticos da situação actual (soberamente conhecida), evidenciar o que está a ser feito a nível interno e quais os mecanismos existentes a nível externo que possam contribuir para que Angola supere o difícil momento que atravessa”, avançou Paulo Varela.

Afinal, “esta crise, tal como outras no passado, vai ser ultrapassada. Inevitavelmente, inexoravelmente, o tempo assistirá ao seu abrandamento e à recuperação da economia. Mas, depois do seu termo, nada será como dantes: os princípios de actua-

ção serão diferentes, os objetivos de desenvolvimento económico assentarão noutros pressupostos que não apenas a exportação de petróleo, o tipo de parcerias que Angola procurará será mais vocacionado para a produção local de bens e produtos e menos para o comércio puro e simples.

É preciso que as empresas que desejem continuar ou desejem iniciar projetos e investimentos em Angola estejam cientes desta mudança de paradigma”, sublinhou o presidente da CCIPA.

Uma ideia repetida também pelo Embaixador de Angola em Portugal, José Marcos Barrica. “Esta conferência tem lugar num contexto difícil mas há a consciência da urgência em actuar tendo em visto a manutenção de um ambiente de negócios sustentável”, defendeu José Marcos Barrica. Segundo o diplomata, o Executivo angolano definiu e está a implementar uma

estratégia para a saída da crise que incide em domínios chave: fiscal, monetário, comércio externo e o sector real da economia. “A história de Angola está marcada pela adversidade mas também é uma história de resiliência. Em Angola não há crise que resista. É tudo uma questão de tempo”, defendeu o Embaixador, procurando reiterar a mensagem de que este é o momento certo para se mostrar aos empresários e investidores que Angola está viva, tem capacidade para atrair investimento e desenvolver e diversificar a sua economia.

Os números do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) e das exportações mostram que este ainda é um mercado importante para o comércio e investimento português. O último ano foi de forte quebra mas este país ainda é um importante mercado para mais de 10 mil empresas portuguesas, perto de metade das quais ainda exporta quase que em exclusivo para Angola. “Angola é um dos principais parceiros de Portugal e vice-versa. Em 5 anos Angola passou da 36 posição para a 6ª posição entre os principais fornecedores de Portugal. O volume de exportações de Portugal para Angola continua elevado, principalmente no domínio dos serviços, onde cresceu 20% ao ano



Oradores dos dois painéis durante o período de debate; participantes atentos ao debate.



nos últimos anos, valendo actualmente 4% do volume total de serviços que Portugal exporta por esse mundo fora”, sublinhou Pedro Ortigão Correia administrador da aicep Portugal Global. O responsável referiu ainda a presença de mais de 2 mil empresas de capital português no mercado angolano. Os valores líquidos de investimento directo português em Angola somam já os 2,6 mil milhões de euros.

### INVESTIR EM 45 DIAS? A NOVA LIP ESTÁ À PROVA

Um dos passos mais importantes no que à atracção do investimento diz respeito, especialmente o estrangeiro, foi dado em meados do ano passado pelo Governo angolano com a criação de Agência de Promoção do Investimento e das Exportações de Angola - APIEX, e com a aprovação da nova lei do investimento privado.

“Apresentou-se um novo contexto e houve a necessidade de mudar e por isso impôs-se uma nova agência orientada para a promoção da imagem do país (dos seus produtos e potencialidades), de captação do investimento e de fomento das exportações e internacionalização das empresas nacionais”, explicou António Henriques da Silva, presidente da APIEX.

A falar para uma audiência composta maioritariamente por empresários, António Henriques da Silva evidenciou o esforço em facilitar e em desburocratizar os procedimentos gerais afectos ao processo de investimento. “Na avaliação que se fez reconheceu-se que a concentração de to-



das as fases do processo de investimento numa única entidade criava demoras. Com a sua dispersão pelos ministérios, através da criação das UTAI, espera-se tornar este procedimento mais eficiente”, explicou António Henriques da Silva. Contudo, como afirmou o presidente da APIEX à revista Negócios na altura, “a máquina ainda é recente, está a ser posta em funcionamento e estão a ser criadas as condições do ponto de vista de recursos humanos e de sistemas que a devem compor e dos procedimentos complementares a esses sistemas, por forma a que os resultados possam ser melhores”, afirmou.

Mais rapidez é o que os empresários pedem. 45 dias é o prazo mínimo que deve demorar a aprovar um projecto de investimento inferior a 10 milhões de USD. Mas o novo quadro legal do investimento em Angola traz outros desafios. O reforço da participação do empresariado angolano, um maior controlo das reservas cambiais e uma maior objectividade na atribuição de incentivos fiscais são mudanças positivas

Da esquerda para a direita: Embaixador de Angola em Portugal, José Marcos Barrica, ministro da Economia, Manuel Caldeira Cabral e Paulo Varela, presidente da Direcção da CCIPA; Vera Daves, administradora executiva da CMC; Pedro Ortigão Correia, administrador da aicep Portugal Global; Rui Miguel Santos, vice-presidente da CESO CI; António Henriques da Silva, presidente do Conselho de Administração da APIEX; Maria João Martins, projecto de Huíla; e Alberto Galhardo Simões, sócio da Miranda & Associados, sociedade de advogados.

que o novo enquadramento legal traduz, como explicou Alberto Galhardo Simões, Sócio da Miranda&Associados. “A nova LIP representa um corte com o passado, uma mudança de paradigma, que pretende atrair mais investimento a Angola e não apenas o ‘grande investimento’. Este novo regime tem capacidade para atrair mais investimento estrangeiro, em especial investimentos de pequena e média dimensão”, sustentou o especialista.

Para monitorizar os diferentes intervenientes do processo, o ministério do Comércio criou um sistema integrado, um espécie de CRM que irá permitir ter “uma visão de 360º sobre todos os intervenientes e sobre todos os passos, permitindo, deste modo, responsabilizar cada um dos intervenientes pelas suas prestações, independentemente do departamento ministerial a que seja afeto. Também o investidor terá acesso a informações sobre o estado do seu projecto. Pretendemos acabar com a subjetividade”, sublinhou António Henriques da Silva.

# 40 Anos de Independência de Angola Construir um futuro sustentável

EPIC SANA Lisboa Hotel  
29 Fevereiro 2016

## 9:00 SESSÃO DE ABERTURA

- Paula Varela, Presidente da Direção da CCIPA
- José Branco Barreto, Embaixador de Angola em Portugal
- Rosa Pacavira de Matos, Ministra do Comércio de Angola

## 9:45 O NOVO ENQUADRAMENTO LEGAL DO INVESTIMENTO PRIVADO E DAS EXPORTAÇÕES

- António Henriques da Silva, Presidente da APIEX Angola
- LIP, as novas regras, os novos processos e os novos intervenientes, Alberto Galhardo Simões, Sócio da Miranda & Associados
- As relações comerciais e de investimento bilaterais, Pedro Ortigo Correira, Administrador da alcep Portugal Global
- Comércio Internacional com Angola, Liliana Louro, BIVAC IBERICA

## 11:00 COFFEE-BREAK

## 11:15 RADIOGRAFIA DO PAÍS, UM NOVO CONTEXTO, UM NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO

- Oportunidades de investimento nas províncias, Rui Miguel Santos, Vice-Presidente da CESO CI
- Atrair investimento produtivo para a Huíla, Pedro Ramires, Administrador da Interserviços

## 11:45 FINANCIAMENTO AO INVESTIMENTO

- O papel do Mercado de Valores Mobiliários no financiamento das empresas e da economia e na atracção de investimentos, Vera Daves, Administradora Executiva da Comissão do Mercado de Capitais de Angola
- Fundos Blending da União Europeia, Jaime Reis Conde, Chefe de unidade Instrumentos Financeiros, Direcção Geral do Desenvolvimento e da Cooperação Internacional, Comissão Europeia
- Clara de Sousa, Country Manager do Banco Mundial em Angola e São Tomé e Príncipe
- Financiamento ao investimento/crédito à economia, Fernando Costa Lima, Assessor da Administração, BFA

## 12:45 ENCERRAMENTO

- Paulo Viana, Presidente da Direcção da CCIPA
- Manuel Caldeira Cabral, Ministro da Economia de Portugal

## 13:15 ALMOÇO



Clara Ana de Sousa, country manager do BM para Angola e São Tomé e Príncipe; Costa Lima, Administração do BFA, Jaime Reis Conde, Chefe da Unidade de Instrumentos Financeiros, Direcção Geral do Desenvolvimento e da Cooperação Internacional da Comissão Europeia.

## E QUE INVESTIMENTO É QUE ANGOLA QUER?

“Investimento de qualidade. Que contribua para a diversificação da economia, gere emprego, garanta maior competitividade e qualidade dos produtos e serviços.” O governo coloca como meta para os próximos anos a captação de 10 mil milhões de USD. Parece muito, mas os projectos previstos para as áreas de energia e transportes são responsáveis por uma boa parte desta fatia. Entre públicos e privados são muitos os investimentos que o Governo “perspectiva” para 2017. Da lista constam cerca de meia centena de investimentos ligados à produção de alimentos e agro-negócios que no total perfazem um montante global de 2,8 mil milhões de USD. E esta é uma área crítica para o desenvolvimento do país - na medida em que a agricultura é o principal empregador - e para a diversificação da sua economia.

“Angola vai ter que viver com a nova realidade do preço do petróleo baixo. Tudo o que é crescimento terá que ser feito fora da economia do petróleo. Hoje em dia o preço do barril de aço que transporta o petróleo vale três vezes mais que o conteúdo (petróleo), daqui se conclui que neste momento era



melhor que Angola produzisse barris de aço do que barris de petróleo. Efectivamente, é a aposta na diversificação económica que vai fazer com que o país ande para a frente”, sublinhou Rui Miguel Santos, vice-presidente da consultora CESO CI.

Oportunidades transversais a várias províncias, que nascem da necessidade de se diversificar a economia do país. Mais do que nunca, a captação de investimento capaz de alavancar o desenvolvimento dos sectores produtivos, não só em Luanda mas especialmente nas diversas províncias que constituem o vasto território angolano, por forma a reduzir as assimetrias e desequilíbrios existentes, é hoje um imperativo defendido pelas autoridades centrais e provinciais.

O exemplo da Huíla foi apresentado pela Interserviços. A empresa angolana comemora em 2016 duas décadas de actividade



e está a trabalhar em conjunto com o governo provincial no fórum de captação de investimento privado “InvestHuíla”, cuja segunda edição está já em preparação. O sistema bancário nacional tem vindo a assumir um papel preponderante no financiamento das empresas e dos projectos de investimentos. “Entre 2011 e 2015, os recursos totais do sistema cresceram cerca de 37%, enquanto o crédito total cresceu 60%”, sublinhou Fernando Costa Lima, assessor da administração do BFA.

De acordo com o mesmo responsável, o “crédito ao sector privado foi o que mais cresceu, tendo passado a representar 80% do total em 2015, contra 67% em 2011. A desdolarização da economia traduziu-se num aumento expressivo do peso do crédito em AKZ”, constatou Fernando Costa Lima.

Nos últimos quatro anos (2011-2015) os activos do sistema bancário cresceram 58% ao que corresponde um crescimento médio anual de 9,6%. Na sequência da forte desvalorização do AKZ face ao USD registada em 2015, os activos em USD decresceram, face ao ano transacto, 9,5%, tendo no mesmo período os activos em AKZ aumentado 18,8%.

No painel dedicado ao financiamento ao investimento, e além da banca, representada por um dos maiores bancos angolanos, o BFA, estiveram presentes Clara de Sousa, Country Manager do Banco Mundial em Angola e São Tomé e Príncipe, Vera Daves, administradora executiva da Comissão de Mercado de Capitais de Angola, e Jaime Reis Conde, Chefe da Unidade de Instrumentos Financeiros, Direcção Geral do Desenvolvimento e da Cooperação Internacional da Comissão Europeia.

Ao Ministro da Economia de Portugal, Manuel Caldeira Cabral, coube encerrar o evento, tendo o responsável relembrado os fortes laços, históricos, políticos e económicos que unem hoje os dois países. #



EM ANGOLA POR ANGOLA . HÁ 25 ANOS  
INVESTINDO A NOSSA EXPERIÊNCIA  
TRANSMITINDO CONHECIMENTO

## Fundo Soberano de Angola

Em 2015 a carteira de investimentos do Fundo atingiu os USD 4,7 mil milhões. No final deste exercício, 58% da carteira estava alocada a fundos de capital de risco, visando o investimento directo em Angola e noutros países de África Subsaariana. Destes, 19% dos USD 1,1 biliões do fundo de infra-estrutura estão investidos em projectos em Angola e no Quênia; 23% dos USD 500 milhões do fundo para o ramo hoteleiro foram canalizados para projectos hoteleiros em Angola e na Zâmbia; 10% dos USD 220 milhões do fundo de silvicultura estão investidos numa concessão em larga escala de eucaliptos em Angola; 2% dos USD 245 milhões do fundo de mineração estão comprometidos com um projecto mineiro na Mauritânia e 12% dos USD 190 milhões do fundo de capital estruturado estão investidos na África do Sul. Segundo um comunicado divulgado pelo FSDEA, cerca de USD 465 milhões destinados aos fundos de agricultura e de saúde vão ser alocados este ano em Angola, por um período que pode ascender a 10 anos. Dos USD 2,7 biliões de património líquido alocado aos fundos de capital de risco, USD 407 milhões já foram aplicados em investimentos directos em Angola e na região de África Subsaariana. O período de investimento do património líquido destes fundos é de 3-5 anos. Até 2020, o FSDEA prevê que a alocação prevista de USD 3 biliões destinados aos sete fundos de capital de risco estará totalmente investida em 2020. Em 2015, os activos de renda fixa representaram 23% da carteira de investimento do FSDEA, o equivalente a USD 1,08 biliões, e estavam localizados na América do Norte e na Europa. Os activos de renda variável equivaliam a USD 799 milhões, ou 19% da carteira de investimento do Fundo, e estavam centrados, igualmente, nos Estados Unidos da América e na Europa.

## 7467 unidades industriais em funcionamento, mais de metade em situação irregular

Angola tem 7 467 unidades industriais, 85% das quais estão em actividade. Os resultados do Censo da Indústria, realizado pelo ministério da Indústria, já são conhecidos e caracterizam as empresas e as dificuldades que afectam um sector que, em 2014, empregava 86 384 pessoas (mais 10% que em 2013).

Mais de 94% das unidades industriais do país são privadas. Apenas 45 unidades são detidas pelo Estado e estão, na sua maioria, ligadas aos sectores alimentar, designadamente de produção e descasque de café, moagem de cereais, óleos alimentares, conservas e massas. Destas, cerca de 25 unidades estão paralisadas. Das 36 unidades são de capital misto, a maioria, 29, estão em actividade e actuam essencialmente na produção de águas de mesa, refrigerantes e cerveja, artigos de plástico, cimento, construção naval e detergentes.

Cerca de 4719 unidades fabris encontram-se em situação irregular e apenas 17% possuem alvará industrial. Às irregularidades jurídicas acrescem outras dificuldades, nomeadamente infra-estruturais. Apenas 42% das unidades são servidas por estradas asfaltadas, "o que revela que muitas indústrias ainda têm os seus acessos condicionados, o que pode colocar em causa a sua capacidade produtiva na aquisição das matérias primas e no escoamento da sua produção", pode ler-se no documento. 36% das unidades têm mesmo os seus acessos em "mau estado". No que diz respeito às infra-estruturas e saneamento básico, 27,8% estão ligadas à rede eléctrica pública, 13,4% estão ligadas à rede pública de água e apenas 8% têm ligação à rede pública de esgotos. Embora 62% das unidades tenha adquirido as suas matérias-primas no mercado interno, estas são importadas.

## Comércio de Portugal com África

De acordo com as Estatísticas de Relacionamento Económico de Portugal com África de Janeiro a Março de 2016, divulgado pela aicep Portugal Global, o total das exportações portuguesas de bens e serviços para o continente africano atingiu os 1326 milhões de euros. Este valor representa 7,9% do total das exportações portuguesas e mostra uma quebra de 20,7% face ao primeiro trimestre de 2015.

Angola representou 31,6% do total exportado para o continente africano no primeiro trimestre de 2016. Seguiu-se Marrocos, com 17,2%, Argélia (10,6%) e Moçambique (6,6%). As importações do continente africano neste período, ascenderam a 658 milhões de euros, o que corresponde a 3,9% do total das importações portuguesas e a uma variação homóloga de -21,3%. Angola detém uma quota de 39,5% do total das importações de bens provenientes de África; segue-se a Argélia (24,1%), Marrocos (7,0%) e Camarões (5,7%). No final de Março, Angola representava 3,8 mil milhões de euros do stock de ID de Portugal no exterior (70,2% do total para África) e 1,6 mil milhões de euros do stock de IDE em Portugal (79,3% do investimento total proveniente de África).

### IMPORTAÇÃO 33,26%

Nos primeiros três meses do ano entraram em Angola menos 805 685 toneladas de produtos diversos, face a igual período de 2015. Uma quebra de 33,26%.

### CAFÉ 12 000 toneladas

Quantidade de café que Angola produziu na campanha agrícola de 2014/15. Longe ainda das 200 mil toneladas exportadas na década de 70.

### INVESTIMENTO USD 52 mil milhões

Previsão do investimento a realizar nos próximos anos nos clusters da água e energia, produção de alimentos e agro-negócio, habitação, transportes e logística, geologia e minas, telecomunicações e TI.

## Levantamentos diários em Angola ascendem a €16 milhões

Os clientes dos bancos angolanos levantaram nas caixas automáticas o equivalente a mais de 16 milhões de euros por dia nos primeiros quatro meses do ano, segundo dados da empresa que gere a rede interbancária multicaixa.

De acordo com informação da Empresa Interbancária de Serviços (EMIS), compilada pela Lusa, entre Janeiro e Abril foram feitos mais de 34 milhões de levantamentos, um terço dos 100 milhões realizados nos 12 meses de 2015. Ainda nos quatro primeiros meses deste ano, os clientes levantaram na rede multicaixa 377.928 milhões de kwanzas (2 012 milhões de euros), o equivalente a 16 milhões de euros por dia. Em 2015, foram levantados nos multicaixas angolanos 987,3 mil milhões de kwanzas (5,2 mil milhões de euros).

A rede multicaixa detinha em abril último 2.795 terminais distribuídos por todo o país. Nos primeiros quatro meses de 2016 foram processadas operações financeiras (levantamentos, transferências e pagamentos) no valor de 559.249 milhões de kwanzas (2.977 milhões de euros). Em sentido contrário, o total de cartões multicaixa ativos em Angola desceu mais de quatro por cento até Abril, face ao final de 2015, para 2.025.939.



## Parceria Portuguesa para a Água com oportunidades de negócio

*Perto de uma centena e meia de organizações, entre empresas, centros de investigação, ONG e administração pública, integram a PPA - Parceria Portuguesa para a Água, uma rede que visa desenvolver sinergias e maximizar potencialidades para o desenvolvimento do sector da Água no mundo. Mais de metade destas entidades participou o ano passado em concursos internacionais, sendo que 86% dos projectos se concentraram sobretudo em África (Subsaariana e Magrebe) e foram financiados, predominantemente, pelo Banco Mundial.*

*A maioria das empresas conseguiu concretizar um crescimento nas suas actividades internacionais, confirmando a importância da internacionalização para o 'cluster' português da água, face à manutenção da situação de estagnação no mercado nacional.*

*As oportunidades de negócio para o sector estiveram em destaque na conferência que a PPA organizou sobre "Financiamento de infra-estruturas sustentáveis de abastecimento de água e saneamento para cidades inclusivas e resilientes", que juntou em Lisboa perto de uma centena de empresas.*

## Rota Lisboa Luanda TAAG reforça e TAP reduz

Após o reforço da frota com duas novas aeronaves Boeing B777, a TAAG anunciou em Março o reforço da sua rota Luanda - Lisboa, que passa a 11 voos por semana.

Com gestão da Emirates desde 2015, a companhia de bandeira angolana recebeu em Junho a licença da Agência de Segurança Aérea da União Europeia para voar para a Europa como Operador de País Terceiro. Em compensação, e com o objectivo de racionalizar a oferta do serviço ao mercado, a TAP vai reduzir a frequência de voos semanais na rota Lisboa Luanda. A partir de 1 Julho a frequência passa de 10 para 8 voos semanais.



**"Calcula-se que estejam envolvidas na produção alimentar aproximadamente dois milhões de famílias camponesas. Esse universo representa cerca de 90% da produção de alimentos do país", Min. da Agricultura de Angola, Afonso Pedro Canga, in entrevista à ANGOP**

**"As perspectivas para 2016 permanecem desafiadoras, apesar do aumento no preço do petróleo nas últimas semanas, sendo que a actividade económica deverá desacelerar ainda mais. Porém, poderá materializar-se uma recuperação modesta em 2017, caso os termos de troca de Angola continuem a melhorar e a escassez de divisas, que tem vindo a afectar negativamente a produção do sector não petrolífero, seja resolvida", Ricardo Velloso, Chefe da Missão do FMI a Luanda, no final da visita que efectuou em Junho**

### PESSOAS

#### Isabel dos Santos

A empresária angolana, filha do Presidente da República, assumiu em Junho a presidência da petrolífera estatal, Sonangol EP. A nova equipa de gestão da Sonangol EP tem como "principal objectivo implementar o novo modelo para o sector petrolífero angolano e executar um Programa de Transformação".





# Revolução verde

## A aposta na agricultura

Os inúmeros projectos de investimento no sector agrícola e agro-industrial estão a transformar o país e, a médio prazo, vão acabar com a dependência externa no plano alimentar.

T MANUELA SOUSA GUERREIRO | FDR

No final de Maio o navio ‘Santa Francesca’ partiu do porto do Lobito com destino a Portugal. Abordo seguiram cerca de 17 toneladas de banana produzidos na fazenda agro-industrial Bacilin, no Culango, província de Benguela. A notícia teve destaque nos principais meios de comunicação social, tanto em Angola como em Portugal, por se tratar da primeira exportação de banana para a Europa em mais de quatro décadas. Um factor positivo numa altura em que a economia do país está a sofrer com a quebra abrupta do preço do barril de petróleo e um indicador do potencial agrícola do país numa altura em que todos os esforços

estão voltados para a tão almejada diversificação económica.

Mas ainda é cedo para celebrar. Os dados referentes a 2015 refletem ainda uma economia dependente das receitas provenientes do sector petrolífero, que cresceu nesse ano cerca de 6,3%, face a 2014. Pelo contrário, o crescimento moderado da economia angolana, que a última estimativa oficial coloca nos 2,8%, é atribuído ao comportamento do sector “real” que desacelerou significativamente face ao observado em 2014, para o que contribuiu uma conjuntura marcada pela escassez de divisas, pela queda do consumo privado e pela diminuição do investimento público. Um cenário

que o Governo está apostado em mudar. A agricultura e, em especial, o desenvolvimento das actividades agro-industriais, são apontadas como “prioridades nacionais”. Contrariando a tendência de queda das despesas do OGE direccionado para agricultura, dos últimos anos, o Governo angolano tem inscrito no OGE 2016 um aumento de 19% dos recursos reservados à agricultura, tendo fixado as despesas para o sector em KZ 34,8 mil milhões. Um esforço justificado “pela necessidade de reestruturar a agricultura, reforçando o seu papel base central para a industrialização do país. A cadeia produtiva de valores do sector tem uma forte influência na diver-

sificação da economia, diante do actual cenário macroeconómico”, pode ler-se no OGE.

O objectivo do Governo é a criação de condições para que a agricultura de pequenos produtores seja sustentáveis. “A transformação do modo de produção da agricultura de pequeno porte, aumentará o seu impacto económico, social, assim como os rendimentos obtidos pelos agricultores”, justifica o executivo.

O potencial agrícola do país é conhecido. Na década de 70 Angola era auto-suficiente na generalidade dos alimentos e foi um grande exportador de café e milho, para além de banana, açúcar, óleo de palma, feijão e mandioca. Uma realidade que contrasta com a agricultura de subsistência que hoje é, na generalidade do território, praticada. Mas há indícios de mudança, como esta última exportação de bananas comprova.

## PROJECTOS EM TODO O PAÍS

No início deste ano a unidade técnica para o investimento privado (UTIP) assinou um contrato de investimento com a Novagro lider no valor de USD 15 milhões destinados à produção agro-industrial e agro-pecuária e transformação de hortofrutícolas. Um novo investimento feito por um dos grupos empresariais, o grupo Líder, que mais tem contribuído para o desenvolvimento agrícola do país. Desde 2009 que a Agrolíder, uma das 12 empresas que fazem parte deste conglomerado, é o maior produtor de hortofrutícolas do país, tendo em 2015 produzido aproximadamente 150 mil toneladas de produtos agrícolas, mais 40 mil toneladas do que no ano transacto. Com mais de seis mil hectares em produção, este grupo é um exemplo destacado no sector mas não está sozinho. Nos últimos dois anos várias empresas angolanas, e não só, têm canalizado vários milhões de dólares para projectos agrícolas, alguns com forte componente agro-industrial, é o caso do grupo angolano WM e da portuguesa Euroeste que destacamos mais à frente nesta edição.

Outros projectos, público e privados, estão em marcha. É o caso do Pólo Agro-Industrial de Capanda (PAC), na província do Malanje. O PAC foi criado em 2007, estando sob gestão da SODEPAC - Sociedade de Desenvolvimento do Pólo Agro-industrial de Capanda, a qual é liderada por Carlos António Fernandes, um nome familiar

para muitos empresários já que durante vários anos liderou a Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) do país. A SODEPAC é uma sociedade anónima de capitais públicos detida pelo Instituto Angolano de Participações do Estado (70%), pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário (15%) e pela Gesterra - Gestão de Terras Aráveis (15%). A SODEPAC é a gestora das potencialidades energéticas, agrícolas, hídricas, agro-industriais e silvícolas nos limites do PAC, o qual compreende uma área de 411 mil hectares de terras, dos quais cerca de 293 mil hectares são reservados à agricultura. Para além da sua dimensão, outros factores podem colocar o PAC à frente desta “revolução verde” que Angola tanto necessita para contrariar a crise petrolífera. Desde logo a existência de abundantes recursos hídricos e energéticos, dada a proximidade à barragem hidro-eléctrica de Capanda, facilidades logísticas e de transporte, de destacar a ligação ferroviária Luanda -Malange que irá interligar com a futura plataforma logística do Lombe, que terá entre outras facilidades um porto seco, uma zona industrial, armazéns, central de combustíveis. Em estudo está ainda a construção de um ramal ferroviário que ligará Cacuso a Capanda, numa extensão de 62 km.

O PAC alberga já um dos maiores projectos agro-industriais em curso no país, a BIOCOM. Detida pela Cochan (40%), Odebrech (40%) e pela Sonangol (20%), visa ser um dos maiores projectos agro-industriais de cana de açúcar do continente africano. Ao investimento inicial de USD 750 milhões para o arranque do projecto acrescem outros (USD) 520 milhões, que vão duplicar a sua capacidade de produção. A BIOCOM possui uma área total de concessão de terras agrícolas de mais 81 mil hectares. A maturidade da 1ª fase deverá acontecer na colheita de 2020/21, nessa altura a empresa estará a produzir 2,2 milhões de toneladas de cana, 256 mil toneladas de açúcar cristal branco, 33 mil m3 de etanol anidro e irá exportar cerca 235 mil mwh de energia. Também localizada no pólo agro-industrial de Capanda estão duas das fazendas da Gesterra. A Fazenda de Pungo Andongo foi uma das pioneiras no PAC. Com uma dimensão de 33 mil hectares, dos quais 5 mil hectares estão reservados à produção de cereais, farinha de milho e ração. Tem como parceiro “tecnológico” é a Zogane. Também na região de Pungo Andongo, a

Fazenda Pedras Negras ocupa uma extensão de 10.000 ha, com uma área cultivável de 5.300 ha. O contrato de parceria foi assinado com a chinesa CITIC. Produção anual estimada de 22 400 toneladas de milho, 6 400 toneladas de soja, 4800 ton de feijão, 15 680 ton. de farinha de milho.

A Gesterra é uma sociedade anónima constituída, em 2004, por capitais públicos, e tutelada pelo ministério da Agricultura de Angola. Esta sociedade foi criada com o intuito de gerir as terras aráveis que constituem reserva estratégica do Estado, assim como projectos agro-industriais e pecuários. Sob a sua gestão constam as fazendas agro-industriais de Sanza Pombo, no Uíge, do Longa no Cuando Cubango, Kamacupa no Bié, Manquete no Cunene e Camaiangala no Moxico, e os projectos de desenvolvimento agro-industriais de Quizenga em Malanje, do Cubal em Benguela, do N’Zeto e do Negaje na província do Zaire, e do Lue-na no Moxico. Estes projectos estão em diferentes fases de desenvolvimento.

Na Fazenda Longa, por exemplo, inaugurada em 2014 e que representou um investimento de €76 milhões, financiado com recurso à linha de crédito do Banco de Desenvolvimento da China, deverá este ano produzir-se cerca de sete mil toneladas de arroz. Com 1 500 hectares de terras aráveis, a Fazenda Longa conta com uma unidade fabril para o processamento, secagem e empacotamento de arroz, três laboratórios, uma área residencial para os funcionários técnicos e um posto de saúde. Já a norte a Fazenda Camaiangala, um investimento de USD 70 milhões, será transformada numa cadeia produtiva, com opção para o cultivo em grande escala de milho e arroz. Com 72 postos de trabalho criados, o projecto contempla 16 mil hectares para o cultivo de feijão, batata-doce e rena, amendoim, melancia, arroz, milho e hortícolas diversas, no sistema de irrigação e de sequeiro, cujo lançamento das primeiras sementeiras de milho aconteceu em Novembro de 2013. Este projecto contempla a construção de 40 casas sociais para os técnicos, um mercado rural e armazéns para conservação de produtos, um aviário, fábrica de ração animal, assim como a criação de animais de pequeno porte.

## O FUTURO NA QUIBALA

Se é na agricultura e nos mais jovens que assenta o futuro do país, então a região da Quibala, na província do Kuanza Sul,

está na linha da frente já que reúne os dois. A região alberga aquele que é uma das principais incubadoras de jovens empresários agrícolas no país, o projecto Terra do Futuro. Financiado pelo Banco de Desenvolvimento de Angola, o projecto tem uma área disponível de 20 mil hectares, distribuída por 60 fazendas. Este modelo de negócio compreende desde a selecção e formação especializada dos jovens empresários, à constituição das fazendas, assistência técnica e acompanhamento. O modelo envolve ainda a componente agro-industrial. Mais recentemente o projecto foi duplicado na província do Bié.

De norte a sul do país, há bons exemplos do que Angola é capaz de produzir mas o crescimento e o desenvolvimento do sector agrícola nacional está ainda muito dependente dos investimentos que o Executivo angolano faz. #



# Políticas públicas e financiamento ao investimento

Reforçar o papel da agricultura enquanto base de sustentação das famílias e, sobretudo, do esforço de industrialização do país é uma das prioridades das políticas públicas em curso em Angola.

T MANUELA SOUSA GUERREIRO  
F JOÃO PEDRO SANCHES GAMA; FAZENDA DE SANTO ANTÓNIO; DR



O Programa de Diversificação da Produção Nacional prevê para 2016 a concretização de uma reforma estrutural no sector agrícola. Esta reforma pretende promover o aumento da produtividade e o “aprofundamento das sinergias entre o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e as instituições multilaterais de apoio ao desenvolvimento do agronegócio, geradoras de externalidades positivas que potenciam os esforços de combate a pobreza.” Inclusive, e de acordo com o Programa delinado pelo Executivo, o limite das garantias públicas disponíveis para o financiamento à economia em 2016 será maioritariamente direccionado para operações do sector agrícola. Entre outros, a Negócios elenca os principais.

- > Programa Angola Investe, criado com o objectivo apoiar o tecido empresarial nacional, em especial as Micro Pequenas e Médias Empresas (MPME), principais geradores de emprego e de riqueza para os angolanos. De acordo com o Ministério da Economia, o Angola Investe registava, no final do primeiro trimestre de 2016, um total de 468 projectos de financiamento aprovados, num montante que ascendia a 87.745 milhões de kwanzas. Deste total já haviam sido disponibilizados cerca de 61.188 milhões de kwanzas.
- > Linha de crédito do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) tem privilegiado financiamentos até 90% dos investimentos direccionados para os sectores da Agricultura; Indústria; Comércio e Prestação de Serviços, a taxa de juros de 6,7% ao ano. Aqui o destaque vai para a linha especial de crédito agrícola criada no âmbito do quadro do programa de fortalecimento



Com o nosso  
cimento, ajudamos  
a construir o futuro.



Na Secil assumimos os nossos compromissos com responsabilidade. Em Angola, produzimos cimento de qualidade, criamos oportunidades de emprego e formação para os angolanos e fazemos crescer uma indústria com respeito pelo meio ambiente. Queremos, com o nosso cimento, construir um futuro melhor para Angola.



# +19% NO OGE DE 2016

to dos pequenos e médios produtores agro-pecuários, no valor em Kwanzas equivalente a USD 350.000.000,00, dos quais USD 150.000.000,00 para o Crédito Agrícola de Campanha (CAC) e USD 200.000.000,00 para Crédito Agrícola de Investimento. O CAC é concedido pelos Bancos Operadores (BPC; BCI; BSOL e BAI Micro Finanças) a taxa de juro de 2% ao ano. O CAI é concedido pelo BDA a taxa de juro de 3,4%.

- > Fundo activo de capital de risco (FA-CRA): disponibiliza financiamento às Micro Pequenas e Médias Empresas, no montante em Kwanzas equivalente a USD 8.000.000,00, num período de vigência de 3 a 7 anos e participações minoritárias até 49% sobre o valor do projecto.
- > Fundo de garantia de crédito (FGC): Os beneficiários são as MPME certificadas pelo INAPEM. O fundo cobre até 70% do valor do empréstimo, sendo os restantes 30% cobertos pelo cliente sob a forma de garantias pessoais ou consignação de receitas. Tem como encargo a comissão de 2% ao ano, cobrada ao beneficiário pelo benefício da garantia.

## AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com declarações à ANGOP do Ministro da Agricultura, Afonso Pedro Canga, “a agricultura familiar e a praticada pelas famílias camponesas desempenha um papel muito importante, em termos de produção de alimentos. Uma boa percentagem do orçamento do sector é direccionada para a agricultura familiar.” O membro do Executivo sublinhou igualmente que os créditos negociados com o Banco Mundial, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) foram canalizados para o sector da agricultura familiar e, em especial, para áreas como a preparação mecanizada de terras, a disponibilização de fertilizantes, a vacinação

do gado e assistência técnica, nomeadamente através das Estações de Desenvolvimento Agrário (EDA) ou das brigadas do Instituto Nacional do Café (Inca).

O programa de apoio à agricultura familiar está a ser executado nas províncias de Malanje, Bié e Huambo e já beneficiou 50 mil famílias.

No âmbito da programação do 11º Fundo Europeu para o Desenvolvimento (FED), a União Europeia irá também disponibilizar 210 milhões de Euros em ajuda à cooperação. Esta ajuda é concedida através do Programa Indicativo Nacional, documento que define a estratégia de cooperação conjunta entre o Governo de Angola e a União Europeia.

“A erradicação da pobreza, a melhoria das condições de vida e a diversificação da economia são os principais objetivos da cooperação da União Europeia com Angola. Para atingir esses objetivos, a cooperação da UE com Angola vai focalizar-se em três sectores focais: ensino e formação técnico-profissional e ensino superior, agricultura sustentável e água e saneamento básico.”

No domínio do sector agrícola, o apoio da UE visa fomentar uma agricultura sustentável que melhore a segurança alimentar e nutricional das famílias rurais mais vulneráveis. De acordo com o documento da UE, os fundos a canalizar para este sector visam também aumentar a resiliência dos pequenos agricultores e famílias através da adopção de tecnologias melhoradas e adaptadas ao clima e do reforço da preparação para eventuais catástrofes. Este último, designado por Fortalecimento da Resiliência e Agricultura Familiar em Angola (FRAFA) teve início em 2016 nas províncias do Cunene, Huambo, Huíla e Namibe e está orçado em 20 milhões de euros. #

## LINHA DE CRÉDITO AGRICULTURA, PECUÁRIA E PISCAS

### Objectivo

Proporcionar funding de médio e longo prazos aos Bancos Comerciais para concessão de créditos para o financiamento de projectos devidamente estruturados e com viabilidade técnica, económica e financeira de Pequenas e Médias empresas, detidas maioritariamente por cidadãos nacionais.

### Montante da Linha

Akz 12.500.000.000,00

### Condições de Financiamento da Linha de Crédito aos Bancos Operadores

- Taxa de Juro: 4,65% a.a.
- Taxa de Juro de Mora: 2% a.a.
- Carência: até 48 meses
- Período de Utilização: até 18 meses
- Período de Reembolso: até 132 meses
- Período de Maturidade Total: até 180 meses
- GARANTIAS: Ordem de Débito Directo sobre a conta por si titulada junto do BNA

### Condições dos Crédito a Conceder pelos Bancos Comerciais aos Beneficiários Finais

- Carência: não inferior a 24 meses;
- Período de Utilização: não inferior a 9 meses;
- Período de Reembolso: não inferior a 66 meses;
- Período de Maturidade: não inferior a 90 meses

### Beneficiários

Pequenas e Média Empresas

### Valor Máximo por Projecto

Até Akz 500.000.000,00

Fonte: BDA

# BANCO BIC AGRICULTURA

BOAS SOLUÇÕES  
DÃO BOAS COLHEITAS



No mundo globalizado é determinante continuar a promover a inovação e a constante renovação das soluções para os agricultores. Banco BIC Agricultura é uma solução global com a abordagem local do novo parceiro para o seu negócio.

[www.bancobic.pt](http://www.bancobic.pt) | Informe-se Já 808 22 44 44

12ª e 13ª Edição 2019, 2020 e 2021



**BancoBIC**

Crescemos juntos

ENTREVISTA A CLARA ANA DE SOUSA, COUNTRY MANAGER  
DO BANCO MUNDIAL PARA ANGOLA E SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

# BM e Angola

## Novas parcerias em discussão

A Estratégia de Parceria Para o País (EPP) para o período 2014 - 2016 marca uma nova etapa na parceria entre o Grupo Banco Mundial e Angola, com a graduação de Angola para país de renda média.

T MANUELA SOUSA GUERREIRO | F IMF, DR, ARQUIVO CCIPA

### Quais as linhas estratégicas de actuação do Banco Mundial em Angola?

A Estratégia de Parceria Para o País (EPP) foi aprovada em finais de 2013 e cobre o período de Julho de 2014 a 30 de Junho de 2016. Marcou uma nova etapa na parceria entre o Grupo Banco Mundial (GBM) e Angola, com a graduação de Angola para país de rendimento médio. A sua implementação tem lugar numa altura em que o GBM está a adoptar a sua própria estratégia que prossegue dois objectivos principais: eliminar a pobreza absoluta e melhorar a partilha da prosperidade, de forma sustentável, em todos os seus países membros.

A EPP tem como objectivo geral a promoção de um desenvolvimento mais inclusivo e inclui dois pilares e um tema transversal. O primeiro pilar centra-se no apoio à diversificação da economia angolana, em particular através da revitalização da economia rural, da expansão das oportunidades de emprego, e do aumento da competitividade. O foco incide no reforço da economia não-petrolífera. O segundo pilar incide sobre a melhoria da qualidade de prestação dos serviços sociais de base e no fortalecimento do

sistema de protecção social para melhorar a qualidade de vida da população e capacitá-la para assumir um maior papel no desenvolvimento do país. O tema transversal da EPP complementa os dois pilares estratégicos e tem como objectivo fortalecer as capacidades humanas e institucionais, elevando-as para níveis mais consentâneos com o que é esperado de um país de rendimento médio.

### Qual o montante de ajuda destinada a Angola para este período?

O Banco Mundial tem um portfólio de cinco projectos num total de USD 876 milhões. O Banco Mundial tem em preparação projectos nas áreas da agricultura, água e estatísticas e ainda uma série de serviços de consultoria reembolsáveis (RAS). O MIGA, braço do GBM dedicado a concessão de garantias, e o IFC, braço do GBM dedicado ao apoio ao sector privado, também têm em curso apoios a Angola nas áreas de água, energia, sector financeiro, comércio e indústria manufactureira.

### De que forma a assistência está a ser canalizada?

O Banco Mundial está a prestar apoio

nas áreas mencionadas acima através de da concessão de empréstimos e de outras actividades. As primeiras incluem empréstimos dirigidos a investimentos nos sectores da água, agricultura, educação, saúde, estatísticas e protecção social. Também já concedemos um empréstimo de apoio a políticas de desenvolvimento, assim como garantias. As actividades apoiadas pelo GBM incluem trabalho analítico e assistência técnica em várias áreas incluindo a protecção social, o ambiente empresarial, sector financeiro, avaliações da educação, estatísticas de saúde e gestão das finanças públicas.

**Há um ano o Banco Mundial acordou o 1º programa de financiamento da política de desenvolvimento de gestão fiscal com o Governo de Angola, no montante USD 450 milhões, mais USD 200 milhões em garantias. Este montante foi disponibi-**



## lizado na totalidade? Quais as condições deste empréstimo?

Com efeito, o Conselho de Administração do Banco Mundial aprovou a 30 de Junho de 2015 o financiamento de uma operação de apoio à política de desenvolvimento. O BIRD oferece dois tipos de produtos para novos compromissos de empréstimos: empréstimos de spread fixo e de spread variáveis. Deste modo concede-se aos mutuários flexibilidade na selecção de termos consentâneos com a sua estratégia de gestão da dívida e adequados à sua capacidade de serviço da dívida. A operação, de apoio às políticas de desenvolvimento aprovada em 2015, segue a primeira opção e tem uma maturidade de cerca de 30 anos, com um período de graça de 10 anos. Os USD 450 milhões foram desembolsados na sua totalidade. O Governo de Angola tem uma ambiciosa agenda de reformas que, em alguns casos, é apoiada por esta operação. Por exemplo, menciona a expansão do número de agregados familiares que beneficiam do Cartão Kikuia, uma iniciativa que visa fornecer acesso a bens básicos para os mais pobres de entre os pobres.

## Este é o primeiro apoio no âmbito do BIRD, poderão seguir-se outros?

O Banco Mundial e Angola estão a trabalhar no sentido de expandir as áreas de colaboração através de financiamentos directos e outras actividades. Neste contexto, uma segunda operação de apoio a políticas de desenvolvimento está em preparação, esperando-se que a mesma seja apreciada pelo Conselho de Administração ainda no decurso deste ano de 2016. Em cima da mesa estão também projectos para os sectores das águas, agricultura e estatísticas. Há outras parcerias em discussão, que poderão resultar em projectos. O Banco está a preparar trabalhos analíticos e há um diálogo permanente para se delinear assistência técnica em várias áreas.

## Angola está num período de transição para país de rendimento médio. Isso significa que o país poderá receber um novo pacote de ajudas mais direccionado à diversificação da economia e apoio ao sector produtivo?

Segundo a classificação do GBM, Angola já é um país de rendimento médio. A classificação do Banco Mundial difere



## “OS DESAFIOS QUE O PAÍS ENFRENTA PROPORCIONAM OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DE UMA ECONOMIA MAIS SUSTENTÁVEL”

em alguns aspectos da das Nações Unidas, onde a transição do país está ainda a ter lugar. O apoio agora fornecido está a ser canalizado para a agenda de diversificação, uma prioridade fundamental das autoridades angolanas. Como qualquer outro país de rendimento médio, Angola conta cada vez mais como o apoio do Banco em ‘produtos de conhecimento’. As experiências em curso no país estão a ter maior repercussão e patilha, como aconteceu recentemente durante as reuniões de primavera do Banco Mundial e FMI, nas quais Angola participou no painel de alto nível sobre “Crise Global e como os Países estão a Gerir a Desaceleração do Crescimento”.

## De que forma os empresários angolanos poderão beneficiar do apoio do Banco Mundial?

O GBM tem um braço que se centra na prestação de apoio directo ao sector privado, a Corporação Financeira Internacional (IFC, em inglês). O seu braço de garantias, a MIGA, também apoia iniciativas privadas através de emissão de vários tipos de garantias. Mas é preciso su-

blinhar que, através do apoio a entidades soberanas nacionais e sub-nacionais, o Banco Mundial contribui para o desenvolvimento de condições favoráveis para as iniciativas privadas, por exemplo através de projectos que incluem linhas de crédito para os pequenos agricultores ou de melhoria do ambiente de negócios.

## Quais as expectativas do Banco Mundial quanto ao desenvolvimento da economia angolana no curto e médio prazo?

Vemo-nos como parceiros de Angola a longo prazo. Os desafios que o país enfrenta proporcionam oportunidades para o desenvolvimento de uma economia mais sustentável e o Banco Mundial está pronto para responder às demandas que o governo angolano venha a apresentar para acelerar e fortalecer esse processo. Em linha com as nossas metas de eliminação da pobreza absoluta e melhoria na partilha da riqueza, estamos focados em apoiar as autoridades a proteger os ganhos obtidos no combate à pobreza na última década, reforçando, simultaneamente, o quadro para uma prestação mais eficaz dos serviços sociais básicos. #

# Petróleo

## Crise obriga a reestruturação

A geopolítica e a conjuntura económica estão a provocar profundas alterações nos principais operadores mundiais. O objectivo é tornarem-se mais flexíveis, mais eficientes e rentáveis. Angola não escapa a esta mudança.

T MANUELA SOUSA GUERREIRO | F BRUNO BARATA; DR



A indústria do petróleo enfrenta hoje uma recessão a nível global, ao mesmo tempo que atravessa uma das maiores revoluções estruturais dos últimos 60 anos. Causa ou consequência? É difícil de dizer mas a verdade é que o petróleo de xisto converteu os EUA numa super-potência energética. São hoje o maior produtor mundial de gás e disputam com a Arábia Saudita o título

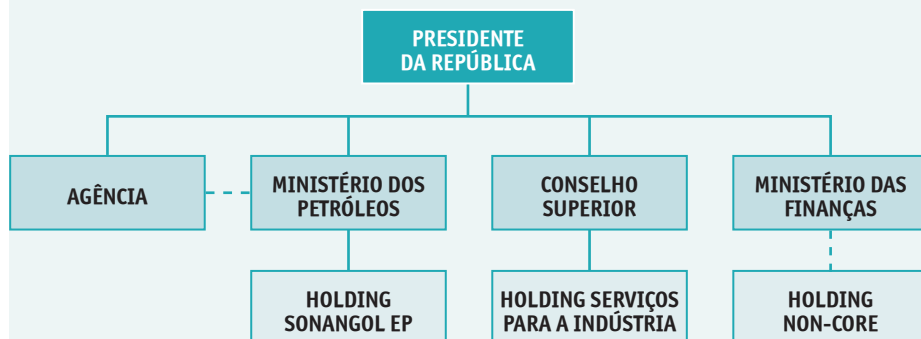
de maior produtor de crude. O crescimento da sua produção expressa bem essa hegemonia: em 2008, os EUA produziam 6 milhões de barris/dia e em 2014 passaram a produzir 10 milhões de b/d. E só isto é (quase) suficiente para mudar a geopolítica da energia. Ao mesmo tempo, o médio oriente, o “coração da indústria”, onde estão concentradas 70% das reservas convencionais de petróleo e gás do mundo - que mantém

elevados níveis de produção -, vive uma instabilidade sem precedentes. Esta instabilidade é tão ou mais preocupante já que pelo estreito de Ormuz são escoados 20 milhões de barris de petróleo, o correspondente a 86% das importações do Japão, 82% das importações da Coreia do Sul, 42% das necessidades da Europa e 22% dos EUA. Ultrapassada a crise que indústria teremos? Esta foi a questão dominante na conferência *The lusophone strategy for surviving and thriving in the era of low oil prices*, que juntou em Lisboa no final de Maio mais de uma centena de especialistas, entre advogados, técnicos e gestores da indústria do petróleo, analistas e investidores. O evento foi organizado pela AIPN (Association of International Petroleum Negotiators) em conjunto com a sociedade de advogados Vieira de Almeida, que, entre outros, está a assessorar a reestruturação em curso na estatal Sonangol.

Os eventos da AIPN são conhecidos por promoverem o debate no seio da indústria de Oil & Gas e, nesse aspecto, a conferência de Lisboa não desiludiu. A indústria Oil & Gas procura adaptar-se aos preços baixos e os países produtores não escapam à conjuntura.

Expectativas e conjuntura à parte, permanece uma questão: o petróleo será um activo de peso na matriz energética do futuro? “Nos próximos 15 a 20 anos a população mundial vai passar dos sete mil milhões para os 8,5 mil milhões. Mais pessoas, maior consumo de energia. Nos próximos 25 a 30 anos vamos assistir a um aumento do crescimento do consumo energético na ordem dos 40%”, sublinhou António Costa e Silva, CEO da Partex Oil & GAS. Mas nem toda a energia virá do petróleo, o gás e as

## NOVO MODELO PARA O SECTOR PETROLÍFERO



energias renováveis vão ter uma palavra a dizer. Se a médio e longo prazos as perspectivas são de crescimento, no curto prazo, porém, o momento é de reformas. Angola não é exceção. “Angola tem imenso potencial”, sublinha o gestor e especialista neste domínio. Em termos estratégicos é preciso olhar para os recursos do “deep-of-shore, até ao on-shore” diz. De Cabinda aos deltas do Namibe e do Cuango Cubango, sem esquecer “as rochas mães”, ricas em xisto, “as mais promissoras da África Ocidental”. “Atenção”, também, a toda a cadeia de valor entre o *down* e o *upstream*, que é como quem diz, da pesquisa e da produção, até à distribuição e comercialização.

Tão importantes como as reformas na indústria são os impactos que as receitas petrolíferas podem e devem ter na diversificação da economia angolana. “À semelhança do que está a ser feito em países como a Arábia Saudita, Angola deve usar as receitas do petróleo para fazer a diversificação da sua economia.

Não basta criar fundos

de investimento ou reservas no exterior. É preciso olhar para o interior e ver como é que o Estado, que gere estes recursos, pode desenvolver a agricultura, a indústria, etc., e a indústria petrolífera pode, e deve ter, ter um papel mais directo nesse processo”, defende António Costa e Silva.

A Partex Oil&Gas está presente em Angola no bloco 17 o6, com a Total e com a Sonangol, onde, de acordo com o CEO, as perspectivas são animadoras. “Estamos a avaliar as descobertas e a traçar os planos de produção”, avança António Costa e Silva.

### UMA AGÊNCIA, TRÊS HOLDINGS E UM NOVO MODELO DE GESTÃO

Se em Angola a (necessária) transformação da economia está em marcha, pode dizer-se que, no que ao sector petrolífero nacional diz respeito, é a estatal Sonangol que está no ‘centro-do-furacão’.

No final de 2015, o Presidente da República criou a Comissão de Reajustamento da Organização do Sector dos Petróleos com o objectivo de proceder “à avaliação, análise

se e propor uma estratégia integrada e um modelo organizativo capaz de aumentar a eficiência do sector petrolífero nacional”. Simultaneamente, foi criado um comité de avaliação e análise com um conjunto de competências alargado: elaborar o diagnóstico do estado do sector; avaliar o papel da concessionária nacional; desenvolver um modelo organizacional; identificar oportunidades operacionais e quantificar o potencial de melhoria da Sonangol E.P.; e, finalmente, elaborar um plano de acção e o estudo do melhor modelo de organização para a indústria nacional de Oil&Gas. “Face à conjuntura, o Governo angolano entendeu por bem que era preciso acabar com algumas ineficiências do modelo até então seguido, mas sem com isso criar disrupções quer entre as companhias que operam no país quer no grupo Sonangol”, revelou Alexandre Gorito, managing director do Boston Consulting Group (BCG). A BCG e a sociedade de advogados Vieira de Almeida foram os dois consultores independentes que integram o comité de avaliação, presidido pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, Edeltrudes da Costa, coadjuvado pelo ministro dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos. Neste comité participaram ainda o ministro das Finanças, Armando Manuel, o governador do BNA, na altura José Pedro de Moraes Júnior, e um representante da Sonangol E.P.

O novo modelo, entretanto aprovado e apresentado pelo Executivo, assenta na distribuição de activos até agora concentrados na Sonangol E.P. por duas novas holdings, cabendo àquela “apenas” a gestão dos activos e dos contratos petrolíferos, e na criação de uma nova agência nacional e de um Conselho Superior.

Para perceber o que isto significa é preciso primeiro olhar para aquilo que é o universo Sonangol: mais de 18 subsidiárias, várias dezenas de participações em empresas fornecedoras de serviços à indústria petrolífera, para além dos negócios/investimentos nas áreas financeira, comunicação, indústria, imobiliário, construção, saúde, entre muitos outros. Um universo de quase uma centena de empresas que confirmam o estatuto de ‘braço empresarial’ do Estado que, durante décadas, a petrolífera nacional exerceu, mas que fazem da reorganização um processo bastante complexo. “Estamos a transformar um sector chave da economia do país”, afirmou Alexandre Gorito à Negócios à margem da conferência.



**“NOS PRÓXIMOS 25 A 30 ANOS VAMOS ASSISTIR A UM AUMENTO DO CRESCIMENTO DO CONSUMO ENERGÉTICO NA ORDEM DOS 40%”, António Costa e Silva, CEO da Partex Oil & GAS**



**“O MODELO FOI ACEITE E APRESENTADO E O EXECUTIVO ANGOLANO ESTÁ AGORA A PREPARAR A SUA EXECUÇÃO”, Alexandre Gorito, Managing director do Boston Consulting Group**

A fase inicial deste processo de reestruturação compreende a construção de uma nova “macro-estrutura do sector”. Assim, a nova estrutura contempla a Sonangol E.P., agora com a função exclusiva de gerir e monitorizar os contratos petrolíferos, e duas novas holdings: uma dedicada aos serviços de apoio à indústria oil&gas e uma outra que reunirá as participações non-core do grupo.

A Sonangol E.P. continua na esfera de influência e dependência do Ministério do Petróleo; a holding dos serviços responderá a um Conselho Superior de Acompanhamento do Sector Petrolífero (outra novidade do novo modelo). Este é um órgão colegial que irá ter a competência de aprovar a estratégia, os investimentos e os planos plurianuais das várias entidades empresariais que passarão para a esfera desta holding. Este Conselho vai reportar directamente ao presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Já a holding das participações *non core* (onde se incluem as participações que a Sonangol detém em vários bancos, como é o caso do português MillenniumBCP) ficará sob a égide do ministério das Finanças.

Outra novidade é a criação de uma agência nacional, cujo o objectivo central “é o de garantir que o país tenha uma estratégia de longo prazo para um sector que se quer competitivo e criador de valor. Porque, ao contrário do que acontecia no passado, a competitividade do sector petrolífero não depende apenas de questões técnicas, precisa de leis laborais, fiscais, etc., adequadas, e isso ultrapassa a esfera de atribuições do Ministério dos Petróleos”, justificou Alexandre Gorito.

Em conversa com a Negócios o partner do BCG explicou também que à nova agência caberão ainda os papeis de checks and balances do sector petrolífero de provedoria entre os operadores internacionais, a Sonangol E.P. e o ministério dos Petróleos.

“O modelo foi aceite e apresentado e o Executivo angolano está agora a preparar a sua execução. Há muito ainda a decidir e este é um programa que comporta muitas fases e, sobretudo, ainda estamos longe da optimização dos processos”, advertiu Alexandre Gorito. #

## ANGOLA LNG REALIZA O PRIMEIRO CARREGAMENTO PÓS-PARALISAÇÃO

Um ano e meio depois de paragem forçada, o projecto Angola LNG (ALNG) realizou em Junho o primeiro carregamento pós-paralisação, que será comercializado no âmbito de um concurso de venda internacional.

A produção está em curso e a ALNG espera realizar novos carregamentos de LNG e de GPL (gás de petróleo liquefeito) no âmbito do processo de testes e de rearranque da unidade. A entrega formal da unidade pelo empreiteiro geral, Bechtel, e a sua exploração comercial ocorrerão como previsto, no termo da paralisação programada.

A ALNG representa hoje um investimento global de USD 12 biliões, o qual incluiu a construção da unidade de processamento e produção localizada no Soyo com uma capacidade de 5.2 milhões de toneladas/ano de gás natural liquefeito. No âmbito do projecto foi ainda construída uma rede de pipelines com uma extensão de 500 Km que liga os campos petrolíferos (Concessões de Cabinda, nomeadamente blocos 0, 14, 15, 17 e 18) à unidade de processamento. O investimento na rede de gasodutos ascende a USD 8 biliões. “A unidade da ALNG esteve paralisação após a ocorrência de um incidente em Abril de 2014, devido a uma falha num dos gasodutos do sistema de queima de gás. A paragem da fábrica foi prolongada de modo a permitir à empreiteira a resolução das anomalias relativas ao incidente e, ao mesmo tempo, melhorar a capacidade produtiva fabril.”, avançou Artur Pereira, CEO da Angola LNG Marketing Ltd. à Negócios.

Durante os vários meses em que esteve em operações, a ALNG chegou a exportar 10 carregamentos de LNG e 9 de líquidos de gás natural. O grupo que agora renasce tem um posicionamento regional. “O nosso objectivo é fazer da ALNG um player regional do gás natural. Nesta nova estratégia, não descuramos do mercado nacional nem do potencial de crescimento futuro que este representa. No gás butano, a nossa produção dá preferência ao mercado doméstico, pelo que, no futuro, Angola vai deixar de importar butano”, afirmou Artur Pereira.

**“HOJE SOMOS UM GRUPO MAIS EFICIENTE E MAIS COMPETITIVO, MESMO FACE A UMA CONJUNTURA INTERNACIONAL QUE É DOMINADA POR PREÇOS MAIS BAIXOS”, Artur Pereira, CEO da Angola LNG Marketing Ltd.**

O grupo opera em toda a cadeia de valor, do upstream ao downstream. São agora cinco as entidades existentes: a Angola LNG Ltd., detentora de todos os activos, adquire o gás e vende o LNG, líquido e gás doméstico; a Angola LNG Pipeline Company, que gere a rede de pipelines; a Angola LNG Operating Company, operadora, responsável pela gestão da fábrica e pela actividade no Soyo; a Angola LNG Supply Services, providencia o transporte das cargas de LNG e gere uma frota de sete navios; e a Angola LNG Marketing Ltd., que comercializa o LNG em nome da Angola LNG Ltd.

As quatro primeiras entidades são detidas pela Sonangol (22,8%), Chevron (36,4%), ENI (13,6%), BP (13,6%) e Total (13,6%). As mesmas companhias entram no capital da Angola LNG Marketing Ltd, que tem a sua sede em Londres, mas com posições diferentes.

A Sonangol tem uma participação de 50% do capital, a Chevron 23,6%, e a ENI, a BP e a Total detêm, cada uma, uma quota de 8,8%.

“Hoje somos um grupo mais eficiente e mais competitivo, mesmo face a uma conjuntura internacional que é dominada por preços mais baixos”, sublinhou o CEO da Angola LNG Marketing Ltd. #



## Missão Keep it simple!

Fornecer terapêuticas ao melhor preço possível, com uma garantia de excelência alicerçada em várias décadas de atividade. Disponibilizar novos medicamentos e soluções terapêuticas com alto padrão de qualidade, inovação, competitividade e segurança, adequados às necessidades e exigências dos mercados.



## Capacidade Unidade fabril "State of Art"

15 Milhões euros de investimento numa nova unidade produção e controlo de qualidade dedicada ao desenvolvimento e fabrico de líquidos orais e semi-sólidos. Unidade de produção com uma área de 6.500m<sup>2</sup>. Capacidade instalada 45 Milhões de unidades por ano.



## Your health, our world

O largo espectro da nossa atividade é assegurada pelo vasto portfólio disponível e pela amplitude dos mercados em que operamos.

Mais de 200 produtos para tratamento de 50 áreas terapêuticas.





## Mercados


Comercializamos atualmente produtos nos 4 cantos do globo, em mais de 20 países.


- Europa
- África
- Médio Oriente
- América Latina
- Sudoeste Asiático



 Parque Industrial  
Manuel Lourenço Ferreira, lote 15  
3450-232 Mortágua  
Portugal

 +351 231 920 250

 +351 231 921 055

 [basi@basi.pt](mailto:basi@basi.pt)

 [www.basi.pt](http://www.basi.pt)



# À procura de novas rotas

Angola ainda é um mercado estratégico para as empresas portuguesas? Ou os empresários e gestores portugueses estão a orientar as operações de internacionalização para novos rumos?

T MANUELA SOUSA GUERREIRO | INFOGRAFIA FILIPA ANDERSEN

A resposta a estas duas questões, aparentemente contraditórias, parece ser afirmativa. Angola ainda é um ‘peso pesado’ no comércio externo português mas os empresários estão de ‘malas feitas’ para outros destinos.

Em 2015, Angola foi o sexto maior mercado das exportações portuguesas, representando 4% do total das vendas para o exterior. Em valores, esta percentagem equivale a D 2.101.778.360. Nos últimos 10 anos Angola tornou-se um mercado crucial para as empresas portuguesas e, até 2012, foi mesmo um dos mercados que mais cresceu. Mas os tempos são outros e a actual conjuntura económica e financeira do país, agravada pelas dificuldades de meios de pagamento, leva a colocar a questão: Angola ainda é um mercado estratégico para as empresas portuguesas?

Há pouco mais de um ano a aicep Portugal Global lançou a estratégia de reforço de presença mundial com o intuito de apoiar de forma mais eficaz a internacionalização das empresas portuguesas. Seguindo as rotas de expansão já iniciadas pelo tecido empresarial, a Agência expandiu a presença a mercados como o Cazaquistão, a Coreia do Sul, o Equador e a Guiné Equatorial, e criou uma rede de especialistas na captação de investimento estrangeiro (FDI Scouts) focada em três áreas geográficas: América do Norte, Europa e Ásia. Simulta-

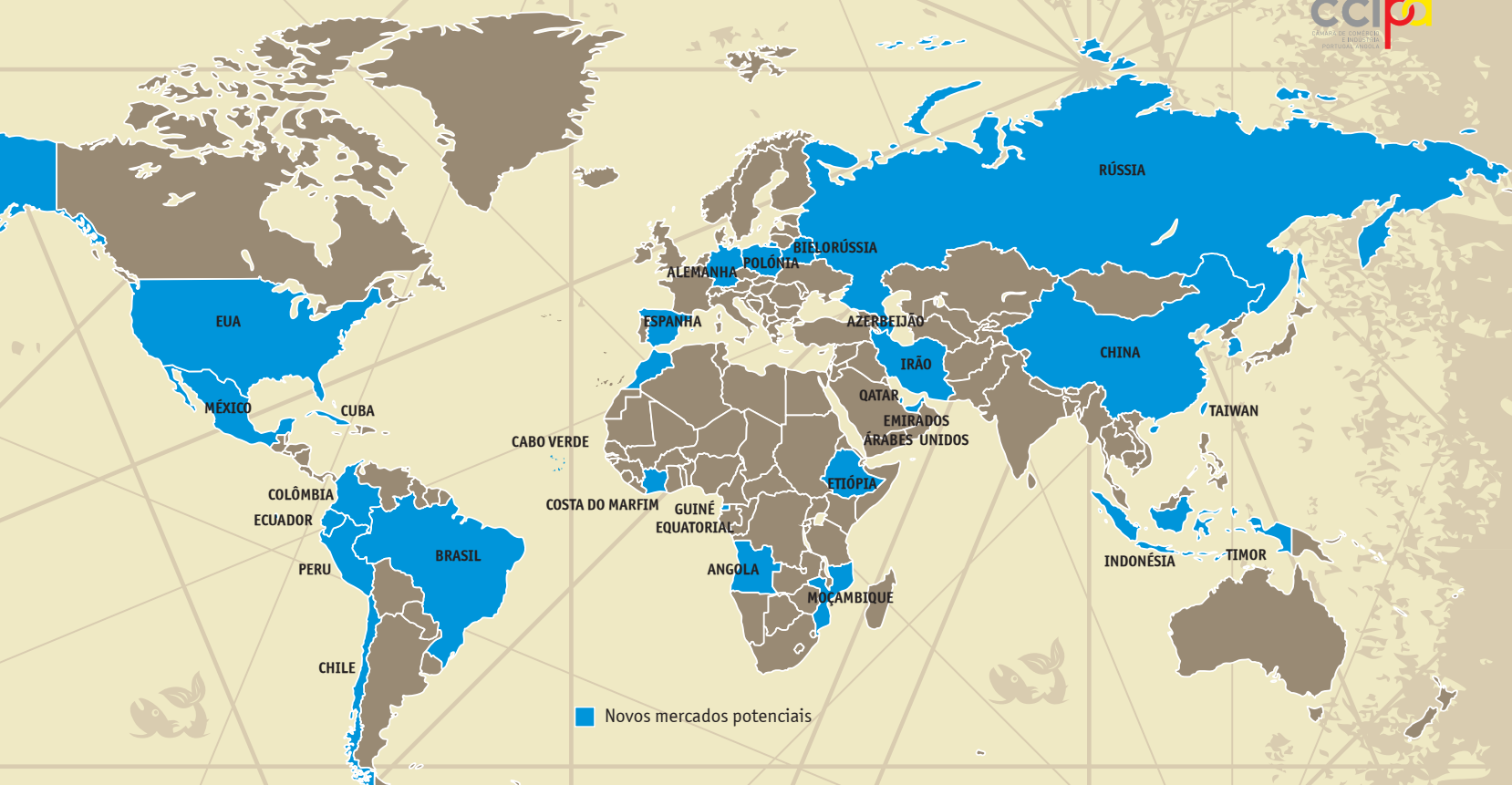
neamente, a aicep reforçou a presença em 26 outros mercados, onde se incluem os países da CPLP.

Novas rotas também fazem parte do dia-a-dia da Associação Industrial Portuguesa (AIP). Esta associação empresarial começou o ano com uma missão empresarial à Colômbia, com foco na capital Bogotá e nos ‘departamentos’ da Cundinamarca e Antioquia, durante a qual tiveram lugar 132 reuniões bilaterais com empresários locais. Em Março foi a vez do estado da Califórnia, nos Estados Unidos da América, seguindo-se Moçambique em Abril, Cabo Verde em Maio e Guiné Equatorial (Malabo e Bata) em Junho. Para esta Associação o segundo semestre do ano começa na Alemanha (Julho), seguindo-se a Polónia em Setembro, China (Xangai) em Outubro, e Indonésia em Novembro. Nesse mesmo mês está também agendada uma missão empresarial à vizinha Espanha, a Sevilha, no âmbito da XLIII Assembleia Geral da Associação Ibero-Americana de Câmaras de Comércio. A Associação Empresarial de Portugal (AEP), por sua vez, começou o ano com missões a Moçambique, ao Irão, a Timor e a Cuba. No segundo trimestre os destinos foram a Costa do Marfim e o Azerbaijão; e o segundo semestre será preenchido com missões empresariais à Colômbia, Bielorrússia, EUA, Brasil, Rússia, Etiópia, China, Taiwan e Alemanha.

O programa de internacionalização da AEP, “Business on the way”, abrange uma diversidade de acções de promoção das empresas, marcas e produtos portugueses em dezenas de mercados de quatro continentes: Europa, África, América e Ásia. A ideia é apontar caminhos novos, abrir portas e apoiar as empresas portuguesas na execução dos seus planos de internacionalização e de crescimento nos mercados externos. Em 2015, no âmbito deste programa, esta associação realizou 38 acções, em 23 mercados diferentes, abrangendo mais de duas centenas de empresas. Entre os mercados destaque para a Bielorrússia, Cazaquistão, Dubai, para os países lusófonos, como Angola, Brasil, Moçambique e Cabo Verde, assim como mercados com um potencial de crescimento assinalável, como a China, Turquia, Rússia, Qatar, Canadá, México, Chile, Taiwan, Senegal, Arábia Saudita, Irão, Colômbia e Cuba. Os sectores dos materiais de construção, construção civil, alimentação, bebidas e casa e decoração foram os mais dinâmicos, tendo, no conjunto destas acções concretizadas várias centenas de negócios, decorrente de mais de 1.500 intenções de negócio, fruto de 8.251 contactos estabelecidos. “A AEP continuará a privilegiar os operadores económicos ligados às fileiras de alimentação e bebidas, construção, casa e decoração e saúde. Mas, também estaremos particularmente atentos a sectores emergentes e cada vez mais importantes para a economia portuguesa, como as indústrias de defesa e segurança e de componentes para a indústria automóvel, numa parceria com a IDD e com a AFIA, respetivamente”, sublinhou Paulo Nunes de Almeida, presidente da AEP.

O reforço de internacionalização e a aposta na diversificação de mercados parece ser também a máxima que a grande maioria das associações empresariais portuguesas de âmbito regional está a implementar. De norte a sul de Portugal, 2016 afigura-se um ano pródigo em viagens/missões empresariais.

Aveiro não foge à regra. Elizabeth Rita, directora geral da Associação Industrial do Distrito de Aveiro explica que a região tem uma forte componente exportadora, pelo que a AIDA “tem vindo a direccionar a sua estratégia para o aumento da capacidade de exportação, através de mais empresas, com mais e melhores produtos, com maior



## ANGOLA AINDA É MERCADO ESTRATÉGICO

valor acrescentado, para a diversificação de mercados e para o aumento da sua base exportadora.” Uma estratégia que conta com o apoio do projecto INOV-MARKET, integrado no Programa Operacional de Competitividade e Internacionalização, Portugal 2020 e COMPETE 2020. “Estamos a desenvolver um conjunto de acções que visam continuar a apoiar o tecido empresarial capacitando-o para os processos de exportação e de internacionalização”, explica Elizabete Rita.

Entre as acções a empreender consta, claro está, as missões empresariais ao exterior. Marrocos, México, Cuba, Moçambique, Cabo Verde, Emirados Árabe Unidos, Qatar, Chile, China, Angola, Colômbia e Perú, são os mercados a visitar. Outra vertente de aposta é na vinda de importadores à região e no fomento de uma maior aproximação entre a procura e a oferta. “Facilita, reforça e consolida a entrada das empresas e dos produtos da região nos mercados externos, designadamente nos mercados de França, Reino Unido, Polónia e Alemanha, mercados alvo para a vinda de importadores”, refere a directora geral da AIDA. “A opção por estes mercados deve-se não só ao facto de os produtos portugueses serem reconhecidos pela sua qualidade e inovação, mas também por se verificar por parte destes países uma retoma do interesse por Portugal”, justifica.

E Angola continua a ser interessante? “Não obstante a actual situação económica, perspectiva-se que o país continuará a crescer nos próximos 10 a 15 anos, sendo um mercado de futuro, facto que os empresários devem ter em conta e para o qual devem estar atentos”, sublinha Elizabete Rita. Segundo a directora geral, “a AIDA tem vindo, desde 1991, a apostar no mercado angolano, com uma abordagem continuada e persistente, uma vez que as estratégias definidas pelas empresas nossas associadas passam por uma aposta a longo prazo, o que requer um contacto regular, alicerçado em relacionamentos pessoais e, muitas vezes, informais. Actualmente, apesar de algum abrandamento, as empresas do distrito de Aveiro continuam a considerar o mercado angolano como estratégico”. Outras associações empresariais tendem a partilhar a opinião. “As estatísticas do INE, cruzadas com as informações da AICEP mostram-nos que a larga maioria das PME (cerca de 70%) exporta para os mercados tradicionais da Europa - em especial Espanha, França, Alemanha, Reino Unido, Países Baixos, Itália e Bélgica - para os EUA e mercados lusófonos (designadamente Angola). Sentimos esse mesmo interesse por parte dos nossos associados”, considera fonte do departamento de internacionalização da AIP.

Apesar das empresas portuguesas estarem interessadas em novas rotas e em mercados tão distintos como a Turquia, o México, os Emirados Árabes Unidos, África do Sul, Japão, Filipinas, Taiwan, Malásia ou Chile, na realidade “cada um destes últimos representou menos de 1% do total das exportações portuguesas em 2015. Analisando o volume de vendas, verificamos que as empresas portuguesas continuam a privilegiar os mercados tradicionais, entre os quais está Angola”. Não obstante a quebra verificada no comércio bilateral com Angola no último ano, “com um regresso da estabilidade económico-financeira, é previsível que as empresas portuguesas regressem paulatinamente a este mercado”, refere fonte da AIP.

Os números mostram uma relação intrínseca entre os dois países: quando sobem as importações de um mercado, regra geral, sobem também as suas exportações. Ou seja, quando as coisas correm bem, correm bem para os dois lados e no passado os investimentos provaram isso mesmo. Angola e Portugal são mercados estratégicos para as respectivas economias; e não é só por que em português nos entendemos, é também, e sobretudo, pelos vários laços que unem as duas economias e, inclusive, porque as empresas portuguesas e angolanas podem (muitas já estão a) colaborar para exportar para mercados terceiros. #

# MAXAM • CPEA



A MAXAM CPEA produz e comercializa explosivos civis e acessórios de tiro para as mais diversas aplicações. A nossa gama de produtos contribui para que minas, pedreiras e outros utilizadores de explosivos, possam obter os melhores resultados na extracção de matérias primas que um país em reconstrução precisa.

Com mais de 140 anos de legado, aos engenheiros da MAXAM é confiada a responsabilidade dos projectos mineiros mais sofisticados, sensíveis e difíceis, com detonações a Céu Aberto e Subterrâneas em varias partes do mundo. A linha completa dos produtos da MAXAM atende às exigentes necessidades da classe mundial de minas a Céu Aberto, Subterrâneas e de operações especiais em todo os continentes.



Global Product Finder

## MAXAM • CPEA

Tel: +244 222 441 490  
contact.ao.cpea@maxam.net

CIVIL EXPLOSIVES - OUTDOORS - DEFENCE - CHEM - ENERGY

[www.maxam.net](http://www.maxam.net)

# Um novo elenco governamental para as eleições

Os ministérios do Comércio, da Saúde, do Urbanismo e Habitação, da Cultura e da Hotelaria e Turismo têm novos rostos. Mudanças que visam fortalecer o Governo numa fase em que o país já entrou em contagem decrescente para as eleições de 2017.

T MANUELA SOUSA GUERREIRO | F DR

**D**e uma só vez o Presidente de Angola nomeou novos titulares para as pastas da Saúde, Comércio, Urbanismo e Habitação, Cultura, Hotelaria e Turismo.

As mudanças chegaram também ao Banco Central, com a exoneração (a seu pedido) do governador José Pedro de Moraes, que foi substituído pelo jurista e docente universitário Valter Filipe Duarte da Silva. Já em Maio tomaram posse os vice-governadores do Banco Nacional de Angola, Manuel António Tiago Dias e Suzana Maria de Fátima Camacho Monteiro.

Para o ministério da Hotelaria e Turismo, José Eduardo dos Santos nomeou Paulino Domingos Baptista, que desde Janeiro ocupava interinamente as funções de ministro, e depois de Pedro Mutinde ter sido nomeado governador provincial do Cuando Cubango. O novo titular não é estranho ao sector já que ocupava as funções de secretário de Estado da Hotelaria e Turismo desde Outubro de 2012.

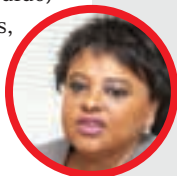
Branca Manuel da Costa Neto do Espírito Santo substituiu José Conceição e Silva à frente do ministério do Urbanismo e Habitação. Numa altura em que os sectores da construção e do imobiliário sentem um forte constrangimento, o Presidente nomeou alguém que conhece bem o mercado imobiliário com experiência e conhecimento no sector. Branca do Espírito Santo desempenhava os cargos de presidente executiva da empresa Imogestin e, por inerência, de presidente da Associação dos Profissionais do Imobiliário de Angola (APIMA) antes de ter sido nomeada ministra.

Carolina Cerqueira substituiu Rosa Cruz e



**PAULINO DOMINGOS BAPTISTA**  
Min. da Hotelaria e Turismo

**BRANCA ESPÍRITO SANTO**  
Min. do Urbanismo e Habitação



**CAROLINA CERQUEIRA**  
Ministério da Cultura

**FIEL DOMINGOS CONSTANTINO**  
Ministério do Comércio



**LUÍS GOMES SAMBO**  
Ministério da Saúde

Silva à frente do ministério da Cultura. A nova titular da Cultura era até à data deputada à Assembleia Nacional, depois de ter sido ministra da Comunicação Social entre 2010 e 2012.

## UM ECONOMISTA PARA O COMÉRCIO E UM MÉDICO PARA A SAÚDE

A saída de Rosa Pacavira do Comércio foi, provavelmente, a mais inesperada, atendendo à intensidade de iniciativas do Ministério nos meses que antecederam a remodelação. A extinção da ANIP e a criação da APIEX e de toda uma nova estrutura e processos de acolhimento do investimento privado foram as iniciativas governamentais mais relevantes em que o Ministério esteve envolvido em 2015 e que reforça-

ram as suas competências, sobretudo as relacionadas com os mercados externos. Para tutelar o Comércio, José Eduardo dos Santos foi buscar o economista Fiel Domingos Constantino. Licenciado em economia e gestão pela Universidade Agostinho Neto, tem uma pós-graduação em gestão e foi director de contabilidade e gestão da Empresa Pública de Águas de Luanda. Mas são os seus comentários e opiniões publicados nos principais jornais nacionais, onde era uma figura habitual, que o tornaram num conhecido comentarista e um forte crítico da 'subsídio dependência'.

Para a Saúde, José Eduardo dos Santos elegeu Luís Gomes Sambo, até então secretário de Estado da Saúde. Luís Gomes Sambo esteve mais de duas décadas ao serviço da WHO (Organização Mundial de Saúde), tendo ocupado nos últimos 10 anos, de 2005 a 2015, o cargo de director regional para África.

Médico de formação, Luís Gomes Sambo assume a tutela da Saúde numa altura em que o país enfrenta graves problemas de saúde pública, com a incidência do paludismo e da febre amarela, entre outras doenças graves. Crise agravada pela falta de meios e de medicamentos na generalidades dos hospitais públicos em Angola.

Em Abril, José Eduardo dos Santos reforçou as equipas dos ministérios das Finanças, do Comércio e das Pescas, com as nomeações de João Boa Francisco Quipipa (secretário de estado do Tesouro), de Jaime Joaquim Pedro Fortunato (secretário de estado do Comércio Interno) e de Carlos Filomeno de Martinó dos Santos Cordeiro (secretário de estado das Pescas). #

# Angola

## avança com medidas para sair da crise

T MANUELA SOUSA GUERREIRO | FDR

Com o preço da sua principal *commodity* nos níveis mais baixos das últimas décadas, Angola procura equilibrar as contas e traçar planos que permitam enfrentar as consequências da redução das receitas do Estado: a contracção da procura agregada da economia e, por conseguinte, a queda do sector não petrolífero, que passou de 8,2% em 2014, para 1,3% em 2015.

**E**ste é o principal objectivo do Governo de José Eduardo dos Santos com o programa “Linhas Mestras de Estratégia para a Saída da Crise Derivada da Queda do Preço do Petróleo no Mercado Internacional”, aprovado em Conselho de Ministros em Fevereiro, e que antecedeu o pedido formal de ajuda ao Fundo Monetário Internacional.

As contas fiscais de 2015 foram fortemente influenciadas pela queda do preço do petróleo. As estimativas do Governo apontavam para um receita total na ordem dos 3.242,3 mil milhões de Kz, cerca de 23,4% abaixo da obtida em 2014. Para além da diminuição das receitas petrolíferas, que em 2015 ficaram-se pelos 1.616,3 mil milhões de Kz, as receitas não petrolíferas ficaram muito aquém do previsto (-16,13%). Do lado da despesa fiscal, estima-se uma redução de 27% face a 2014. O rácio do stock da dívida governamental sobre o PIB situou-se em 2015 em torno dos 47%.

No plano da política monetária, 2015, não obstante as medidas implementadas, foi um ano de subida da inflação, que passou para os dois dígitos depois de, em 2014, se ter situado em 7,48%.

O crédito à economia, por sua vez, registou

até Novembro uma expansão de cerca de 13% face ao período homólogo de 2014.

No entanto, o segmento com maior peso no total de crédito concedido foi o dos particulares, com 19,67%; seguiram-se os sectores do comércio por grosso e a retalho (18,52%) e as actividades imobiliárias (14,91%), o que, na prática, significa que muito pouco foi canalizado para os sectores produtivos que promovem o crescimento e o emprego. O Governo avança que a taxa de crescimento do PIB em 2015 se situou nos 2,8%, cerca de 6 pontos percentuais abaixo do indicado no plano de desenvolvimento de 2013-2017. O sector petrolífero foi o que voltou a registar maior crescimento (6,3%, menos 3 pp que o previsto), enquanto que o sector não petrolífero não foi além de 1,3%, bem abaixo da estimativa de 5,3% feita inicialmente.

Apesar da ênfase colocada na diversificação da economia e no ‘apontar de baterias’ para o aumento da produção nacional, não é possível deixar de assinalar, pela negativa, o fraco desempenho do sector agrícola, com um crescimento de 0,3%, e da indústria nacional, que registou uma taxa de crescimento negativa de quatro pontos percentuais em 2015. Os sectores energéti-

co (2,5%), construção (3,5%), diamantífero e dos serviços mercantis (2,2%), bem o sector público (1,1%) foram os que mais contribuíram para o crescimento da economia o ano passado.

### APOSTA NA PRODUÇÃO INTERNA

A crise actual não é comparável à de 2008/2009, meramente conjuntural. Mesmo que se assista à recuperação dos preços do petróleo - e muitos observadores e analistas acreditam que isso aconteça ainda em 2016 -, é muito pouco provável que voltem aos valores praticados no período de 2011-2013.

A ‘receita’ para a saída da crise adoptada pelo Governo em Fevereiro pressupõe a substituição do petróleo como fonte principal (única) de receitas; a definição de um novo calendário para pagamento da dívida; e a promoção das exportações no curto-prazo. É nestas linhas de força que assenta a estratégia do Governo de Angola e todas elas estão profundamente dependentes de um único factor: o aumento da produção interna.

Nos próximos anos o investimento público irá concentrar-se nos chamados “projectos estruturantes” com forte impacto económico, que, por sua vez, estão organizados por clusters (energia e água, transportes e logística, alimentação e agro-indústria, geologia, minas e indústria, saúde e bem-estar social, para mencionar alguns).

Perto de 80% do investimento público previsto para o período 2013-2017 será canalizado para estes clusters, exactamente pelo





impacto que se espera tenham na diversificação da economia e na viabilização e aumento dos investimentos privados.

Dos investidores privados espera-se que acompanhem o investimento público, inclusive, o Governo já avançou que tenciona canalizar os saldos de linhas de crédito existentes, estimados em 5,47 biliões de USD, antes contraídos para fins públicos, para financiar “projectos privados de elevada rentabilidade e que sejam promotores da diversificação e das exportações”.

Outra das vias encaradas com potencial para, no curto prazo, elevar as receitas em divisas é a da promoção de exportações. São 13 os produtos eleitos como prioritários, entre os quais constam “minérios, madeiras, diamantes, cafés e mel”.

A programação do pagamento da dívida é também considerada crucial para atingir os objectivos.

O “exercício de sensibilidade da dívida existente indica como breack even para o equilíbrio mínimo do Serviço da Dívida um preço do barril de petróleo de 38 USD. Abaixo deste preço será necessário reestruturar a carteira da dívida”, afirma o documento estratégico aprovado em Fevereiro. As projecções do Serviço total da Dívida Externa (amortização, juros e comissões) totalizam para 2016 e 2017 os montantes de 3,32 mil milhões de USD e 2,91 mil milhões, respectivamente.

O novo ciclo económico que Angola está a iniciar quer-se menos dependente do petróleo, e isso é válido também para as contas públicas. Para potenciar a recei-

## PRODUTOS COM POTENCIAL DE EXPORTAÇÃO NO CURTO PRAZO

- Diamantes
- Rochas ornamentais
- Cimento e outros materiais de construção
- Café
- Mel
- Produtos de pesca (peixe, marisco e crustáceos) e seus derivados
- Madeiras
- Minério de ferro
- Bebidas alcoólicas e não alcoólicas
- Leguminosas e oleaginosas
- Hortícolas e tubérculos
- Sal iodizado
- Serviços (transportes, turismo e telecomunicações)

SUBSTITUIÇÃO DO PETRÓLEO COMO PRINCIPAL FONTE DE RECEITA

PROGRAMAÇÃO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA

ESTRATÉGIA FACE À REDUÇÃO DO PREÇO DO PETRÓLEO

NOVO CICLO ECONÓMICO DE ESTABILIDADE NÃO DEPENDENTE DO PETRÓLEO

PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DE CURTO PRAZO

ta tributária não petrolífera, o Governo aposta na modalidade ‘retenção na fonte’, designadamente dos impostos industrial, predial urbano, de selo, rendimentos do trabalho, aplicação de capitais e consumo. Para além disso, o programa de potenciação da receita tributária (PPRT) para o ano de 2016 estabelece 25 medidas prioritárias, que, estima-se, terão um impacto de 75 mil milhões a 140 mil milhões de Kz ao longo do ano.

## MENOS DIVISAS EM 2016

Em 2014 as divisas vendidas aos bancos comerciais cobriam em mais de 107% as importações de bens e serviços; este ano as projecções apontam para uma taxa de cobertura de 63%. O diferencial entre o montante de divisas comprado pelo BNA e vendida à banca está projectada em 4.618 milhões USD, o que deverá implicar uma perda de reservas internacionais de valor idêntico. Assim, é de esperar que continue a vigorar a regra de dar prioridade à venda de divisas destinadas à compra de bens e serviços que visem “garantir a manutenção do emprego”, (aquisição de matérias-primas e outros insumos, equipamentos e peças de reposição, salários de técnicos especialistas e operações do sector petrolífero); a “contenção da inflação” (bens alimentares e outros de consumo corrente de primeira necessidade e combustíveis), “a saúde e a educação das populações” (medicamentos, livros, material escolar, salários de médicos e professores estrangeiros) e a “realização de despesas prioritárias do estado” (operações inadiáveis).

Um objectivo claro é o de limitar as importações, que têm crescido à média de 10% ao ano. Nos últimos 3 anos, Angola gastou mais de 26 biliões de USD em importações de bens de consumo corrente, intermédio e de capital, em particular combustíveis (16,67%) e alimentos (14,08%). Em 2014, as importações dos bens que compõem a cesta básica (produtos de amplo consumo das populações) aumentou 94%. Apesar de em 2015 a compra destes produtos ter diminuído 3%, o Governo quer acelerar o ritmo de crescimento da produção nacional destes bens (por exemplo, milho, soja, batata, arroz, legumes, frango, algodão, cana de açúcar, óleo alimentar, óleo de palma, massas alimentares, entre outros), de modo a caminhar no sentido de atingir a auto-suficiência. #

# Comércio bilateral e os efeitos colaterais

A maioria das empresas que exporta para Angola é de micro e pequena dimensão e tem um volume de negócios inferior a € 1 milhão. E são estas as mais afectadas pelas dificuldades económicas e financeiras sentidas no comércio com Angola.

T MANUELA SOUSA GUERREIRO | F BRUNO BARATA; DR

No primeiro trimestre de 2016 as exportações de Portugal para Angola caíram 45%, face ao período homólogo de 2015, passando de €552 milhões para €303 milhões, menos €248 milhões, colocando o país na 9ª posição entre os principais clientes. Os números evidenciam uma forte quebra das

vendas de Portugal a Angola, em linha com a descida verificada ao longo de 2015. Angola terminou o ano de 2015 na sexta posição entre os principais mercados de exportação, responsável por 4% do total das vendas ao exterior. Esta percentagem equivale a €2.101.778.360, um número significativo mas que, confrontado com o

valor apurado em 2014, ano em que as empresas portuguesas venderam para Angola €3.176.022.681, revela um decréscimo de mil milhões de euros.

A falta de dólares para pagamento das importações e o crescimento da taxa de inflação no mercado angolano estão a condicionar (e muito) as vendas do lado português. Angola não foi o único país a sentir os efeitos da instabilidade económica mundial e da quebra do preço do petróleo, mas o grau de exposição das empresas portuguesas exportadoras a este mercado tem impactos preocupantes no tecido empresarial. Durante largos anos Portugal ocupou a primeira posição como fornecedor de Angola. Mesmo num ano marcado pela



## O MUNDO É O NOSSO LABORATÓRIO

A Recordati é uma multinacional com presença em mais de 100 países no mundo inteiro, que aposta desde 1927 na investigação e no desenvolvimento de novos medicamentos e moléculas para o tratamento de patologias como a dislipidemia, a hipertensão, as doenças da próstata e as doenças orais. Com provas dadas de inovação científica, não vamos parar até alcançarmos o nosso maior desiderato: oferecer mais e melhor saúde a todas as pessoas.



**JABA RECORDATI**

Lagos Park, Edif. Torre C, Piso 9  
2740-299 Funchal, Portugal  
Tel.: 21 432 95 00 Fax: 21 95 54 30  
www.jaba-recordati.pt

Capital Social de 1.000.000.000 de euros constituída por 100.000.000 de ações de 10 euros cada uma, inscritas no Registo Comercial da Câmara de Comércio de Lagos.



crise, como o foi 2015, Portugal logrou-se manter numa posição cimeira, a segunda logo atrás do gigante chinês e à frente de países como os EUA, a África do Sul ou o Brasil, como atestam as estatísticas de comércio externo publicadas pelo INE Angola. De Portugal vão uma variedade de bens, sendo as máquinas e aparelhos, os produtos alimentares e os metais comuns responsáveis por mais de metade do total exportado para Angola. Também relevantes para o volume de vendas a Angola são os medicamentos, os enchidos e os vinhos. Do lado contrário, as vendas de Angola para Portugal assentaram quase exclusivamente nos combustíveis minerais (petróleo), que representaram 98,9% do total.

### EXCESSIVA CONCENTRAÇÃO AUMENTA O RISCO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O ano passado as exportações portuguesas seguiram a tendência de concentração geográfica habitual: cerca de 70% das exportações lusas tiveram como destino a Europa, com a Espanha, a França, a Alemanha e o Reino Unido no topo da lista. Angola ocupou o 6º lugar, correspondente a aproximadamente cerca de 4,3% das exportações de Portugal. Mais do que o valor ou a percentagem, o risco do mercado angolano advém não do peso excessivo do país no contexto global das exportações portuguesas mas antes do que este mercado significa para o grosso das empresas

que fazem negócios com Angola. Quase 70% das empresas exportadoras de bens vende apenas para um mercado. E o comércio com Angola não foge à regra. Entre Janeiro e Setembro do ano passado, 6707 empresas portuguesas exportaram para Angola. Destas,  $\frac{3}{4}$  (4866) concentraram neste mercado pelo menos 50% das suas exportações, tendo sido responsáveis por 73,1% do valor exportado para este país nos três primeiros trimestres de 2015. Mais de metade das empresas (3605) canalizaram todas as suas vendas ao exterior para Angola, o correspondente a quase  $\frac{1}{3}$  do valor exportado (32,4%).

Que empresas são estas? Segundo o INE, as empresas que concentram pelo menos 50% das suas exportações para Angola são maioritariamente de pequena dimensão, quer em número de colaboradores (55,8% emprega menos de 10 pessoas) quer em volume de negócios (59,7% têm volumes de negócio abaixo de €1 milhão). Sem conseguirem receber o pagamento pelos bens e serviços exportados para Angola e sem poderem contar com linhas de crédito que as ajudem (segundo as empresas, o acesso à linha de crédito criada pelo governo para fazer face às dificuldades de pagamento de Angola é praticamente impossível), muitas PME i) suspenderam a actividade com o país e procuraram diversificar as vendas para outros mercados ou ii) enfrentam sérios problemas de tesouraria e arriscam mesmo ao fecho da actividade.

### COMÉRCIO: PRINCIPAIS INDICADORES

(mil euros e %)	2016	2015	Var. 16/15
<b>Total do Comércio Extracomunitário</b>			
Importações Portuguesas	4 104 330	4 416 013	-7,06%
Exportações Portuguesas	3 625 623	4 407 272	-17,74%
<b>Saldo</b>	<b>-478 707</b>	<b>-8 741</b>	<b>-12,4%</b>
<b>PALOP</b>			
Importações Portuguesas	267 223	304 226	-12,16%
% do total	5,6%	6,9%	-18,51%
Exportações Portuguesas	597 881	957 516	-37,56%
% do total	16,5%	21,7%	-24,10%
<b>Saldo</b>	<b>330 658</b>	<b>653 290</b>	<b>-49,39%</b>
<b>Angola</b>			
Importações Portuguesas	251 660	293 460	-14,24%
% nos PALOP	94,2%	96,5%	-2,37%
% no total extracomunitário	6,1%	6,6%	-7,73%
Exportações Portuguesas	394 937	724 667	-45,50%
% nos PALOP	66,1%	75,7%	-12,72%
% no total extracomunitário	10,9%	16,4%	-33,75%
<b>Saldo</b>	<b>143 277</b>	<b>431 207</b>	<b>-66,77%</b>

Elaborado pela CCIPA com base em dados do INE Portugal, em 11.mai. e 9.jun.16

Durante os três primeiros trimestres de 2015, cerca de 1500 empresas deixaram de exportar para Angola. Os números do último trimestre devem seguir a mesma tendência. E, considerando a quebra verificada no 1º trimestre de 2016, é de esperar uma diminuição deste indicador pelo segundo ano consecutivo. #

# Fim do licenciamento prévio pode acelerar mercado de capitais

BODIVA apresenta volume de transações que a poderiam colocar entre as oito principais bolsas de África.

T MANUELA SOUSA GUERREIRO | F BRUNO BARATA

**P**ouco mais de um ano após a primeira emissão, a BODIVA (Bolsa de Dívida e Valores de Angola) apresenta um volume de registos de títulos de dívida pública que a colocaria entre as oito principais praças africanas se estivesse completamente operacional.

De Maio a Dezembro de 2015 as negociações em títulos do tesouro ultrapassaram o equivalente a 800 milhões de USD. Nos primeiros meses de 2016, os valores mensais de títulos negociados oscilaram entre os trinta e três mil milhões de kwanzas em Janeiro - 171.963 obrigações do tesouro - e os onze mil milhões de Kwanzas em Abril - 148.541 obrigações e bilhetes do tesouro.

de supervisão, contratou uma plataforma de supervisão que, acreditamos, trará benefícios quer a montante, tornando-a mais eficaz para os supervisionados, quer a jusante, isto é, tornando-a mais célere e assertiva”, explica Vera Daves, administradora executiva da Comissão de Mercado de Capitais de Angola.

## BOLSA DE VALORES, O PRÓXIMO PASSO

Dentro em breve estarão criadas as condições legislativas e tecnológicas para que o mercado de registo de Títulos do Tesouro passe para o mercado de grosso (por enquanto as transacções são feitas nos balcões dos bancos registados e só depois é que estes as registam na plataforma da

nentes de pós-negociação do mercado de dívida do Banco Nacional de Angola para a CMC. “Numa primeira fase, quando a BODIVA estava a organizar-se, não fazia sentido fazer um corte com um processo que estava a funcionar bem. Agora é um passo importante e está a correr bem. Também já estão reunidas as condições tecnológicas e regulatórias para avançar com o mercado de dívida corporativa. Os passos necessários para a emissão de dívida corporativa encontram-se publicados no site da CMC e as empresas interessadas podem recorrer a qualquer uma das entidades que estão registadas: 13 na CMC e 12 tanto na CMC como na BODIVA, entre elas 10 bancos e duas corretoras”.

O número crescente de organismos de investimento é um aspecto também salientado por Vera Daves. Neste momento existem quatro sociedades gestoras de fundos de investimento e quatro fundos de investimento, três imobiliários e um mobiliário.

“Enquanto os sectores não petrolíferos da economia tiveram pouca dinâmica, vai continuar a haver um mercado de mobiliário tímido. Não obstante desta ser a melhor forma de democratizar o acesso ao mercado de capitais”, afirma a administradora executiva.

Por outro lado, para existir um mercado bolsista é necessário haver também actores, fundamentalmente, actores que estejam preparados para operar no mercado, algo que está ainda longe de ser uma realidade. Essa impreparação deu origem à criação de um programa operacional que visa formar e preparar as empresas para participarem activamente no mercado bolsista. Até porque, como explica Vera Daves, “do ponto de vista tecnológico e regulatório, a CMC está alinhada com as melhores práticas internacionais, pelo que mas não queremos ‘noivos’ imaturos que queiram ‘divorciar-se’ poucos meses depois.”

A questão do fluxo de capitais para o mercado de valores mobiliários - um ponto sensível devido aos constrangimentos existentes - não está esquecida. Vera Daves confirmou à revista Negócios que a CMC está a trabalhar com o BNA para encontrar uma solução que permita acabar com o licenciamento prévio sem comprometer a estabilidade cambial do país. Não é uma fórmula fácil, mas já existe um draft e estamos em fase de negociação avançada para que isso aconteça”, concluiu a Administradora executiva da CMC. #



**“ENQUANTO OS SECTORES NÃO PETROLÍFEROS DA ECONOMIA TIVEREM POUCA DINÂMICA, VAI CONTINUAR A HAVER UM MERCADO DE MOBILIÁRIO TÍMIDO. NÃO OBSTANTE DESTA SER A MELHOR FORMA DE DEMOCRATIZAR O ACESSO AO MERCADO DE CAPITAIS”, Vera Daves, Administradora Executiva da CMC**

A tendência registada neste primeiro ano de actividade, em especial no contexto de crise económica em que a BODIVA arranhou oficialmente - Novembro de 2014 - que diz muito do potencial de crescimento do mercado de capitais em Angola. “Decidimos começar pelo mercado de dívida pública, irão seguir-se os demais até chegarmos ao mercado de derivados. Optámos por avançar passo a passo. Nos últimos anos fizemos um trabalho intenso do ponto de vista regulatório e também de reorganização interna; a CMC reforçou as áreas

BODIVA). “Optámos por avançar com o mercado de registos enquanto não estivesse criada e regulada a figura dos operadores preferenciais, que são quem define o preço e faz esse mercado acontecer; essa competência cabe ao Ministério das Finanças, pelo que aguardamos que o diploma seja aprovado. Tudo o resto está operacional para que o mercado aconteça”, avança Vera Daves. Relativamente ao mercado de bolsa, a Administradora executiva da CMC avançou à revista da CCIPA que está em curso o processo de transição das compo-



# Uma parceria para o futuro

Depois de dezenas de projectos realizados com sucesso, assinala-se agora também a presença da **AdP Angola** nas províncias do **Huambo** e do **Uíge**, onde assume mais um compromisso com o objectivo fundamental de apoiar o funcionamento das empresas de água e saneamento de ambas as províncias, incrementando assim a **qualidade do serviço de abastecimento de água** às populações.



Contando já com 20 anos de colaboração com Angola no domínio da **prestação de serviços, formação profissional, assistência técnica e capacitação institucional**, com um grande conhecimento da **realidade angolana**, elevada **capacidade técnica** alicerçada na qualificação dos seus recursos humanos e uma excelente relação com **entidades financiadoras**, a **AdP Angola** continua a apresentar-se como um **parceiro estratégico** para Angola.

# Regresso ao passado?



João Bravo da Costa, Associado Sénior  
PLMJ Angola Desk, Parceiro do GLA

São bastante familiares e conhecidas por todos os angolanos as dificuldades resultantes de uma crise cambial. O fenómeno não é novo. Basta lembrar o percurso Lisboa - Luanda e as longas filas no aeroporto da Portela para pagamento do excesso de bagagem resultante das caixas térmicas carregadas, entre outros bens, de bacalhau, laranjas, azeite. Fenómeno esse que se verificava, inclusive, dentro do próprio País, uma vez que nas Lojas do Povo faltavam os bens necessários e correr a cidade de loja em loja era normal e fazia parte do percurso das compras de Sábado de manhã.

Depois do desenvolvimento no período pós guerra civil, com especial enfoque para os anos pós 2007, e as facilidades e entrada de todo o tipo de produtos nas prateleiras dos supermercados em Angola, estas novas (ou velhas) questões cambiais voltam a lançar o País numa crise cambial e em que o peso da caixa térmica volta a ser difícil de carregar.

Este voltar ao passado torna-se especialmente difícil não apenas pela mudança de hábitos alimentares que determinada fatia da população em Angola se habitou a viver e/ou a cresceu nela, como pelas dificuldades (mais graves) que a economia sofre, nomeadamente pela fuga de milhares de expatriados que, face à incapacidade de exportarem para os seus países de origem os seus ordenados, se vêm obrigados a abandonar o País. A estes juntam-se ainda aqueles angolanos que não conseguem prestar assistência à família que se encontra fora de Angola, sejam estudantes e/ou familiares em acompanhamento de saúde.

Houve nos últimos anos, via nomeadamen-

te alguns avisos emitidos pelo Banco Nacional de Angola e Decretos Legislativos Presidenciais, a chamada “kwanzificação da economia” com uma clara aposta e valorização pela moeda nacional em prol da dívida estrangeira - dólar dos Estados Unidos da América. Esta aposta na divisa Kwanza chegou mesmo ao sector crucial da economia angolana - a indústria petrolífera - em que as empresas petrolíferas (nacionais e estrangeiras) estão obrigadas a domiciliar as suas contas bancárias em Angola, concentrando assim no País toda a sua actividade bancária.

---

**É IMPORTANTE TAMBÉM REFERIR QUE ESTA CRISE CAMBIAL TEVE TANTO IMPACTO NO CONSUMO INTERNO COMO NO COMÉRCIO EXTERNO, TENDO INFLUENCIADO NEGATIVAMENTE ALGUMAS ECONOMIAS COM QUE ANGOLA MANTÉM TROCAS COMERCIAIS, ENTRE OUTRAS, O BRASIL E PORTUGAL**

É importante também referir que esta crise cambial teve tanto impacto no consumo interno como no comércio externo, tendo influenciado negativamente algumas economias com que Angola mantém trocas comerciais, entre outras, o Brasil e Portugal. No que ao Brasil diz respeito, a aposta em Angola foi clara. As linhas de crédito estabelecidas entre os dois países, as visitas oficiais dos respectivos Chefes de Estado e a entrada de empresas brasileiras de peso que se propunham abraçar diversos sectores da economia, são factores que evidenciam a clara tentativa de internacionalização dessas empresas e do esforço do Brasil em diminuir a dependência da sua economia do seu mercado interno. Estando

o Brasil a braços com uma crise política, noticiada em toda a imprensa brasileira e internacional, conjugada com a actual crise mundial do petróleo, os efeitos da crise cambial de Angola acabam por se reflectir também negativamente na economia brasileira, uma vez que a compra de produtos brasileiros por parte de Angola está comprometida pelas dificuldades cambiais.

Pelo que a crise cambial Angolana acaba por vir a ter os efeitos numa economia que neste momento precisava dessa alavanca de diversificação da sua economia e assim conseguir diminuir os efeitos da dependência do petróleo e do seu consumo interno. Há ainda que realçar as questões sociais, também com impactos económicos nomeadamente no desemprego - fenómeno que volta a ter no Brasil um impacto gravíssimo na sociedade e na economia - referentes ao regresso de cidadãos brasileiros que se encontravam em Angola a trabalhar.

Em Portugal os efeitos desta crise cambial angolana também são visíveis e sentidos pelos empresários e pela sociedade em geral. O peso das exportações para Angola na economia portuguesa é bem conhecido por todos e a capacidade de crescimento do PIB português acabou mesmo por ficar comprometido por esta crise cambial. Na mesma medida dos brasileiros, o regresso de milhares de portugueses ao país de origem traz também graves questões sociais, com reflexos económicos, a serem resolvidos internamente.

Não obstante e com esta crise cambial que vivemos actualmente, todo o modelo económico da “kwanzificação da economia” terá sido posto em causa? Será apenas mais uma etapa que os angolanos e os investidores estrangeiros prevêem ultrapassar? Quais as medidas prementes que o Executivo prevê tomar para a ultrapassar? As recentes declarações efectuadas pelo Presidente do Executivo com os planos para 2018 poderão, de alguma forma, trazer uma solução a estas questões ou essas questões já estão salvaguardadas? Servirá esta crise para ajustar a economia de Angola na mesma medida do que aconteceu com a crise internacional pós 2008, ou não? #

# Resolução alternativa de litígios: a arbitragem em Portugal



Joana Borralho de Gouveia  
Presidente da Direção da ARBITRARE

**E**m 2011, Portugal aprovou uma nova Lei da Arbitragem Voluntária - a Lei nº. 63/2011, de 14 de dezembro - inspirada na Lei Modelo da UNCITRAL sobre Arbitragem Comercial Internacional, que entrou em vigor a 15 de março de 2012. Esta medida legislativa permitiu uniformizar as normas aplicáveis às arbitragens realizadas em Portugal com as melhores práticas internacionais reconhecidas e testadas noutras jurisdições, criando as condições para que o País se posicionasse internacionalmente como um importante destino para a instalação e condução de arbitragens internacionais.

A arbitragem é um meio de resolução alternativa de litígios no qual a decisão é confiada pelas partes em litígio, mediante convenção de arbitragem, a um terceiro - denominado de árbitro - podendo ser cometido à arbitragem qualquer litígio respeitante a interesses de natureza patrimonial, desde que por lei especial não esteja submetido exclusivamente aos tribunais estaduais ou a arbitragem necessária.

As vantagens comumente apontadas à arbitragem são a especialização e a celeridade.

A primeira é garantida pelo facto de as partes envolvidas num determinado litígio poderem designar o árbitro (ou árbitros) que entenderem mais adequado perante a matéria que esteja em litígio, permitindo-se, dessa forma, assegurar que a decisão arbitral venha a ser proferida por quem detém comprovada experiência e qualificações profissionais nessa matéria. Nos termos da Lei da Arbitragem Voluntária,

consagra-se a independência e a imparcialidade como requisitos indispensáveis dos árbitros, que se deverão manter no decurso de todo o processo arbitral.

Considerando a importância de assegurar o prestígio e a eficiência da arbitragem enquanto meio justo de resolução de litígios, alguns Centros de Arbitragem institucionalizada em Portugal sentiram necessidade de adotar um Código de Ética dos Árbitros, de forma a concretizar as regras éticas às quais os árbitros se encontram sujeitos. É o caso do ARBITRARE, um reconhecido Centro de Arbitragem português com competência especializada em matérias de propriedade industrial, nomes de domínios .PT, firmas e denominações.

A segunda vantagem - a celeridade - é assegurada pelo facto de a própria Lei da Arbitragem Voluntária estabelecer um prazo para ser proferida a decisão arbitral sobre o litígio, a saber doze meses a contar da data de aceitação do encargo pelos árbitros. A norma que estabelece o aludido prazo é supletiva podendo as partes acordarem um prazo diferente. No caso do ARBITRARE, o Regulamento de Arbitragem estabelece um prazo máximo de seis meses a contar da constituição do tribunal arbitral. Existe a possibilidade dos aludidos prazos serem prorrogados por acordo das partes ou por decisão do tribunal arbitral, desde que devidamente fundamentado.

Para a eficiência da arbitragem como meio alternativo de resolução de litígios, contribui, ainda, o facto de ter sido consagrada como regra a da irrecorribilidade da decisão arbitral, só se admitindo recurso das decisões proferidas em arbitragens domésticas se as partes assim o tiverem previsto e sempre que o litígio não haja sido decidido segundo a equidade ou mediante composição amigável. Tratando-se de decisões proferidas em arbitragens internacionais estas são igualmente irrecorríveis, a menos que as partes tenham expressamente acordado a possibilidade de recurso para outro tribunal arbitral e regulado os seus termos.

No que se refere à eficácia da decisão arbitral, esta tem carácter obrigatório entre as partes e a mesma força executiva que a sentença de um tribunal estadual transitada em julgado.

Em Portugal existem actualmente 34 centros de arbitragem institucionalizada, sendo que 11 desses centros - competentes em diferentes áreas - são apoiados, técnica e financeiramente, pelo Ministério da Justiça, que providencia, dessa forma, uma rede de centros de arbitragem portuguesa que oferece aos cidadãos e às empresas um acesso à justiça a custos reduzidos.

O ARBITRARE é um desses 11 Centros de Arbitragem institucionalizada, criado em 2009, que oferece, para além das vantagens já acima elencadas, simplicidade uma vez que a tramitação dos processos de arbitragem que lhe são submetidos decorre de uma forma desmaterializada, através de uma plataforma informática disponível na respectiva página de Internet. Para além da simplicidade, cumpre também destacar o facto de o ARBITRARE ser um centro de arbitragem bilingue que permite a tramitação dos respectivos processos em língua portuguesa e/ou em língua inglesa. Na verdade, estas duas características têm possibilitado a submissão ao ARBITRARE de inúmeros processos de arbitragem por parte de empresas internacionais sedeadas no estrangeiro que vêem os seus direitos de propriedade industrial serem violados, designadamente pelo registo por outrem de um nome de domínio .PT que com aqueles são confundíveis.

A arbitragem enquanto meio de resolução alternativa de litígios apresenta vantagens incontestáveis que permitem garantir uma justiça mais eficiente, oferecendo Portugal, à presente data, os instrumentos necessários - desde o enquadramento jurídico aos centros de arbitragem que administram as arbitragens de forma estruturada e regulada - para que a arbitragem seja uma opção concreta, segura e confiável. #

# Grupo Cavex

## Agilizar o eixo africano através da cultura

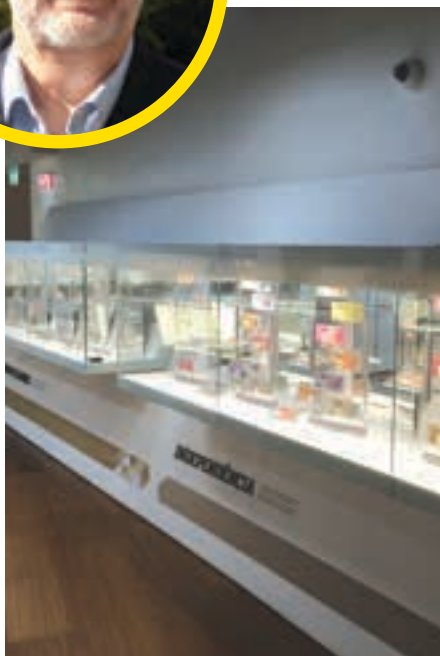
O novo Museu da Moeda inaugurou em Luanda em Maio último. A portuguesa FCo. e a angolana ComCultura, empresas do universo Cavex, tiveram um papel fundamental no novo marco cultural da capital angolana.

O novo Museu da Moeda em Angola foi inaugurado em Maio último. São mais de 3 800 m<sup>2</sup> de área de implementação, grande parte subterrânea, que contemplam uma área da exposição permanente com cerca de 1.010 m<sup>2</sup>, uma área de exposições temporárias, um anfiteatro, uma cafetaria e uma loja. O Museu conta no seu acervo com algumas das mais importantes peças da colecção do Banco Nacional de Angola (BNA) e, através de soluções tecnológicas modernas, permite aos visitantes explorar vastos conteúdos interactivos sobre os sistemas económico e financeiro, a globalização das trocas, retratando a actividade bancária e a história do dinheiro em Angola e no mundo. Um novo marco cultural na cidade para o que foi determinante a colaboração portuguesa FCo., empresa do Grupo CAVEX. “O museu é um testemunho vivo da história do país, contado a partir da evolução da sua moeda, e um moderno espaço educativo que complementa a interacção do BNA com a sociedade”, sublinha António Canhão Veloso, sócio-gerente e fundador do Grupo português.

Para a empresa, este é também um marco na sua expansão internacional. A FCo. oferece soluções completas e integradas na produção de conteúdos e equipamentos multimédia e está fortemente orientada para o sector cultural e turístico. Em Portugal está presente em alguns dos principais museus e fundações. Esta experiência

revelou-se determinante para o trabalho desenvolvido em Angola e que contou com a parceria com a ComCultura, uma empresa de direito angolano, também ela do universo do Grupo CAVEX, que se dedica à concepção, desenvolvimento e produção de conceitos e produtos para as áreas da museologia, turismo, comunicação, informação e educação. “Este envolvimento surge no seguimento do esforço de prospecção comercial, fruto do processo de internacionalização que a FCo. tem vindo a realizar aproveitan-

António Canhão Veloso



do as sinergias do Grupo Cavex em África”, explica António Canhão Veloso.

“O nosso sistema (software) de inventariação e gestão de colecções foi configurado para corresponder às exigências deste equipamento cultural. Apoiamos no desenvolvimento e produção de diversas soluções multimédia, interactivas e expositivas, nomeadamente as vitrinas, sistema de som e absorção de ruídos, luminárias acústicas, mesas e paredes interactivas, quiosques multimédia, etc.. Participámos na concepção e escolha dos materiais expositivos e no desenvolvimento de toda a legendagem e do sistema de orientação dos visitantes. O trabalho foi complementado pelos serviços de conservação e restauro de todo o espólio que está em exposição, bem como a formação para as áreas chave de funcionamento”, explica o empresário. O projecto foi concluído em tempo recorde. A construção do empreendimento demorou três anos, mas a parte museológica teve de



**A CAVEX TEM UM VOLUME DE NEGÓCIOS CONSOLIDADO SUPERIOR A €8 MILHÕES, 70% DOS QUAIS COM ORIGEM EM ANGOLA. NESTE PAÍS A CAVEX FEZ UMA IMPORTANTE APOSTA NO SECTOR CULTURAL, QUE, NOS ÚLTIMOS ANOS, TEM DEMONSTRADO UM ELEVADO POTENCIAL**



ser desenvolvida em apenas ano e meio. “O projecto museológico só foi iniciado após o projecto de arquitectura, quando o museu já estava em construção. Uma das variáveis que acrescentou complexidade foi o facto de se tratar de um museu subterrâneo. As dificuldades sentidas com o fornecimento de energia e as amplitudes térmicas e de humidade tornaram-se um grande desafio no que respeita à escolha dos materiais e das soluções mais adequadas à exposição do património museológico (vitrines, computadores e ecrãs, orientação de visitantes, etiquetas, decoração, etc.)”, conta Canhão Veloso. Mas o resultado, diz visivelmente satisfeito, “é um museu moderno, com identidade angolana, que obedece, sob todos os pontos de vista, aos melhores padrões internacionais”.

### **CULTURA GANHA PROTAGONISMO NOS NEGÓCIOS**

Com origem na actividade de comércio internacional, o Grupo Cavex apresenta-se hoje como “uma plataforma integrada de dinamização de negócios assente numa estrutura de cooperação multinacional”, descreve António Canhão Veloso. O Grupo tem estruturas permanentes em Portugal, Alemanha, Moçambique, Angola, Cabo Verde e Guiné Bissau, e está presente na China e na Tailândia através de uma rede de agentes. Através de um universo de 15 empresas e parceiros privilegiados, o Grupo Cavex actua nas áreas de consultoria, multimédia e novas tecnologias, trading, formação, ambiente/energias renováveis e imobiliário.

O Grupo CAVEX tem um volume de negócios consolidado superior a €8 milhões, 70% dos quais com origem em Angola. “Actualmente, a consultoria, quer de negócios quer cultural, é a área com maior peso nos resultados do Grupo; segue-se o trading, em especial no sector cultural e gráfico. Em Angola fizemos uma importante aposta no sector cultural, que, nos últimos anos, tem demonstrado um elevado potencial”, sublinha António Canhão Veloso.

África está na sua génese e, nesse sentido, o empresário não esconde a ambição de “criar um triângulo entre Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau, aproveitando assim todo o potencial do Grupo nos mercados onde se verificou um crescimento dos negócios nos últimos quatro anos”.

Com aquele que é o seu principal mercado em crise, irá o Grupo alterar a estratégia? “Todo o processo de internacionalização é

## **O UNIVERSO CAVEX**

### **PORTUGAL**

- Cavex – Trade & Sourcing (1987)
- FCo – Fullservice Company in Multimedia (2004)
- Mocite – Negócios e Consultoria para a Indústria Gráfica (1988)
- Cavex Consult – Consultoria Empresarial (1994)
- RTF – Sociedade Imobiliária (1973)
- CV – Comércio e Consultoria Ambiental (2000)

### **ANGOLA**

- ComCultura (2013)
- Murimo – Serviços, Comércio e Consultoria (2009)
- Losango – Comércio e Indústria (2011)

### **CABO VERDE**

- Scryptus1 – Comercialização de Papéis e Produtos Gráficos (2010)

### **ALEMANHA**

- TRAD. EST – Ihr Partner für Handel, Service, Training

### **GUINÉ-BISSAU**

- Cavex GB – Negócios e Consultoria (2015)

### **MOÇAMBIQUE**

- INOMO – Innovative Concepts from Mozambique (2012)
- Novacom – New Ways in communication (2012)

complexo. Estar em vários países ao mesmo tempo obriga a um esforço enorme na correcção de eventuais desvios à estratégia delineada”, avalia o empresário. Com várias décadas de experiência em África, António Canhão Veloso sabe que, a qualquer questão de “instabilidade” neste tipo de mercados, “acresce complexidade a variáveis que, na Europa, muitas vezes são pouco importantes”. A conjuntura que se vive hoje em Angola é difícil mas o importante é manter o foco. “Penso que a crise económica em Angola tem sido sentida por todos. Os efeitos da desvalorização cambial e da falta de divisas tem sido um desafio extremo. No entanto, temos conseguido manter o nosso foco e as perspectivas mantêm-se. Penso que será uma questão de tempo até se encontrarem os mecanismos que permitam o regresso à estabilidade que todos ambicionam”, sublinha o empresário. #

# Grupo Euroeste

## “Havendo Kwanzas, a agricultura não precisa de USD”

A afirmação é de Pedro Garcia de Matos, administrador do grupo português Euroeste, um dos maiores suinicultores europeus. Angola, a par do Brasil e de Portugal, é um dos eixos do triângulo estratégico em que se centra a estratégia de internacionalização do grupo.

**T** MANUELA SOUSA GUERREIRO  
**F** BRUNO BARATA; GRUPO EUROESTE; DR

**A** fazenda de Santo António é, porventura, o investimento mais conhecido do Grupo Euroeste em Angola. A parceria da Euroeste com o banqueiro Fernando Teles, um dos accionistas do Banco BIC, já foi capa de diversos jornais e revistas angolanos, e é um exemplo do potencial agrícola que o país tem. O investimento na Fazenda de Santo António, localizada na Quibala, província do Cuanza Sul, arrancou sensivelmente

há dois anos. A Fazenda estende-se por uma área de 5 500 hectares e produz milho (cultura predominante), trigo, aveia, soja e hortícolas. O projecto compreende ainda a exploração pecuária de suínos, bovinos e caprinos, para além da secagem e armazenamento de cereais e duas unidades industriais, uma para produção de rações para animais e outra para a produção de fuba. “O projecto representa um investimento global de USD 30 milhões e segue um modelo de negócio vertical, idêntico ao que praticamos em Portugal”, explica Pedro Garcia de Matos, administrador da Euroeste. Dos cerca de 4 mil hectares dedicados à produção agrícola, cerca de 3700 hectares estão destinados à produção de 36 mil toneladas de milho por ano, produto que irá “alimentar” a fábrica de ração, cuja capacidade ronda as 15 mil toneladas/ano. Cerca de um 1/3 da produção de ração irá, por sua vez, alimentar as explorações pecuárias de suínos (20 mil), bovinos (2 mil) e caprinos que a Fazenda tem. Outra

parte da produção de milho será encaminhada para a unidade de produção de fuba, que irá produzir cerca de 10 mil toneladas/ano. Entre as infra-estruturas construídas, destaque ainda para a unidade de secagem de milho, com capacidade para 100 mil toneladas/ano, e para a armazenagem de cereais (20 mil toneladas/ano), evitando que haja desperdícios. “Em Angola já somos quem mais produz milho, não tenho dúvidas, e ainda temos capacidade para crescer”, afirma Pedro Garcia de Matos.

### UMA APOSTA NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

O grupo está em Angola à oito anos e a FILDA foi a sua porta de entrada. “Viemos com o intuito de vender rações e exportar para Angola carne e seus derivados, mas acabámos por entrar também através da prestação de serviços de gestão de projectos agro-industriais”, conta o administrador. A prestação de serviços que Pedro Garcia de Matos se refere compreende (isolada



**“O PAÍS NÃO PODE CONTINUAR A IMPORTAR TUDO O QUE CONSUME. E PARA VIVER DA ECONOMIA ANGOLANA A EMPRESA NÃO PRECISA DE DÓLARES. SE INVESTIMOS EM KWANZAS VENDEMOS EM KWANZAS E É ISTO QUE IRÁ CONSEGUIR DESENVOLVER O PAÍS”, Pedro Garcia de Matos, administrador do grupo português Euroeste**



ou em conjunto) a construção do modelo de exploração, a sua implementação e a gestão do empreendimento agrícola.

“São três módulos que colocamos à disposição do investidor/dono do terreno e rapidamente crescemos neste segmento de negócio. Começámos a fazer projectos económicos para investimentos financiados pelo Banco de Desenvolvimento de Angola, depois para empresários angolanos e não só. No total, este segmento de negócio em

Angola ascende já a mais de USD 200 milhões”. E a perspectiva é de crescimento. “Há muito investimento em agricultura neste momento. Desde há dois anos que se nota um crescimento neste sector, impulsionado também pelos incentivos que o Estado criou, designadamente através do Angola Investe”, confirma o empresário. “A manter-se este ritmo, Angola será um país diferente daqui a 10 ou 15 anos”, afirma.

Neste momento, a produção agrícola do país ainda está muito aquém das necessidades e toda a produção tem como destino o mercado nacional. “A agricultura é um bom negócio em Angola. O país não pode continuar a importar tudo o que consome. E para viver da economia angolana a empresa não precisa de dólares. Se investimos em kwanzas vendemos em kwanzas e é isto que irá conseguir desenvolver o país. Angola não pode estar dependente de dólares ou de petróleo”, defende o empresário. O impacto do desenvolvimento agrícola na melhoria das condições de vida da população rural é outro factor a ter em conta, já que este é o sector que mais pessoas emprega. E este é um impacto que a Fazenda de St. António não descarta. “O nosso projecto funciona como ‘âncora’ e, através de um sistema de integração, estamos a fazer parcerias com os pequenos/médios agricultores da região”. E esta é uma relação ‘win win’. “Ajudamos com a nossa maquinaria a lavrar a terra, fornecemos as sementes e o adubo, damos assistência técnica e formação e no fim compramos o milho. Ganhamos nós porque rentabilizamos as nossas infra-estruturas, aumentamos a produção indirecta e diluímos os custos,

ganha a população porque a actividade agrícola desenvolve-se e cria mais emprego”, explica Pedro Garcia de Matos.

Este é o maior investimento que a Euroeste tem em Angola, mas não é o único. No curto prazo, para além da expansão da produção na Fazenda de St. António, o grupo quer investir na aquisição ou arrendamento de um matadouro, para abate, desmanche e comercialização de carne. “É um projecto que estamos a desenvolver com o nosso sócio Fernando Teles, já que vamos ter suínos e bovinos faz sentido continuar o processo de verticalização do negócio e comercializarmos também a carne”, explica. Também na calha, desta vez com o empresário português João Portugal Ramos, está um possível investimento na produção de vinho em Angola. “Algumas regiões do país têm condições para produzir vinho, pode não ser um vinho de reserva mas ainda assim um bom vinho”, sustenta. Angola é também um importante mercado de exportação para o grupo, quer de carne quer de serviços de gestão, actividades que renderam cerca de €10 milhões, o ano transacto.

### A IMPORTÂNCIA DO EIXO ATLÂNTICO

Principal player na suinicultura em Portugal e na Europa e uma das principais empresas do sector agro-industrial português, com actividade na produção agrícola, produção de alimentos compostos para animais, comercialização de matérias-primas, gestão de propriedades e a comercialização de medicamentos e produtos de uso veterinário, a Euroeste actua hoje em várias geografias. Para além da Europa e de África, o grupo aposta forte no Brasil, onde, a par da prestação de serviços, investiu na aquisição de uma fazenda com 6 mil hectares destinada à produção de milho. O projecto de desenvolvimento da Fazenda Saudável, na região da Bahia, arrancou há poucos meses e, tal como acontece na Fazenda de St. António, em Angola, abrange a produção de cereais, através da instalação de pivôs de irrigação, secagem e armazenamento de cereais; a construção de uma unidade fabril para produção de ração; e a criação de suínos. Numa segunda fase, o projecto abrangerá também o abate e a comercialização de carne de porco, com vista ao mercado interno (inicialmente) e à exportação para a Europa.

A crise e a globalização do comércio foram os motores da internacionalização do grupo em 2008. “Comercializamos commodi-

## GRUPO EUROESTE

### PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A Euroeste promove agricultura intensiva em Portugal e em Angola. Em Portugal explora uma área de 800 hectares, em que uma vasta parcela é de regadio e está munida com pivôs de rega monitorizados remotamente; em Angola conta com cerca de 8.500 hectares para intervenção agrícola, sendo que o cultivo de cereais é realizado em 4.000 hectares, também com recurso a pivôs de rega.

### PRODUÇÃO DE ALIMENTOS COMPOSTOS PARA ANIMAIS

A produção de alimentos compostos para animais é uma área-chave na actividade do grupo Euroeste. Esta área de negócio conta com instalações para a produção de prémixes e de rações, que, juntamente com a produção proveniente de sistemas de prestação de serviços, assegura uma produção anual de 150.000 toneladas em Portugal.

### PRODUÇÃO ANIMAL

A actividade desenvolve-se nas formas intensiva e extensiva e engloba suinicultura (porcos brancos e porcos ibéricos) e bovinocultura. Em Portugal o grupo tem cerca de 17.200 porcas reprodutoras, o que representa um efectivo total superior a 210.000 animais em permanência e uma produção de 430.000 suínos por ano. Na bovinocultura detém cerca de 800 animais, sendo que, no que diz respeito a novilhos de engorda, o número de animais chega aos 2.000.

### COMÉRCIO DE MATÉRIAS-PRIMAS

O grupo Euroeste comercializa anualmente cerca de 150.000 toneladas de cereais.

ties, tínhamos que ter dimensão ou então parávamos. Começámos por exportar os nossos serviços, o nosso know-how e, com isso, ganhámos parceiros e oportunidades. No total, entre o Brasil, Angola e Moçambique gerimos mais de 90 mil hectares de terra. Posso dizer-lhe que não há muitas empresas no mundo a gerir 90 mil hectares”, afirma Pedro Garcia de Matos. Venezuela, Cabo Verde, Bulgária e Argélia são os outros mercados onde o grupo está presente. #

## ENTREVISTA A FILIPE PESCADA, DIRECTOR GERAL GRUPO WM

# “Investir na agricultura é uma aposta ganha”

A agricultura é a nova aposta do Grupo angolano WM, que emprega cerca de 800 pessoas e está presente em cinco grandes áreas de actividade - construção civil, imobiliário, indústria, comércio, e agricultura e pecuária.

T MANUELA SOUSA GUERREIRO | F DR

**O Grupo WM existe há cerca de 20 anos. Como é que surgiu e qual foi a sua primeira actividade?**

Como refere e bem, estamos a comemorar 24 anos de existência. As actividades do Grupo tiveram origem na empresa de obras públicas e construção civil, WM - Construções Lda., constituída em 1992. Esta, por sua vez, tinha já origem na empresa familiar Leonardo & Filhos, criada pelo pai do sócio e fundador da WM Construções, Rogério Martins Leonardo.

A aposta na diversificação e consequente criação de outras empresas foi “quase natural”, muito incentivada pela necessidade de apoiar a actividade de construção civil, nomeadamente para termos competências internas nas áreas da madeira, estruturas metálicas, serralharia civil, oficinas mecânicas, exploração de inertes e produção de betão pronto.

**Em que áreas de negócio é que o Grupo WM está posicionado actualmente? E quais as que têm maior protagonismo?**

Hoje em dia o Grupo está presente em cinco grandes áreas de actividade - construção civil; imobiliário; indústria; comércio; e agricultura e pecuária - que, por sua vez,

se subdividem em cerca de 12 áreas de negócio: construção civil; produção de betão; metalomecânica; fábrica de Condutas/AVAC; carpintarias; auto-mecânicas; exploração de inertes; imobiliária (Soima), agricultura; agro-turismo; comércio de máquinas e ferramentas; e, ainda, a produção de ovos (Ovos Munenga).

De qualquer modo, a construção civil e a agricultura são as áreas que actualmente estão com maior investimento.



Construções e da Turiagro, mas em algumas contamos com parceiros importantes, alguns há mais de 15 anos. Por exemplo no imobiliário temos uma parceria com a Soima e nos Ovos Munenga com a Uniovo Angola.

**“É NECESSÁRIO CONTINUAR A INVESTIR NO ENORME POTENCIAL AGRÍCOLA E NA AGRO-INDÚSTRIA, PARA QUE A MÉDIO E LONGO PRAZOS ESTES SECTORES POSSAM REPRESENTAR A BASE DE UMA VERDADEIRA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA, QUE O NOSSO PAÍS TANTO NECESSITA”**

**Quantas pessoas empregam? E onde estão localizadas as empresas do Grupo?**

Neste momento, e de uma forma directa, o Grupo WM emprega cerca de 800 pessoas e está nas províncias de Luanda, Bengo, Kwanza Norte e Kwanza Sul, muito embora, na prática, as actividades se estendam a quase todas as províncias.

As empresas são quase todas detidas a 100% pelo Grupo, como é o caso da WM

Descrição Projeto/Culturas	Area Total/ha	Area Cultivada/ Ha	Mão de Obra				Total	Ton/Mês
			Nacional		Expatriados			
			H	M	H	M		
TURIAGRO	300,00	259,73	216	74	7	1	298	1 051,62
Banana		255,00						1 050,00
Maracujá		0,98						1,62
Mamão		3,75						22,50

Denominação do Projecto/Culturas	Area Total/ha	Area Cultivada/ Ha	Mão de Obra				Total	Produção (un)
			Nacional		Expatriada			
			H	M	H	M		
SAGRIBENGO	170,00	10,79	23	6	2	0	31	214 050,00
Arvores e Arbustos		1,11						97 500,00
Envasadas (1 a 7,5ltr)								
Arvores em Contentores e ao Ar Livre (30 a 400ltr)		0,75						12 000,00
Arvores a Engrossar ao Ar Livre		7,50						16 500,00
Flores de Corte em Estufas		0,68						85 050,00
Estreliças em Estufas		0,75						3 000,00

## Quais são as áreas que mais contribuem para o crescimento do Grupo?

O imobiliário, a construção civil e a indústria de betão pronto.

## INVESTIMENTO ESTRATÉGICO NA AGRICULTURA

**Nos últimos dois anos, o Grupo investiu no sector agrícola e na agro-pecuária (Sagribengo, Ovos Munenga e Turiagro). O que motivou a entrada nestas áreas?**

Além da paixão pela agricultura do nosso fundador, o empresário Rogério Martins Leonardo, que em muito pesou nesta decisão, houve uma consciente aposta estratégica. A administração decidiu reinvestir em Angola os lucros gerados pelas diferentes empresas do Grupo, em detrimento de uma possível internacionalização da actividade. Analisámos os sectores com maior potencial de crescimento e a estratégia centrou-se na agricultura e na pecuária.

## Qual foi o valor do investimento realizado?

No total, cerca de 22 milhões de USD. Investimos 12 milhões de USD na Turiagro e na Sagribengo que são projectos integrados de fruticultura, flores e plantas ornamentais. O investimento nos Ovos Munenga rondou os 10.000.000,00 de USD, com 75% do total a ser realizado com recurso a financiamento do Banco de Desenvolvimento de Angola.

## Estes projectos estão a decorrer como previsto?

Na sua maioria, sim. Contudo, verificam-se algumas demoras/atrasos originados por problemas estruturais. A falta de divisas na banca, sobretudo nos últimos tempos, condicionou gravemente o normal avanço destes projectos; mas também tivemos de ultrapassar os problemas criados pela ausência de infra-estruturas específicas (de energia, combustível, água) e, acima de tudo, da falta de mão-de-obra nacional qualificada em quantidade suficiente para dar resposta às necessidades específicas das empresas.

## De que forma têm resolvido esses problemas?

Temos feito um grande investimento na



### TURIAGRO

A Turiagro é hoje uma das três maiores empresas produtoras de banana de mesa em Angola. Outra das suas grandes apostas é a produção de mamão. As

fazendas da Turiagro estão espalhadas pelas províncias de Luanda, Bengo, Kwanza Norte e Kwanza Sul.

### SAGRIBENGO

A Sagribengo tem como objectivo e missão fornecer plantas, árvores, arbustos e flores para a decoração de espaços públicos e residências.

### OVOS MUNENGA Produção de ovos



qualificação dos quadros.

Assinámos protocolos de cooperação com universidades e institutos médios agrários, através dos quais os seus alunos têm contacto com o meio empresarial e os nossos colaboradores têm acesso a formação específica.

## Não obstante esses problemas, compensa investir na agricultura e agro-indústria em Angola?

Sim, investir na agricultura é sem dúvida uma aposta ganha. Contudo, é preciso não esquecer que neste sector de actividade as apostas são sempre realizadas a médio e longo prazo.

É necessário continuar a investir no enorme potencial agrícola e na agro-indústria, para que a médio e longo prazos estes sectores possam representar a base de uma verdadeira diversificação da economia, que o nosso país tanto necessita e que é fundamental para o garante da auto-suficiência alimentar e de empregabilidade.

## A produção destina-se toda ao mercado interno ou há margem para exportar?

Neste momento, o mercado interno ab-

sorve toda a nossa produção, inclusive os níveis de procura internos estão sempre a aumentar. Isso não invalida que estejamos atentos à possibilidade de exportação. Temos sido contactados por potenciais clientes oriundos quer dos mercados potenciais - África e Europa - quer de outros locais do globo.

## O Grupo está a equacionar novos investimentos neste domínio?

Sim, é nossa intenção realizar novos projectos nestes sectores, devidamente enquadrados em linhas de financiamento específicas.

Nos últimos meses começámos mesmo a dar os primeiros passos no sentido de implementar um novo projecto agrícola em Lucala, no Kwanza-Norte. A área inicial será de 2000 hectares e vai produzir milho, batata, cenoura, frutas e hortícolas.

## CRISE GERA OPORTUNIDADES

**Como empresário, quais as expectativas que tem perante o evoluir da economia? É altura de abrandar os investimentos ou de aproveitar oportunidades?**

A economia angolana atravessa um período conturbado, influenciada pela economia global e, naturalmente, pela queda abrupta do preço do petróleo.

As perspectivas para 2016 são de abrandamento, muito em consequência do decréscimo do investimento público e do condicionamento causado pela falta de divisas, que tem repercussões negativas a vários níveis e em especial no plano social. Porém, todos sabemos que é nestas alturas que aparecem novas oportunidades de negócio.

## Que medidas o Grupo adoptou para enfrentar este período mais conturbado?

A nossa estratégia passa agora pelo abrandamento dos investimentos nas indústrias ligadas à construção civil (construção civil, imobiliária e betão pronto) e pela pesquisa de novas oportunidades de negócio ligadas à produção nacional, como são os casos da agricultura, pecuária e transformação de madeiras nacionais. #

## Ibersol quer abrir 13 unidades em Portugal e Angola

A Ibersol prevê inaugurar 13 novas unidades de restauração em Portugal e Angola em 2016. De acordo com o relatório e contas trimestral da empresa que gere marcas de restauração como a Pizza Hut ou a Kentucky Fried Chicken, o plano de expansão prevê que duas ou três dessas novas unidades sejam inauguradas em Angola.

A Ibersol não esclarece quais as marcas de restauração que terão novas unidades ao longo deste ano. No entanto, a empresa liderada por António Teixeira e António Pinto de Sousa está consciente das dificuldades do mercado angolano. “Em Angola, as receitas inerentes à exportação de petróleo não atingirão, ainda, o montante necessário para, apesar da significativa redução das importações, assegurar a respectiva cobertura, pelo que é provável que se mantenha o ritmo de desvalorização durante 2016. Assim, mantendo-se as actuais dificuldades de pagamentos ao exterior, daremos especial atenção à cobertura do risco de câmbio”, assegura em comunicado.

No final de Março, a Ibersol operava 372 restaurantes próprios, destacando 92 Pizza Hut, 55 Burger King, 47 Pan+Roulotte, 18 KFC e 10 Pasta Caffé, entre outras marcas e conceitos de restauração. No primeiro trimestre deste ano, a Ibersol obteve vendas de cerca de 52,4 milhões de euros e lucros ajustados de 2,7 milhões de euros.

## Quantum Global Investe no cluster florestal

O governo de Angola concessionou 80 000 hectares de terra de plantação à Quantum Global. O contrato de concessão é válido por um período de 60 anos e visa desenvolver plantações de fibra de madeira em grande escala na região do Planalto Central em Angola. A Quantum Global vai investir cerca de USD 50 milhões no estabelecimento de novas plantações, infra-estruturas e processamento de madeira ao longo dos próximos 5 anos. “A região do Planalto Central tem uma combinação excepcional de grandes áreas de terra fértil e subutilizada, florestas naturais muito pequenas, baixa pressão populacional e acesso à infra-estrutura de transportes e recursos hídricos em abundância, o que permite o desenvolvimento de plantações de fibra de madeira em grande escala. Além disso, a área possui plantações que podem apoiar o rápido estabelecimento de indústrias de processamento de madeira na área e contribuir para a criação de emprego no sector industrial e de um cluster do sector florestal”, justificou o grupo em comunicado. Para Martin Bachmann, chefe de Gestão de Activos do grupo “o investimento em plantações de fibra de madeira é fundamental para promover o desenvolvimento económico rural, a criação de emprego e o desenvolvimento sócio económico”.

A Quantum Global opera nas áreas de investimentos em private equity, gestão de investimentos, gestão de riqueza privada bem como na pesquisa macroeconómica e modelagem econométrica. A sua carteira de private equity integra fundos destinados ao investimento directo em África nos sectores da Agricultura, Saúde, Hotelaria, Infraestruturas, Mineração e Silvicultura, bem como um fundo de acções estruturadas.

## Pensa investir em Angola?

Se pensa investir em Angola, é fundamental compreender as especificidades jurídicas deste país, assegurando as melhores decisões para os seus negócios.

O GLA-Gabinete Legal Angola reúne um conjunto de Advogados Angolanos de excelência, habilitados a prestar serviços jurídicos internacionais especializados, que irão ajudá-lo a encontrar as melhores soluções para conduzir, com toda a confiança e rigor, os seus negócios em Angola.



ANGOLA • BRASIL • CABO VERDE • CHINA • MACAU • MOCAMBIQUE • PORTUGAL • REINO UNIDO • SUIÇA

GLA   
GABINETE LEGAL ANGOLA  
ADVOGADOS



Os Advogados do GLA são internacionalmente reconhecidos pelos principais Directórios Internacionais: Chambers and Partners | Legal 500 | IFLR 1000

**Somos o seu parceiro ideal**

 SIGA-NOS NO LINKEDIN

[www.gla-advogados.com](http://www.gla-advogados.com) | [www.plmjnetwork.com](http://www.plmjnetwork.com)



## Angola Reestruturação do sector empresarial público extingue 16 empresas



*O governo angolano vai extinguir mais 16 empresas públicas da indústria transformadora que se encontravam paralisadas, em situação de insolvência e/ou consideradas não estratégicas. Da lista de empresas a extinguir ao longo dos próximos dois anos fazem parte a Osuka, Epygel, Limoca, Moiben, Osema, Vulcap, Epan, Ulisses, Recor, Macanda, Cofriang, Açunor, Unicerâmica, Codume, ECL e a Emabo. O documento assinado em conjunto pelo ministro da Economia, Abrahão Gourgel, e pela ministra da Indústria, Bernarda da Silva, justifica a decisão por estas serem “empresas públicas deficitárias, inoperantes ou paralisadas. (...) Sem capacidade financeira para resolverem os seus passivos para com os respectivos trabalhadores, fornecedores e credores diversos”. A medida enquadra-se no âmbito do processo de reestruturação do sector empresarial público em curso.*

### CURTAS

#### €100 milhões para a frota aérea

O Governo angolano tem planos para investir quase €100 milhões nos próximos anos num programa de renovação da frota aérea do Estado. O Plano de Renovação da Frota Aérea do Estado (Profae) está avaliado em 18 mil milhões de kwanzas (96,3 milhões de euros) e prevê a aquisição de seis novas aeronaves e a venda de nove actualmente em uso, as quais garantem o Serviço Aéreo Institucional (SAI) para todo o país.

#### Cunene atrai investimentos

A empresa angolana Silvestre Tulumba - Investimentos e Participações pretende investir USD313 milhões num projecto agro-industrial para produção de frangos e ovos na provincial do Cunene. Este é o 5º projecto que esta empresa, com sede na Huíla, tem planeado para o sul do país. De acordo com a Lusa, a empresa tem em curso no Cunene quatro projectos de investimento que, no global, ascendem a USD 1025 milhões e que abarcam a produção de rações, a moagem de cereais, produção e comercialização de carne e leite e transformação de açúcar.

#### Primeira mina de ouro no Mpopo

A mina de ouro do Mpopo, na província angolana da Huíla, deverá entrar em produção industrial até 2018, apresentando um potencial inicial anual, em valores comerciais, superior a 25 milhões de euros. Trata-se da primeira mina de ouro em exploração após a independência, em 1975, e abrange uma área de concessão de 1.930 quilómetros quadrados. A empreitada será levada a cabo pela Sociedade de Metais Preciosos de Angola (Somepa).

## Larus lança 'Africa Life'

A empresa portuguesa de mobiliário urbano Larus lançou o projeto de saúde pública “Africa Life”, uma unidade móvel de checkup médico que pode efetuar 10 mil consultas e tratamentos gratuitos por ano. A unidade móvel é constituída por três módulos para consulta, internamento e isolamento para doenças infecto contagiosas. Dispõe ainda de um software específico que permite a avaliação, implementação do tratamento e arquivo do historial clínico.

O projeto foi desenvolvido ao longo de 2015, em parceria com a empresa Iberia Advanced Health Care e envolveu a análise dos dados publicados pela Organização Mundial de Saúde relativos aos problemas de saúde mais frequentes nos países africanos, no sentido de definir o rastreio e as formas de actuação mais efetivas. Com este projeto, a Larus reforça a sua intervenção na criação de soluções para o espaço público que melhorem as condições de vida e as necessidades básicas das populações.



### FEIRAS ANGOLA

#### FILDA

Alimentos, indústrias, saúde, serviços, bens de consumo, energia

DATA 19 a 24 de Julho de 2016

LOCAL FILDA - Feira Internacional de Luanda

#### Pavilhão Angola (novidade FILDA)

Geologia e minas, alimentação e bebidas, desporto e misto

DATA 19 a 24 de Julho de 2016

LOCAL FILDA - Feira Internacional de Luanda

#### Projekta

Construção, decoração, mobiliário, arquitectura, decoração do lar, equipamento e tecnologia, materiais de construção

DATA 22 a 23 de Outubro de 2016

LOCAL FILDA - Feira Internacional de Luanda

#### FIP – Feira Internacional das Pescas e da Aquacultura de Angola 2016

Jardinagem, agricultura, embalagem de alimentos, pecuária, peixe, pesca

DATA 24 a 27 de Novembro de 2016

LOCAL FILDA - Feira Internacional de Luanda

SPE

# Portugal de fora dos diamantes de Angola

Com o acordo celebrado entre a SPE e a ENDIAMA, no final de 2015, Portugal deixou de ter presença no rico sector diamantífero angolano. Um virar de página após mais de um século de história.

T MANUELA SOUSA GUERREIRO | F Bruno Barata

No início de 2016, a descoberta de um diamante de grande dimensão, seguido do anúncio de outra série de descobertas importantes, colocou Angola e as potencialidades do sector diamantífero nas primeiras páginas dos jornais em todo o mundo. Tal como o petróleo, também os diamantes, o segundo produto mais exportado pelo país, influenciaram a história recente de Angola.

Os diamantes foram descobertos em Angola em 1912. Cinco anos depois nascia a Diamang - Companhia de Diamantes de Angola, empresa concessionária da exploração de diamantes no território e que sucedeu à empresa de prospecção PEMA - Pesquisas Mineiras de Angola. Esta tinha sido constituída em 1912 com o propósito de proceder à delimitação de jazidas diamantíferas no Nordeste de Angola, na bacia hidrográfica do Cassai, numa área de fronteira com a República Democrática do Congo (então Congo Belga) concessionada à Forminière - Société Forrestière et Minière du Congo, cuja exploração mineral fazia prever a continuidade das jazidas do lado português da referida bacia hidrográfica.

Constituída por capitais portugueses, belgas, franceses e norte-americanos, a Dia-

mang contou com um núcleo de accionistas fundador que integrava a firma Henry Burnay & Companhia (que depois viria a dar origem ao Banco Burnay), com o Banco Nacional Ultramarino, a Société Générale de Belgique, a Mutualité Coloniale, o Banque de l'Union Parisienne e o grupo Ryan-Guggenheim. A lista de accionistas viria, entretanto, ao longo dos anos, a crescer para mais de quatro mil.

A empresa concessionária de diamantes foi dissolvida a 11 de Novembro de 1975, sendo sucedida pela ENDIAMA - Empresa Nacional dos Diamantes de Angola, cuja constituição ficou concluída em 1981.

Durante o processo de nacionalização da Diamang, as negociações entre as diferentes partes resultaram na criação

da Sociedade Mineira do Lucapa (SML), detida em 51% pela ENDIAMA e em 49% pela SPE, uma empresa que tinha sido constituída para gerir activos da DIAMANG que estavam fora do território angolano e que reunia os mais de quatro mil accionistas da concessionária. "Lucapa era onde se situava a zona tradicional de intervenção da Diamang, compreendia uma área de cerca de 35 mil quilómetros quadrados, o que equivale a cerca de 1/3 de Portugal", explica Hélder de Oliveira, actual presidente de SPE. Os últimos trinta anos de história de actividade da empresa mineira contam-se de uma assentada. "De uma maneira geral, a SML nunca funcionou como deveria. A guerra civil colocou vários entraves à exploração de diamantes, os custos de exploração eram enormes e, a partir de 2008, para além das dificuldades internas, viveu-



**"FOI UM PROCESSO LONGO E COMPLEXO MAS, POUCO A POUCO, FOI POSSÍVEL INICIAR CONVERSÇÕES COM ANGOLA AO MAIS ALTO NÍVEL, DE QUE RESULTOU O ACORDO ASSINADO A 6 DE NOVEMBRO ÚLTIMO", Hélder Oliveira, presidente da SPE**

## O ACORDO ASSINADO A 6 DE NOVEMBRO TEVE POR BASE A ALIENAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DETIDA PELA SPE NO CAPITAL DA SML POR 119 MILHÕES DE EUROS (130 MILHÕES USD), MAIS 11 MILHÕES EUROS EM SUPRIMENTOS E A ENTREGA DO ACERVO GEOLÓGICO À ENDIAMA

-se uma crise internacional que afectou e muito o negócio dos diamantes. Durante décadas a empresa foi acumulando prejuízos, à excepção de dois ou três anos em que teve resultados positivos. Na altura em que a actual administração tomou posse, a situação financeira da empresa estava muito difícil”, descreve Hélder de Oliveira.

### DO LITÍGIO AO ACORDO

Em Outubro de 2010, já com a maioria do capital da SPE, 81%, detido pela holding Parpública, a nova administração, liderada por Hélder de Oliveira, inicia funções “com a missão de preparar a eventual venda da posição da SPE na SML, em termos financeiros favoráveis”. Durante um ano “a sociedade desenvolveu todos os esforços no sentido de ver retomada a actividade da SML em condições que asseguurassem a respectiva viabilidade”, refere o responsável.

Foi delineado um programa de investimento de quatro milhões de USD (suprimentos) e encontrado um investidor internacional “com longa e aprofundada presença no sector diamantífero internacional” disponível para investir, no curto prazo, entre 15 a 20 milhões de USD. Mas o plano não chega a tomar forma. Em Fevereiro de 2011, para além da situação particularmente difícil que a companhia vivia do ponto de vista técnico, económico e financeiro, os trabalhadores da SML iniciam um longo período de paralisação reclamando o pagamento de salários em atraso e o entendimento entre os sócios com vista ao relançamento da actividade da empresa. Em Outubro, o estado angolano retira a licença de exploração à SML.

Os últimos quatro anos são de litígio entre a SPE e a ENDIAMA e entre a SPE e o estado angolano. Como fundamento da sua decisão, a ENDIAMA responsabilizava a SPE

pela falência técnica e financeira da SML. Argumentos contestados pela empresa portuguesa. “Foi um processo longo e complexo mas, pouco a pouco, foi possível iniciar conversações com Angola ao mais alto nível, de que resultou o acordo assinado a 6 de Novembro último”, sublinha Hélder de Oliveira. Um acordo que veio em boa altura para o fortalecimento das relações entre os dois países mas também para a própria SPE, que tinha uma situação líquida negativa. No final de 2014 a situação patrimonial da SPE traduzia-se num activo de 13.965,4 milhões de euros, um passivo de 24.233,5 milhões de euros e um capital próprio negativo de 10.268,1 milhões de euros. A própria SML, paralizada e durante anos sujeita a garimpo ilegal, estava falida e com um passivo superior a 100 milhões de USD. O acordo assinado a 6 de Novembro teve por base a alienação da participação detida pela SPE no capital da SML por 119 milhões de euros (130 milhões USD), mais 11 milhões de euros em suprimentos e a entrega do acervo geológico à ENDIAMA. “Este acervo reúne as acções de exploração realizadas ao longo de décadas pela DIAMANG. São mais de 50 mil poços com uma dimensão de dois metros de largura por 15 a 20 metros de profundidade e que dizem muito do potencial diamantífero de Angola”, explica Hélder de Oliveira.

Com o acordo cessa não só a parceria com a ENDIAMA mas também a presença da SPE em Angola. A questão que se coloca agora é sobre o futuro da SPE, já que as outras empresas participadas pela SPE em Portugal encontram-se inactivas ou em liquidação, designadamente a Companhia Mineira do Norte de Portugal, em liquidação judicial desde 1998.

“Por enquanto não sabemos o que vai acontecer. São os accionistas, em articulação com o conselho de administração, que se vão pronunciar sobre a extinção, ou não, da SPE. Financeiramente a empresa deixará de estar numa posição de falência e terá capacidade financeira para investir mas essa pode não ser a decisão dos seus accionistas. Vamos aguardar”, conclui o presidente da SPE. #

# Os próximos drivers da economia angolana

T MANUELA SOUSA GUERREIRO | T DR

Entre um universo de quatro mil jovens africanos, de quatro países diferentes, Angola, Gana, Moçambique e Nigéria, os angolanos são os que mais importância dão à educação e ao próprio sector da educação. Ao longo dos próximos cinco anos estes factores podem dar origem a uma nova geração de empreendedores nacionais, revela um estudo sobre empreendedorismo realizado pela Forbes Insights.

Para os jovens angolanos inquiridos, com idades entre os 16 e os 40 anos de idade, a criação de emprego é uma das premissas mais importantes para o futuro do país, mais importante, inclusive, que o crescimento económico ou que o investimento na saúde e no saneamento. E não é para menos, se pensarmos que a taxa de desemprego em Angola se mantém inalterada em torno dos 27% desde 2007. A culpa, sublinha o estudo da Forbes, é da dependência do petróleo, que contribui para mais de

70% das receitas do país mas emprega apenas 1% da população activa.

Apesar do investimento que foi canalizado para a recuperação das infra-estruturas educacionais, o que inclui a reconstrução de escolas, reformulação de programas, formação de professores, entre outros, as capacidades do sector continuam muito aquém das reais necessidades do país. Um outro estudo realizado pela consultora CESO e já publicado pela revista Negócios, dá conta desta realidade.

Porque o número de pessoas com formação ainda é escasso, muitas empresas recorrem à contratação de estrangeiros. “É uma fase natural no desenvolvimento de uma economia”, considera a Forbes. “As companhias estrangeiras trazem know-how e ajudam de facto a estabelecer modernas infra-estruturas industriais em sectores como recursos naturais, banca ou telecomunicações. É esperado que, com o tempo, sejam os locais a ocupar essas funções.

Mas actualmente a falta de recursos locais é um dos problemas que os empresários e empreendedores angolanos mais se confrontam”.

Angola não é o único país africano que na última década conjugou altas taxas de crescimento com altas taxas de desemprego. Moçambique enfrentou o mesmo dilema; assim como o Gana ou a Nigéria, que tem uma das economias que mais cresce na África Ocidental sem que esse crescimento “seja sentido pelo nigeriano de classe média”, sublinha a propósito o economista nigeriano Akin- Oluoji. No caso de Moçambique, o crescimento económico dos últimos anos foi “impulsionado principalmente pelo investimento estrangeiro em projectos capital intensivo, mas limitados na criação de emprego. O principal desafio que se coloca hoje ao país é o da diversificação economia e o de ser capaz de traduzir esse crescimento económico num modelo mais inclusivo. Para alcançar

# farma.log

## LOGÍSTICA FARMACÊUTICA

### SOMOS O SEU PARCEIRO LOGÍSTICO

A Farma.log é um operador de logística farmacêutica, que actua em todo o mercado de Angola para oferecer um serviço de qualidade na distribuição de medicamentos e outros produtos na área da saúde.

Baseamos-nos na convicção de que podemos criar valor e fazer a diferença na saúde Angolana.

Oferecemos-lhe uma equipa singular que procura soluções profissionais e que aposta na construção de relações comerciais eficazes.

### O NOSSO ESPAÇO OFERECE-LHE A SOLIDEZ DAS BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO

Situados no Punguila, perto de terminal seco de contentores, dispomos de um armazém de 1000 m<sup>2</sup>, com instalações de frio, áreas segregadas de armazenamento de psicotrópicos e estupefacientes, frota própria de veículos de distribuição (incluindo transporte de frio para vacinas e insulinas) num espaço construído de raiz, racionalmente preparado para o **cumprimento das boas práticas de distribuição** e com segurança 24 horas por dia.



### QUER ENCOMENDAR PRODUTOS NA FARMA.LOG?

Contacte-nos através do email  
[farma.log@farma.log.co.ao](mailto:farma.log@farma.log.co.ao)

☎ 944 891 212 944 891 222

#### Escritório

Rua Kwamme N'Krumah, nº31 - 4º B e D, Município da Maianga, Luanda  
Tel (+244) 944 891 234 - [www.farma.log.co.ao](http://www.farma.log.co.ao) Farma.log

#### Armazém

Povoação do Musseque, Kikoca, Comuna da Barra do Dande,  
Município do Dande, Província do Bengo

#### PARCEIROS FARMA.LOG



## JOVENS ANGOLANOS ACREDITAM QUE A EDUCAÇÃO É UM CATALISADOR PARA O EMPREENDEDORISMO E OPORTUNIDADES DE EMPREGO

### PRINCIPAIS MOTORES DE CRIAÇÃO DE EMPREGOS PARA JOVENS ANGOLANOS



EDUCAÇÃO/  
PROFESSORES

48%



EMPREENDE-  
DORISMO/SME

33%



TECNOLOGIA

31%

### INDÚSTRIAS/SECTORES QUE IRÃO CRIAR O MAIOR NÚMERO DE EMPRESÁRIOS NOS PRÓXIMOS 5 ANOS



EDUCAÇÃO

38%



AGRICULTURA/  
AGRONEGÓCIOS

37%



RECURSOS  
NATURAIS

35%

### PRINCIPAIS BARREIRAS AO EMPREENDEDORISMO

CORRUPÇÃO/FALTA DE  
TRANSPARÊNCIA NOS  
NEGÓCIOS DE

42%

SISTEMA DE EDUCAÇÃO  
INADEQUADA/COMPETÊNCIAS  
INSUFICIENTES

32%

ESTADO DA ECONOMIA /  
FALTA DE DIVERSIFICAÇÃO

26%

O governo de Angola e o sector privado devem aumentar os esforços para fornecer acesso a treino qualificado e desenvolvimento na área de aprendizagem.

Fonte: Djembe Communications e Forbes Insights

este propósito é preciso investir mais na produção e no desenvolvimento de pequenas e médias empresas, essenciais para a diversificação económica”, explica André Almeida Santos, Principal Country Economist no African Development Bank.

Para qualquer um dos países que participou no estudo, o empreendedorismo tem, assim, um papel importante para a criação de emprego e para a construção de um tecido empresarial diversificado e mais forte. No entanto, na opinião de economistas, empresários e segundo as conclusões do estudo Forbes Insights/Djembe, nos próximos cinco anos o sector público continuará a ser o principal empregador em qualquer um destes países.

Questionados sobre se preferiam criar o seu próprio negócio ou trabalhar para uma organização, 51% dos jovens angolanos optou pela primeira hipótese. À primeira vista pode parecer uma percentagem elevada, mas ainda assim está longe da média obtida noutros da África subsaariana, em que o valor é de 80%. “Os jovens angolanos preferem empregos em grandes organizações porque nos últimos cinco anos viram muitos quadros nacionais ali empregados enriquecerem”, sugere a Forbes Insight. Em compensação “não temos muitos ‘self-made’, empresários capazes de motivar os jovens angolanos a seguir o mesmo percurso”, considera Luís Leitão, director executivo da Forbes Angola.

De acordo com a análise, as elevadas expectativas sobre o Governo, enquanto gerador de emprego, é uma característica típica das economias em desenvolvimento, onde os Governos têm um papel, e uma actuação, tipicamente paternalista. Mas a crise económica que Angola vive actualmente pode limitar, e muito, o papel do Estado nesse domínio.

### OS OBSTÁCULOS AO EMPREENDEDORISMO

“É preciso que haja empresários e empreendedores para haver empregos. Mas para isso, é necessário que o Governo crie as bases que tornem possível ao empresário local criar empregos”, afirma o empresário angolano Reubem Mende.

Falta de transparência, dificuldade de acesso ao crédito, burocracia e falta de quadros qualificados tornam o dia-a-dia de um empreendedor em Angola “bastante desafiantes”. Para cerca de 42% dos inquiridos a “corrupção/falta de transparência”

## EDUCAÇÃO E AGRICULTURA

Para os jovens angolanos, estes são os principais drivers da economia angolana. Entre os quatro países abrangidos pelo inquérito, os angolanos foram os que mais importância atribuíram à educação e ao próprio sector da educação no sentido de impulsionar a criação de emprego e de proporcionar o surgimento de uma nova geração de empreendedores nos próximos cinco. A agricultura, que actualmente contribui para 10% da riqueza nacional não petrolífera mas que emprega 70% da população activa do país, surge logo a seguir na opinião dos jovens angolanos.

é um dos principais barreiras ao empreendedorismo, seguindo-se a “falta de quadros qualificados” (32%), o “estado de desenvolvimento da economia” (26%), as “dificuldades de acesso ao crédito” (26%) e a “burocracia” (25%).

O que é preciso então para impulsionar e promover o empreendedorismo? Para os jovens angolanos será o “reinvestimento nos recursos naturais” (34%). O sector é dominado pelas grandes companhias multinacionais que criam à sua volta oportunidades de negócio em áreas como o catering, imobiliário, aluguer de automóvel, aluguer de equipamentos, outsourcing de recursos humanos, restauração, etc.. Entre outros factores mencionados constam a criação de redes de apoio ao novo empresariado (23%) e o papel do Governo (23%).

Apenas 21% dos jovens considera que a sociedade angolana valoriza os seus empreendedores. “É crucial que Angola promova um ambiente que impulsiona o espírito e a cultura empresarial moderna e mais sólida entre os nossos empreendedores; é uma atitude que poderá ajudar a gerar muitos novos empregos e a acelerar a diversificação da nossa economia”, reconheceu Abrahão Gourgel, Ministro da Economia, na mesa redonda que juntou em Luanda alguns dos principais intervenientes do meio empresarial local. #

# CENSO 2014

## Mais um milhão nas contas oficiais

Angola tem uma população de 25 789 024. Mais um milhão de pessoas nas contas oficiais que, do ponto de vista económico, significam mais um milhão de consumidores. Os números definitivos do Censo foram apresentados no final de Março pelo Instituto Nacional de Estatísticas de Angola.

**C**erca de 18 513 994 pessoas, 72% da população, concentram-se em apenas sete províncias (Luanda, Huíla, Benguela, Huambo, Cuanza Sul, Uíge e Bié). Mas com uma densidade de 368 habitantes/por km<sup>2</sup> e uma população de 6 945 385 (mais meio milhão que nos resultados preliminares), que correspondem a 27% do total nacional, Luanda continua a ser a província mais populosa do país. Seguem-se as províncias de Huíla, Benguela e Huambo com, respectivamente, 2 497 422 (10%), 2 231 385 (9%), e 2 019 555 (8%). Mais de 16 milhões de angolanos (62% da população) vivem em áreas urbanas. Uma consequência ainda da guerra civil, mas que reflecte também as assimetrias económicas existentes.

As mulheres continuam a ser a maioria da população em Angola, 13 289 983, contra 12 499 041 homens. Outro dado que importa sublinhar é o facto da população angolana ser extremamente jovem. Cerca de 65% da população tem menos de 24 anos e 47,2% tem menos de 14 anos. Um ponto seguramente a favor do desenvolvimento do país a médio e longo prazos.

### TAXA DE DESEMPREGO REVELA FORTES ASSIMETRIAS

A taxa de alfabetismo nacional é de 66%, sendo que na área urbana esta percentagem sobe para 79%, quase que o dobro da taxa registada na área rural (41%). Uma assimetria significativa pode ser obser-

vada também entre os géneros, 80% nos homens contra 53% nas mulheres. A população que não sabe ler e escrever é essencialmente idosa.

Em 2014 a proporção da população com 18 ou mais anos que concluiu o II ciclo de ensino secundário é de apenas 13%. Os números apurados pelo INE Angola revelam que praticamente metade da população com 18 ou mais anos nunca frequentou a escola ou não chegou a concluir a 6ª classe, e

---

**AS MULHERES CONTINUAM A SER A MAIORIA DA POPULAÇÃO EM ANGOLA, 13 289 983, CONTRA 12 499 041 HOMENS. OUTRO DADO QUE IMPORTA SUBLINHAR É O FACTO DA POPULAÇÃO ANGOLANA SER EXTREMAMENTE JOVEM. CERCA DE 65% DA POPULAÇÃO TEM MENOS DE 24 ANOS E 47,2% TEM MENOS DE 14 ANOS. UM PONTO SEGURAMENTE A FAVOR DO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS A MÉDIO E LONGO PRAZOS**

22% da população entre os 5 e os 18 anos de idade encontra-se fora do sistema de ensino. A população com 24 ou mais anos que completou o ensino superior era, em 2014, de 2,5%. Mais de 7 milhões de angolanos são economicamente activos. Deste total, 5 442 685 estavam empregados em 2014 e 1 739 946 encontravam-se à data de realização do censo desempregados. A média nacional da taxa de emprego, indicador que mede a capacidade da economia de um país para fornecer emprego, é de 40%, mas existem algumas assimetrias a assinalar. Por exemplo, o Cuanza Sul e Malange têm taxas de emprego mais elevadas (acima dos 50%), enquanto que na Lunda Sul pouco mais de 20% da população activa está efectivamente empregada.

A taxa de desemprego era, em 2014, de 24,2%. O desemprego atinge sobretudo a população jovem - entre os 15 e os 24 anos - e as províncias da Lunda Sul e Lunda Norte, que em 2014 registavam taxas de desemprego da ordem dos 43% e 39%, respectivamente. No sentido oposto, Benguela e Cuanza Sul distinguem-se por apresentarem taxas de desemprego a rondar os 14%, menos 10 pp que a média nacional.

### AGRICULTA E PESCA EMPREGAM MAIS DE 40% DA POPULAÇÃO ACTIVA

Mais de 40% da população activa dedicava-se às actividades de agricultura e pesca. No extremo oposto, a indústria empregava apenas 1,8% da força de trabalho. Significativa é também a percentagem de pessoas que não declara actividade, 23,5%. A percentagem de pessoas que trabalhavam na 'administração pública e defesa', 6%, era exactamente a mesma dos que trabalhavam no 'comércio por grosso e a retalho; e na 'reparação de veículos automóveis e motociclos'.



José Luis de Carvalho, Lda



**Soluções à medida  
das suas necessidades...**

**Máquinas e Ferramentas  
Material Eléctrico  
Equipamentos de Escritório  
Material de Escritório  
Material Escolar  
Prestação de Serviços**

**Benguela (Sede)**

R. Machado dos Santos, 34/36  
tel.: +244 272 232 781 / 2 / 3 / 4  
fax: +244 272 235 024  
email: jmarques@jlc.co.ao

**Luanda (Delegação)**

Contactos Av. Cte. Valódia, 76 - 88  
tel.: +244 222 445 062 / 3 / 4  
fax: +244 222 442 896  
email: amarques@jlc.co.ao

[www.jlc.co.ao](http://www.jlc.co.ao)

A província de Luanda, que têm uma densidade populacional 18 vezes superior à média nacional, tem como sectores predominantes o comércio (10%), as actividades administrativas e dos serviços de apoio (8%), transportes e construção (7%) e armazenagem e comunicação (6%).

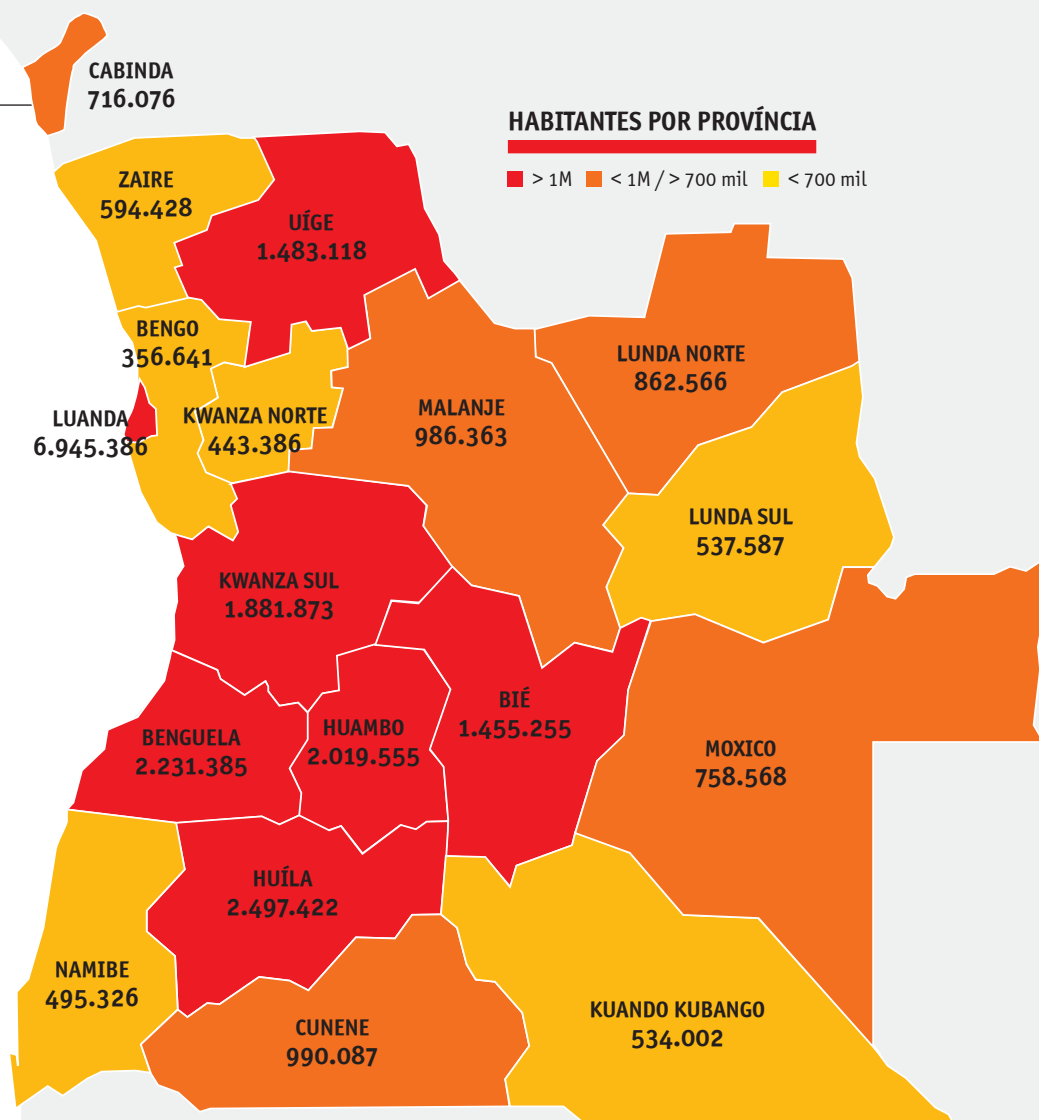
## A FAMÍLIA ANGOLANA

Os homens é que mandam? De acordo com o Censo de 2014, parece que sim. Os chefes dos agregados familiares são maioritariamente homens (62%) e com idades compreendidas entre os 15 e os 44 anos (52%). Cerca de 19% dos agregados familiares são constituídos por 7 ou mais membros, mas a média nacional é de 4,6 pessoas. Cada mulher angolana tem em média 5,7 filhos, o que contribui para que Angola apresente uma taxa de crescimento natural positivo de 2,7%.

Mais de 70% dos agregados familiares vivem em casa convencional/vivenda própria. Mas apenas 44% têm acesso a água própria para beber. Entre as províncias existem diferenças significativas no acesso a água potável. A província do Cunene apresenta o valor mais baixo, 23% da população com acesso a água potável, o que contrasta com os 73% registados em Cabinda. Na província mais populosa do país, Luanda, 54% da população não tem acesso a água potável.

Mais difícil parece ser o acesso à rede de electricidade pública. Apenas 32% dos agregados familiares é abrangido pela rede pública de energia e as assimetrias regionais são evidentes. Cabinda e Luanda apresentam taxas de cobertura entre os 56% e os 66%, enquanto que no Bié e Moxico as taxas não vão além dos 5% a 10%.

O telemóvel foi o meio de comunicação utilizado por 38% da população com idade igual ou superior a 15 anos. Cerca de 7 803 810 pessoas possuíam, na altura, telemóvel e 2 119 946 tinha acesso à internet mas, paradoxalmente, em cada 100 agregados familiares, 58 não faziam qualquer tipo de tratamento à água que consumiam. #



## POPULAÇÃO

**25.8**



**12.5 M de homens** **13.2 M de mulheres**

**47,2%** 0-14 anos  
**50,3%** 15-64 anos  
**2,3%** + 65 anos

**Esperança de vida**  
**57 63**

**Alfabetismo**  
**80% 53%**

**Taxa de actividade**  
**61% 45%**

**Taxa de emprego**  
**46,6% 34,1%**

**Taxa de desemprego**  
**24% 25%**



## POPULAÇÃO EMPREGADA POR RAMOS DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

**42,2% PRIMÁRIO**  
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca...

**6,1% SECUNDÁRIO**  
Indústria, construção, energia e água...

**26,2% TERCIÁRIO**  
Transportes, Comunicações, Comércio, Finanças e Serviços Administrativos...

**23,5% NÃO DECLARADOS**  
Indústria, construção, energia e água...



## REGIME DE PROPRIEDADE DAS HABITAÇÕES FAMILIARES

**76%**  
Casa própria

**19%**  
Casa arrendada

**5%**  
Casa ocupada ou cedida

**5 544 834**  
Total de agregados familiares

**1.770.728 (32%)**  
Com acesso a electricidade da rede pública

## LEGISLAÇÃO PUBLICADA

### SISTEMA FINANCEIRO E POLÍTICA ECONÓMICA

- ★ Estabelecimento das regras aplicáveis ao registo, das normas de conduta e das formas de exercício das actividades de consultoria para o investimento e de análise financeira – Regulamento nº 1/16, de 5 de janeiro.
- ★ Estabelecimento do limite mínimo do capital social das instituições financeiras não bancárias ligadas ao mercado de capitais e ao investimento – Regulamento nº 2/16, de 5 de janeiro.
- ★ Aprovação do regime jurídico da Contribuição Especial sobre Operações Bancárias – Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/16, de 24 de Fevereiro.
- ★ Medidas de combate ao branqueamento de capitais, aplicáveis a instituições financeiras sob a supervisão da Comissão do Mercado de capitais, nomeadamente entidades gestoras de mercados regulamentados e que realizem actividades de investimento em valores mobiliários; estabelecimento de obrigações específicas de identificação e de diligência e implementação de um sistema de avaliação de risco e procedimentos de controlo interno – Regulamento nº 4/16, de 2 de Junho (em vigor a 1 de agosto de 2016).

### SISTEMA FISCAL

- ★ Atribuição de competências à Administração Geral Tributária para, com periodicidade trimestral, elaborar e enviar uma lista de onde constem os contribuintes em situação de irregularidade fiscal – Decreto Executivo nº 111/16, de 1 de março.
- ★ Imposição de um regime de registo obrigatório, junto da respectiva Conservatória de Registo Predial, de contratos-promessa de compra e venda de imóveis em regime de renda resolúvel e de autorizações de loteamento urbano e respectivas alterações – Lei nº 3/16, de 15 de Abril.

### TRANSPORTES

- ★ Extinção da Autoridade de Transportes de Luanda (ATL), criada ao abrigo do Decreto nº 78/08, de 24 de setembro – Decreto Presidencial nº 43/16, de 25 de fevereiro.

### ACTIVIDADES ECONÓMICAS E DESENVOLVIMENTO

- ★ Aprovação das linhas mestras da estratégia para a saída da crise derivada da quebra do preço do petróleo no mercado internacional – Decreto Presidencial n.º 40/16, de 24 de fevereiro (revoga, nomeadamente, o Decreto Presidencial nº 56/15, de 5 de março).
- ★ Criação de um grupo de trabalho para a negociação de acordos de protecção recíproca de investimentos e da dupla tributação de rendimentos, coordenado pelo Ministro das Relações Exteriores, coadjuvado pelo Ministro da Economia – Despacho Presidencial nº 30/16, de 2 de março.

### HOTELARIA E TURISMO

- ★ Aprovação do regime jurídico da actividade de restauração e similares – Decreto Presidencial nº 1/16, de 4 de janeiro (revoga o Decreto nº 66/75, de 25 de janeiro) – Rectificação nº 3/16, D.R. nº 45, I Série, de 22 de março de 2016.
- ★ Aprovação do regulamento da actividade marítimo – turística – Decreto Presidencial nº 28/16, de 27 de janeiro.
- ★ Aprovação do regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos – Decreto Presidencial nº 36/16, de 15 de fevereiro (revoga o Decreto nº 66/75, de 25 de janeiro).

### ENERGIA E ÁGUAS

- ★ Aprovação da minuta de Adenda ao Contrato de Empreitada para Trabalhos de Reparação e Conclusão da Barragem do Calueque, no valor equivalente em AKZ a USD 5,5 milhões, e autorização ao Ministério da Energia e Águas para celebrar a referida Adenda com o consórcio formado pelas empresas Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A. e Lyon – Construções e Manutenção Metalomecânicas, S.A. – Despacho Presidencial nº 8/16, de 19 de janeiro.
- ★ Extinção do IRSE – Instituto Regulador do Sector Eléctrico, criação do IRSEA – Instituto Regulador dos Serviços de Electricidade e de Água e aprovação do Estatuto Orgânico do IRSEA; transferência da universalidade dos direitos e obrigações titulados pelo IRSE bem como de todo o património a ele afecto para a tutela do IRSEA – Decreto Presidencial nº 59/16, de 16 de Março (revoga o Decreto Presidencial nº 208/14, de 18 de agosto).
- ★ Estabelecimento das taxas a cobrar pelos serviços prestados a entidades terceiras pelas instituições públicas, relativos à outorga de direitos, informações ou documentos inerentes às actividades mineiras e aprovação da tabela de taxas dos referidos serviços – Decreto Executivo Conjunto nº 189/16, de 30 de Março.
- ★ Criação da comissão de negociações para negociar o contrato de investimento mineiro para a exploração de nióbio requerida pela Doriouro – Sociedade de Exploração Mineira, Limitada, doravante designada por CN, coordenada pelo Director Nacional de Negociações das Concessões Mineiras – Despacho nº 214/16, de 26 de maio.

### EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E CULTURA

- ★ Subdelegação de plenos poderes a David Leonardo Chivela, Director do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento da Educação para representar o Ministério da Educação na assinatura do Acordo de Cooperação entre o Ministério da Educação e a Comissão de Mercado de Capitais – Despacho nº 4/16, de 4 de janeiro.
- ★ Homologação do Protocolo de Cooperação entre a Universidade Katyavala Bwila e a Universidade de Coimbra – Despacho nº 6/16, de 4 de janeiro.
- ★ Criação da Comissão Técnica de Vistoria encarregue de avaliar as condições técnico-pedagógicas para a criação e ministração do curso de Licenciatura em Aquicultura na Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade José Eduardo dos Santos, coordenada por João da Cruz Kundongende, Consultor da Secretária de Estado do Ensino Superior para a Inovação – Despacho nº 15/16, de 6 de janeiro.
- ★ Aprovação dos estatutos orgânicos da Escola Superior Politécnica e do Instituto Superior Politécnico de Malanje – Decretos Presidenciais nº 24 e nº 25/16, de 18 de janeiro.
- ★ Homologação do Protocolo de Cooperação entre o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e a Universidade Lusíada de Angola – Despacho nº 85/16, de 18 de fevereiro.
- ★ Aprovação da lista de estabelecimentos de ensino privado com licenças emitidas em 2015 – Despacho nº 97/16, de 26 de fevereiro.
- ★ Autorização da criação do Instituto Superior de Gestão, Logística e Transportes como uma instituição de ensino superior de natureza público-privada, cuja tutela deverá ser partilhada entre os Ministérios do Ensino Superior e dos Transportes – Despacho Presidencial nº 38/16, de 24 de março.

### EMPRESAS

- ★ Exoneração dos membros do Conselho de Adminis-

tração da Angola Telecom, E.P e criação da comissão interministerial de apoio e condução do processo de reestruturação da empresa, coordenada pelo Ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação – Decreto Presidencial nº 26/16 e Despacho Presidencial nº 16/16, de 25 de janeiro.

- ★ Extinção das empresas Novobra, E.P.; Constrói, U.E.E.; Manutécnica, E.P.; Geotécnica, E.P.; Ecoseng, E.P. e Cavan, U.E.E. – Decretos Executivos Conjuntos nº 41 e nº 42/16, de 25 de janeiro.
- ★ Nomeação dos Conselhos de Administração das empresas públicas Televisão Pública de Angola, TPA – E.P.; Radiodifusão Nacional de Angola, RNA – E.P.; Agência de Notícias Angola Press, ANGOP – E.P. e Edições Novembro – E.P., por mandatos de 5 anos – Decretos Presidenciais nº 32 a nº 35/16, de 8 de fevereiro (revogam os Decretos Presidenciais nº 257/10, de 18 de novembro; nº 159/12, de 29 de junho; nº 255/10, de 18 de novembro e nº 256/10, de 18 de novembro).
- ★ Criação das Comissões Técnicas para a negociação do contrato de gestão e do contrato programa e para a venda dos activos da Angola Telecom, coordenadas, respectivamente, por Eduardo Domingos Sebastião e Américo António dos Santos – Despachos nº 105 e nº 106/16, de 9 de março.
- ★ Aprovação do estatuto orgânico do Instituto de Fomento Empresarial e nomeação do seu Conselho de Administração para um mandato de 5 anos – Decretos Presidenciais nº 56 e nº 58/16, de 15 de março (revogam os Decretos Presidenciais nº 297/11, de 5 de dezembro, e nº 78/12, de 1 de junho).
- ★ Aprovação da alteração dos arts 13º, 14º, 15º, 16º, 19º e 22º bem como do aditamento do artº 19.0-A ao estatuto orgânico da Sonangol, E.P., aprovado pelo Decreto nº 19/99, de 20 de agosto e republicado pelo Decreto Presidencial nº 42/10, de 4 de maio – Decreto Presidencial nº 110/16, de 26 de maio (revoga o artº 17º e as alíneas a), f), g), h), i) e j) do artº 19º do Decreto nº 19/99, de 20 de agosto, republicado pelo Decreto Presidencial nº 42/10, de 4 de maio).
- ★ Autorização da transferência da totalidade das quotas representativas do capital social das 53 unidades industriais instaladas na Zona Económica Especial Luanda – Bengo para entidades empresariais privadas detentoras de capital, know how e tecnologia suficientes para alavancar as indústrias, com fito ao fortalecimento da economia nacional através de processo de alienação próprio – Despacho Presidencial nº 101/16, de 26 de maio.

### CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

- ★ Aprovação do regulamento sobre o exercício das actividades de construção civil e obras públicas, projectos de obras e de fiscalização de obras – Decreto Presidencial n.º 63/16, de 29 de Março.

### AGRICULTURA, PECUÁRIA E PISCAS

- ★ Aprovação das medidas de gestão das pescarias marinhas, da pesca continental e da aquicultura para o ano de 2016 e atribuição da incumbência de coordenação e superintendência da execução da política de recursos biológicos e aquáticos ao Ministério das Pescas – Decreto Presidencial nº 11/16, de 15 de janeiro.
- ★ Aprovação da abertura do crédito adicional no montante de AKZ 2.591.213.117,00 para a implantação de unidades fabris do PROFIR – Programa de Fomento para a Pequena Indústria Rural em 2016, bem como para os custos previstos com a sua implementação e monitorização, afecto à Unidade Orçamental do Ministério da Indústria – Decreto Presidencial nº 64/16, de 30 de março.

## COMÉRCIO

- \* Criação do Centro Integrado de Desenvolvimento das Actividades Comerciais e aprovação do seu estatuto orgânico – Decreto Presidencial nº 4/16, de 6 de janeiro.
- \* Autorização da importação de um contingente de pescado carapau em condições de isenção de direitos aduaneiros – Decreto Presidencial nº 20/16, de 15 de janeiro.
- \* Determinação da proibição de importação de cimento no ano de 2016, salvo as autorizações que a Comissão do Sector do Cimento conceda, ouvida a AICA – Associação da Indústria Cimenteira de Angola – Decreto Executivo Conjunto nº 40/16, de 19 de janeiro.
- \* Determinação dos bens e serviços que fazem parte do regime de preços fixados e vigiados – Decreto Executivo nº 62/16, de 15 de fevereiro.
- \* Aprovação do regulamento de funcionamento do Conselho Nacional de Preços – Decreto Executivo nº 63/16, de 15 de fevereiro.
- \* Determinação da adopção de medidas de salvaguarda do interesse nacional, destinadas a garantir o abastecimento do mercado nacional com produtos alimentares, mediante um maior controlo sobre os produtos alimentares importados definitivamente pelo país e sobre a exportação de produtos alimentares produzidos no país; proibição da exportação de produtos alimentares para o consumo nacional – Decreto Executivo Conjunto nº 76/16, de 24 de fevereiro.
- \* Definição das regras e procedimentos para a fixação e alteração dos preços praticados nas diferentes categorias do exercício da actividade económica ou por categoria de produtos e serviços, bem como dos mecanismos para o desempenho da actividade de fiscalização e controlo dos preços – Decreto Executivo nº 77/16, de 25 de fevereiro.

## TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

- \* Aprovação do regulamento de vagas e procedimentos para a contratação de pessoa com deficiência – Decreto Presidencial nº 12/16, de 15 de janeiro (revoga o Decreto nº 21/82, de 22 de abril, que determina Medidas para Protecção ao Diminuído Físico).
- \* Autorização da constituição do Fundo de Pensões Aberto Global Empresas – Despacho nº 86/16, de 19 de fevereiro.

## PETRÓLEO E GÁS

- \* Atribuição à Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública (Sonangol - E.P.), adiante designada por Concessionária Nacional, dos direitos mineiros para desenvolver e produzir hidrocarbonetos gasosos na área de concessão dos Blocos 2/15 – Garoupa Oeste e 6/15 – Cegonha – Decretos Presidenciais nº 1 e nº 2/16, de 4 de janeiro.
- \* Aprovação dos índices de repartição por produto refinado de petróleo bruto, para efeito do cálculo dos preços ex-refinaria – Decreto Executivo nº 2/16, de 5 de janeiro.
- \* Concessão à Sonangol - E.P., adiante designada por Concessionária Nacional, dos direitos mineiros para explorar, desenvolver e produzir hidrocarbonetos líquidos e gasosos na área de concessão do Bloco 18/15 - Decreto Presidencial nº 5/16, de 6 de janeiro.
- \* Autorização da prorrogação da Fase Inicial de Pesquisa do Contrato de Partilha de Produção do Bloco 32 por um período de dois anos – Decreto Executivo nº 37/16, de 14 de janeiro.
- \* Autorização à White Rose Genel para proceder à cessão de 15% do interesse participativo que detém no Contrato de Partilha de Produção do Bloco 38/11 à Statoil Angola Block 38 AS - Decreto Executivo nº 38/16, de 14 de janeiro.
- \* Autorização à White Rose Genel para proceder à cessão

de 15% do interesse participativo que detém no Contrato de Partilha de Produção do Bloco 39/11 à Statoil Angola Block 39 AS - Decreto Executivo nº 39/16, de 14 de janeiro.

- \* Autorização à Texaco Panamá, Inc. (TexPan) para proceder à cessão da totalidade do seu interesse de 16,33% de participação associativa que detém no Contrato de Associação da Concessão Fina-Sonangol-Exaco (FST) à Sociedade Petrolífera Angola, S.A. (Somoil) – Decreto Executivo nº 55/16, de 1 de fevereiro.
- \* Autorização à Sonangol Pesquisa e Produção, S.A. para ceder a totalidade da sua participação associativa no Contrato de Partilha de Produção do Bloco 2/05, à Falcon Oil Holding Angola, S.A. (20%), à Poliedro, S.A. (2,5%), à Kotoil, S.A. (2,5%), à Prodoil, SARL (12,5%) e à Acrep, S.A. (12,5%) – Decreto Executivo nº 60/16, de 11 de fevereiro.
- \* Autorização da cessão do interesse participativo detido pela Statoil Quatro AS no Contrato de Partilha de Produção (CPP) do Bloco 4/05, aos restantes membros do grupo empreiteiro, na proporção da participação associativa de cada um no referido Contrato – Decreto Executivo nº 68/16, de 17 de fevereiro.
- \* Integração, na área de concessão do Bloco 2/05, das Áreas de Desenvolvimento Chopa, Albacore, Calafate e Estrela, anteriormente pertencentes ao Bloco 2/85 – Decreto Executivo nº 137/16, de 4 de março.
- \* Autorização da unificação das áreas de desenvolvimento do Bloco 15/06, diferida à data do primeiro óleo, para efeito de recuperação de custos e despesas – Decreto Executivo nº 150/16, de 10 de março.
- \* Constituição do grupo de trabalho para elaboração da legislação sobre a Política de Petróleo Bruto e Gás Natural, coordenada por António Pereira dos Santos Izata – Despacho nº 110/16, de 11 de março.
- \* Concessão à Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, Empresa Pública (Sonangol - E.P.), adiante designada por Concessionária Nacional, dos direitos mineiros para prospecção, pesquisa, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos na área de concessão do Bloco 48 - Decreto Presidencial nº 57/16, de 15 de março.
- \* Autorização da unificação das áreas de desenvolvimento Norte e Sul do Projecto Kaombo, passando a designar-se por Área de Desenvolvimento Kaombo, da Concessão do Bloco 32 – Decreto Executivo nº 154/16, de 16 de março.
- \* Aprovação do modelo de reajustamento da organização do sector dos petróleos e respectivo calendário de implementação – Decreto Presidencial nº 109/16, de 26 de maio.

## RELAÇÕES INTERNACIONAIS

- \* Aprovação, para ratificação, do Pacto de Segurança, Estabilidade e Desenvolvimento na Região dos Grandes Lagos – Resolução nº 3/16, de 10 de fevereiro – República do D.R. nº 48, I Série, de 28 de março de 2016.
- \* Aprovação, para ratificação, do Acordo de Cooperação entre as Repúblicas de Angola e Socialista do Vietname, no domínio da segurança e ordem pública – Resolução nº 4/16, de 10 de fevereiro; Carta de Ratificação nº 1/16, de 30 de março.

## GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- \* Criação da Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado do Ministério da Assistência e Reinserção Social – Despacho nº 11/16, de 5 de janeiro.
- \* Criação da Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado do Ministério das Pescas, coordenada por Ana Paula Ferreira de Sousa Correia – Despacho nº 19/16, de

## TROCAS JAN/MAR 16

(euros)		
GRUPOS DE PRODUTOS	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
Agrícolas	2 313 137	32 162 370
Alimentares	35 655	33 933 271
Combustíveis Minerais	211 165 499	3 705 404
Químicos	36 789	33 889 992
Plásticos, Borracha	15 296	18 354 899
Peles, Couros	-	957 669
Madeira, Cortiça	293 941	2 658 624
Pastas Celulósicas, Papel	63 034	12 676 683
Matérias Têxteis	12 860	3 596 508
Vestuário	-	3 834 606
Calçado	-	3 077 960
Minerais, Minérios	132 464	10 556 077
Metais Comuns	12 215	26 266 450
Máquinas, Aparelhos	1 522 350	81 115 502
Veículos, Outros Meios de Transporte	875 506	8 270 093
Óptica e Precisão	129 520	8 714 454
Outros Produtos	92 335	19 445 037
<b>TOTAL</b>	<b>216 700 601</b>	<b>303 215 599</b>

Elaborado pela CCIPA com base em dados do INE Portugal.

No primeiro trimestre de 2016 continuámos a assistir a uma queda acentuada nas exportações de mercadorias portuguesas para Angola, cujo valor de € 303,216 milhões representou uma quebra de €248 milhões, ou seja, 45,03% face a idêntico período de 2015, no qual também já haviam sofrido uma diminuição de 24% em comparação com o 1º trimestre de 2014.

Esta situação está directamente relacionada com a crise cambial e financeira vivida em Angola, provocada pela redução do preço do crude em mais de 50%, o que levou a uma falta generalizada de divisas, à priorização nos pagamentos e a atrasos substanciais na liquidação das faturas aos fornecedores externos. Os principais produtos exportados por Portugal para Angola continuaram a ser as máquinas e aparelhos (€ 81,1 milhões), seguidos dos produtos alimentares e químicos, com valores idênticos (€ 33,93 milhões dos primeiros face a € 33,89 dos segundos); estes 3 grupos de produtos perfazem cerca de 49% do total dos bens exportados para o mercado angolano no período de tempo em análise. Já as exportações angolanas para Portugal, que continuaram a assentar quase exclusivamente no petróleo (97,4%) no 1º trimestre do ano em curso, cresceram 12,54%, correspondendo a € 24 milhões, em comparação com o 1º trimestre de 2015, contrariando a quebra de 63,58% registada entre janeiro e março do ano transato face ao mesmo período de 2014. Para além dos combustíveis minerais, nas exportações angolanas para Portugal destacaram-se os produtos agrícolas (€ 2,3 milhões) e as máquinas e aparelhos (€ 1,5 milhões). Embora o saldo da balança comercial bilateral tenha continuado a ser favorável a Portugal (€ 86,5 milhões), sofreu uma quebra de 76% face ao 1º trimestre de 2015, quando havia sido de € 359 milhões.

Angola foi, no 1º trimestre de 2016, o 9º maior destino das exportações portuguesas totais e o 2º principal destino das exportações extracomunitárias, a seguir aos E.U.A..

11 de janeiro.

★ Constituição da comissão de avaliação do Instituto Nacional de Desminagem, coordenada por Domingas Pinheiro Falcão Cristóvão – Despacho nº 26/16, de 14 de janeiro.

★ Aprovação do estatuto orgânico do Instituto Nacional de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano – Decreto Presidencial nº 9/16, de 15 de janeiro (revoga o Decreto nº 119/03, de 4 de novembro).

★ Determinação dos serviços e órgãos que ficam sob a coordenação e supervisão directa do Ministro das Finanças e subdelegação, a cada um dos Secretários de Estado, da coordenação e supervisão das actividades relativas aos mesmos – Despacho nº 51/16, de 25 de janeiro (revoga o Despacho nº 1794/13, de 31 de julho).

★ Aprovação do regulamento interno do Instituto Nacional de Recursos Hídricos – Decreto Executivo nº 43/16, de 27 de janeiro.

★ Aprovação do regulamento orgânico da Inspeção Geral do Ministério do Interior – Decreto Executivo nº 58/16, de 8 de fevereiro.

★ Aprovação do regulamento interno da Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado do Ministério dos Petróleos – Decreto Executivo nº 59/16, de 11 de fevereiro.

★ Aprovação do regulamento interno dos Gabinetes Jurídico e de Recursos Humanos, da Direção Nacional de Contabilidade Pública e da Secretaria Geral do Ministério das Finanças – Decretos Executivos nº 64 a nº 67/16, de 16 de fevereiro (revogam os Decretos Executivos nº 229/12, de 27 de julho; nº 151/11, de 28 de setembro, e nº 325/12, de 4 de setembro).

★ Aprovação do regulamento interno do Gabinete de Estudos e Relações Internacionais e das Direções Nacionais do Orçamento do Estado, dos Orçamentos Locais, do Tesouro e do Património do Estado do Ministério das Finanças – Decretos Executivos nº 69 a nº 73/16, de 17 de fevereiro (revogam os Decretos Executivos nº 226/12, de 25 de julho; nº 309 e nº 310/12, de 28 de agosto; nº 107/12, de 9 de abril).

★ Aprovação do regulamento interno da Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado e do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Ministério da Construção – Decretos Executivos nº 74 e nº 75/16, de 18 de fevereiro.

★ Aprovação do regulamento interno dos Gabinetes Jurídico, Técnico de Promoção do Ambiente e Segurança na Indústria, de Intercâmbio, de Inspeção, de Tecnologias de Informação e de Comunicação Institucional e Imprensa; da Direção Nacional de Cadastro e Licenciamento Industrial; dos Conselhos Consultivo e de Direcção e da Secretaria Geral do Ministério da Indústria – Decretos Executivos nº 78 a nº 81/16, de 25 de fevereiro (revogam, nomeadamente, os Decretos Executivos nº 72/00, de 9 de outubro, e nº 17/00, de 24 de março, bem como toda a legislação que contrarie o disposto nos presentes diplomas), e nº 84 a nº 89/16, de 26 de fevereiro (revogam, nomeadamente, os Decretos Executivos nº 25/85, de 13 de abril; nº 13/00, de 17 de março, e nº 18/00, de 24 de março).

★ Aprovação do regulamento interno dos Gabinetes de Estudos, Planeamento e Estatística e de Recursos Hum-

nos bem como da Unidade Técnica de Apoio ao Investimento Privado do Ministério da Indústria – Decretos Executivos nº 97 a nº 99/16, de 29 de fevereiro (revogam os Decretos Executivos nº 73/00, de 9 de outubro, e nº 20/01, de 27 de abril).

★ Aprovação do regimento interno dos Conselhos Consultivo e de Direcção e do regulamento interno da Secretaria-Geral; dos Gabinetes de Tecnologias de Informação, de Intercâmbio, Jurídico, do Gabinete do Ministro, de Comunicação Institucional e Imprensa e de Recursos Humanos; das Direcções para os Assuntos Legislativos e para os Assuntos Parlamentares do Ministério dos Assuntos Parlamentares – Decretos Executivos nº 152 e nº 153/16, de 16 de março; nº 155 a nº 159/16, de 17 de março; nº 160 a nº 163/16, de 18 de março.

★ Criação do Instituto Angolano de Acreditação – IAAC e aprovação do seu estatuto orgânico – Decreto Presidencial nº 61/16, de 22 de março.

★ Criação do Instituto Nacional de Inovação e Tecnologias Industriais - INITI e aprovação do seu estatuto orgânico – Decreto Presidencial nº 62/16, de 22 de março.

★ Aprovação do regulamento orgânico do Gabinete de Estudos, Informação e Análise do Ministério do Interior – Decreto Executivo nº 166/16, de 22 de março.

Da Nacionalidade - Lei nº 2/16, de 15 de Abril (revoga a Lei nº 1/05, de 1 de Julho).

## NOVOS ASSOCIADOS



### INTERSERVIÇOS & COMPANHIA, LDA. (Nº 1220)

*Consultoria e Formação*

Rua Rainha Ginga, 23 - R/C, Ingombotas, Luanda  
Tel.: +244 222 396 032 | Fax: +244 222 222 394 220  
e-mail: interservicos@interservicos.com  
Pedro Renato de Matos Ferreira

### EFACEC POWER SOLUTIONS SGPS (Nº 1221)

*Electricidade e Electrónica*

Parque Empresarial da Arroteia (Poente), Apt. 1018  
4466 - 952 S. Mamede Infesta  
Telefone: +351 229 562 300 | Fax: +351 229 518 933  
e-mail: sgps@efacec.pt  
PEDRO ESQUÍVEL Pedro Esquível

### GOUEIA PEREIRA, C. F. & ASSOCIADOS - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (Nº 1229)

*Consultoria e Formação*

Palácio Sottomayor  
Rua Sousa Martins, nº 1 - 6º andar  
1050 - 217 Lisboa  
Telefone: +351 213 121 550 | Fax: +351 213 121 551  
e-mail: gpa@gpasa.pt  
José Limón Cavaco

# Órgãos Sociais da CCIPA 2014/2016

## Assembleia-Geral

PRESIDENTE

**PHAROL SGPS**

VICE-PRESIDENTE

**BANCO BAI EUROPA**

SECRETÁRIO

**KPMG ANGOLA**

## Direcção

PRESIDENTE

**GALP ENERGIA\***

VICE-PRESIDENTES

**BANCO BPI\***

**BANCO BIC**

**SECIL - COMPANHIA GERAL**

**DE CAL E CIMENTO\***

**MOTA-ENGIL ÁFRICA PT**

VOGAIS

**ADP ÁGUAS DE PORTUGAL**

**INTERNACIONAL\***

**AMORIM HOLDING SGPS II**

**CGD - CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS**

**COSEC - COMPANHIA DE SEGURO**

**DE CRÉDITOS**

**ERNST & YOUNG**

**MILLENNIUM BCP\***

**MIRANDA & ASSOCIADOS -**

**SOCIEDADE DE ADVOGADOS\***

**NOVO BANCO**

**RANGEL INVEST\***

## Conselho Fiscal

PRESIDENTE

**DELOITTE CONSULTORES**

VOGAIS

**LINHAS AÉREAS DE ANGOLA - TAAG**

**SPE - SOCIEDADE PORTUGUESA**

**DE EMPREENDIMENTOS**

SUPLENTE

**AMROP INTERNATIONAL PORTUGAL**

**WAYFIELD INTERNACIONAL**

\* *Membros da Comissão Executiva*

## PUBLICAÇÕES DA CCIPA • DISTRIBUIÇÃO E TRANSPORTE EM ANGOLA

Loureiro, Lda. .... Benguela, Lobito  
Associação de Jovens Empresários ..... Huambo  
Intercal, Lda. .... Lubango  
Mabílio M. Albuquerque Comercial, S.A. .... Namibe, Sumbe / Cuando - Cubango

# ccipa

CÂMARA DE COMÉRCIO  
E INDÚSTRIA  
PORTUGAL ANGOLA



## 30 anos a contribuir para uma nova dinâmica empresarial

### Lisboa

Edifício Luxor, Av. da República, 101, 3º Andar,  
Sala D, 1050-204 Lisboa  
Tel.: +351 213 940 133 • Fax: +351 213 950 847  
ccipa@cciportugal-angola.pt

### Luanda

Edifício Monumental  
Rua Major Kanhangulo, nº 290 – 1º Dtº  
Tel.: +244 222 372 030 / 222 372 057  
Tm: +244 924 918 149  
Fax: +244 222 372 017  
ccipa@cciportugal-angola.pt

### Lobito

SECIL Lobito  
Morro da Quileva, CP 157 Lobito  
Tel.: +244 272 222 207 / 272 222 428  
/ 272 225 223 • Fax: +244 272 223 106

### Lubango

Intercal  
Largo 1º de Maio, 15, CP 23 Lubango  
Tel.: +244 261223 077 • Fax: +244 261230 059



[www.cciportugal-angola.pt](http://www.cciportugal-angola.pt)



## África sempre fez parte da nossa tradição. Nós retribuimos com energia.

A Galp é um operador integrado de energia focado na área de exploração e produção de petróleo e gás natural. Mas é igualmente uma empresa que se adapta à realidade de cada país e às necessidades das respetivas populações. Colhemos inspiração nas pessoas, na natureza, nas cores, no ritmo, na cultura e na energia de Angola e de vários outros países africanos, e retribuimos com a energia que colocamos na exploração e produção de petróleo no offshore angolano e na distribuição de produtos petrolíferos no país, através de uma rede de postos de abastecimento. No futuro, continuaremos a espalhar boa energia em África.



energia cria energia